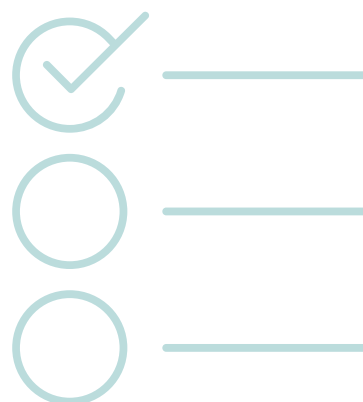


Cevid

AÇÕES
GESTÃO
2021- 2022



Prezado leitor,

O presente relatório traz, de forma sintética e objetiva, as principais atividades realizadas no ano de 2021 e 2022 pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID, sistematizando-as cronologicamente e descritivamente.

Boa leitura!

Apresentação

Nos termos da Resolução do CNJ nº. 128 de 17/03/2011 e da Resolução nº. 20 do Órgão Especial deste Tribunal, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEVID - é responsável pela elaboração e execução de projetos de aprimoramento de políticas públicas, no âmbito do Poder Judiciário, relativas à violência doméstica e familiar contra a mulher, determinadas pela Lei nº. 11.340/2006.

Na perspectiva da gestão pública e estratégica, a CEVID tem por atribuição principal elaborar sugestões de ampliação e aprimoramento da estrutura do Judiciário na área do combate e da prevenção à violência doméstica contra as mulheres, proporcionando suporte administrativo e técnico, visando à melhoria da prestação jurisdicional, aos magistrados, aos servidores e às equipes multidisciplinares atuantes do Juizados de Violência Doméstica instalados e nas Varas Criminais.

A Coordenadoria tem, ainda, como objetivos complementares a promoção e articulação interna e externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não governamentais, com a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher; o auxílio para a formação inicial, continuada e especializada de juízes, servidores e colaboradores, na área do combate e prevenção à violência contra a mulher; e a recepção de dados, sugestões e reclamações referentes aos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, promovendo os encaminhamentos e divulgações.



Integrantes

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar;

Doutor Marcos Antônio da Cunha Araújo, Vice-Coordenador Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal do Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Doutora Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Ponta Grossa;

Doutor Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Foz do Iguaçu;

Doutor Augusto Gluszczyk Junior, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Doutor Davi Pinto de Almeida, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça;

Doutor Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, Juiz Auxiliar da Presidência;

Doutor Eldom Stevem Barbosa dos Santos, Juiz de Direito do Juízo Único da Comarca de Paraíso do Norte;

Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Casa da Mulher Brasileira da Comarca de Curitiba;

Doutor Renato Garcia, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Jacarezinho; e

Doutora Tais de Paula Scheer, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Na qualidade de colaboradores

Doutora Dilmari Helena Kessler, Juíza de Direito substituta em 2º Grau;

Doutora Luciane Bortoleto, Juíza Auxiliar da Corregedoria;

Doutora Luciane do Rocio Custódio Ludovico, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau; e

Doutor Victor Martim Batschke, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau.

Equipe Multidisciplinar

Aquiles Manholer Neto – Técnico Judiciário, Graduando em Direito;

Bruna Caroline Monteiro Rosa – Assessora Judiciária, Bacharel em Direito;

Carolina Cardoso Dias – Técnica Judiciária, Bacharel em Letras;

Maísa Baiersdorf Schneider – Oficial Judiciária, Psicóloga;

Bruna Cristina Moreira – Estagiária de Pós-Graduação em Direito;

Bruna Araújo César Lima – Estagiária de Pós-Graduação em Direito;

Geórgia Martins dos Santos – Estagiária de Pós-Graduação em Direito;

Giovanna da Silva Machado – Estagiária de Graduação em Design;

Isabella Fernanda Rodrigues da Silva – Estagiária de Pós-Graduação em Psicologia;

Juliana de Souza Rodrigues – Estagiária de Pós-Graduação em Direito;

Luana Christine de Pontes Gogosz – Estagiária de Pós-Graduação em Psicologia;

Taiane Rodrigues Ferreira – Estagiária de Pós-Graduação em Direito; e

Patricia Souza Vieira – Estagiária de Pós-Graduação em Psicologia.

Metas para o biênio 2021/2022

- Reduzir, prevenir e responsabilizar os atos de violência contra a mulher, tendo como norte, os casos de feminicídio.
- Reduzir e prevenir a transgeracionalidade da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Incrementar medidas de prevenção a novas violências por meio da Rede e de tecnologias.
- Incremento da Política Judiciária no âmbito do TJPR.
- Qualificação do atendimento interdisciplinar aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Reestruturação da CEVID TJPR.
- Reforçar a divulgação de todas as ações e projetos da Coordenadoria e criar mecanismos para melhorar a comunicação com a sociedade.

Ações da CEVID 2021/2022



- Acompanhamento na Implementação do Protocolo do Femicídio
- Implementação do Formulário de Avaliação de Risco
- Formação e Capacitação de Servidores e Magistrados na Área da Violência Doméstica e Familiar.
- Acompanhamento a Implementação do Aplicativo do Pânico Paranaense APP 190 nos Municípios do Estado.
- Acompanhamento na Implementação dos Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica.
- Acompanhamento na Remessa e Conteúdo de Dados ao Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência
- Implementação do Convênio Estadual da Patrulha Maria da Penha
- Incremento de Medidas para Diminuir o Tempo Médio de Tramitação dos Processos
- Acompanhamento quanto ao Suporte na Qualificação do Atendimento às Vítimas
- Reestruturação da CEVID - Vice Coordenadoria e Assistente Social
- Alterações na Página da CEVID Objetivando Facilitar o Acesso ao Público e Divulgar as Principais Ações
- Criação da Revista Eletrônica da CEVID
- Criação de Cartilhas da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica para Distribuição nas Escolas
- Realização de Audiências Públicas Trimestrais (Espaço de Fala)
- Realização de Convênio entre CEVID, Escola Judicial e UFPR para Pesquisas sobre o Tema da Violência Doméstica e Familiar e Outras Políticas Públicas

2021

1º ano da Gestão

NOVA GESTÃO DA CEVID/TJPR PARA O BIÊNIO 2021-2022

Em fevereiro de 2021, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço assumiu a coordenação da CEVID do TJPR para o biênio 2021-2022. A Coordenadoria também contará com a atuação de Magistrados e Magistradas, na qualidade de integrantes e colaboradores/as, conforme preveem as normatizações do Conselho Nacional de Justiça e do TJPR.

A fim de dar continuidade aos projetos em andamento e em desenvolvimento, bem como de definir estratégias de atuação, fortalecer e ampliar parcerias, a Coordenadora da CEVID participou de reuniões com a Presidência e a imprensa do TJPR, a Corregedoria-Geral da Justiça e a Polícia Militar. Dentre as questões abordadas, tratou-se da realização de mutirões e do apoio à prestação jurisdicional aos Juízos com competência na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, a fim de propiciar o regular e célere andamento desses casos; da nova identidade visual da CEVID; da elaboração e divulgação das ações relativas à 17ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa; da implantação do Aplicativo do Pânico Paranaense no APP da Polícia Militar; e da implementação da Patrulha Maria da Penha em âmbito estadual, com atuação da Polícia Militar.



APLICATIVO DO PÂNICO É IMPLANTADO NAS COMARCAS DE FAZENDA RIO GRANDE E PONTA GROSSA

No dia 1º de fevereiro de 2021, a Comarca de Fazenda Rio Grande passou a contar com o dispositivo de segurança preventiva, o Aplicativo do Pânico Paranaense e no dia 15 do mesmo mês, a ferramenta foi implantada na Comarca de Ponta Grossa.

O Aplicativo do Pânico Paranaense é uma funcionalidade disponibilizada no APP 190 da Polícia Militar que permite o acionamento emergencial por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Sua implantação no Estado do Paraná é uma iniciativa conjunta do Tribunal de Justiça do Paraná, através da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEVID, da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária, da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho e da Celepar, visando conferir maior proteção à vítima de violência doméstica e contribuir para a efetividade na fiscalização do cumprimento de medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

O Aplicativo do Pânico será concedido pelo/a Magistrado/a de forma conjunta ou posterior à apreciação da medida protetiva de urgência. A beneficiária poderá acioná-lo, por uma funcionalidade específica e somente acessível após decisão judicial, por meio do APP 190. Este último pode ser baixado em qualquer celular com sistema operacional Android ou iOS, gratuitamente. Após sua instalação, o usuário faz um cadastro e, a partir daí, será criado um perfil que registrará todo o histórico de atividades e acionamentos.

O lançamento experimental da implementação do Aplicativo do Pânico Paranaense ocorreu em 25 de novembro de 2020, na Comarca de Londrina, e seu funcionamento efetivo deu-se no início de dezembro. Os demais Municípios contemplados no convênio firmado entre as instituições envolvidas serão incluídos gradualmente no programa, ao longo do primeiro semestre deste ano, fortalecendo, assim, as políticas públicas já adotadas em âmbito municipal para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

ENTREVISTA AEN – AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS – APLICATIVO DO PÂNICO PARANAENSE

No dia 16 de fevereiro a Desembargadora Coordenadora da CEVID Ana Lúcia Lourenço concedeu entrevista à Agência Estadual de Notícias. Na oportunidade, a Desembargadora explicou que as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar podem acionar a polícia de forma segura, discreta e sigilosa por meio do Aplicativo do Pânico Paranaense, o qual passou a integrar o aplicativo 190, sem a necessidade de se deslocar até uma Delegacia. Além disso, explicou que o dispositivo permite que as mulheres que já se encontrem em situação de urgência e perigo consigam obter ajuda sem risco de contágio pela Covid 19 e sem infringir as normas de segurança impostas na pandemia.

Ressaltou que o público-alvo é constituído por mulheres que pleiteiam a concessão de medidas protetivas de urgência perante o Poder Judiciário, sendo que o/a Magistrado/a analisa o caso concreto e se entender que a mulher esteja em grave risco poderá conceder em favor dela o dispositivo de segurança preventiva – Aplicativo do Pânico Paranaense. Ao final, afirmou que a ferramenta do Aplicativo do Pânico Paranaense – APP 190 é mais uma alternativa ao enfrentamento ao combate à violência doméstica e familiar, mas que a ferramenta por si só não irá resolver o problema.

Mais informações sobre a entrevista podem ser encontradas no seguinte link:
<https://www.aen.pr.gov.br/modules/debaser/visualizar.php?audiovideo=1&xfid=93925>

COORDENADORA DA CEVID PARTICIPA DO PROGRAMA EM FOCO

No dia 26 de fevereiro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, participou do programa Em Foco, apresentando as principais ações em desenvolvimento pela Coordenadoria, bem como as principais prioridades desta nova gestão. A Desembargadora comentou acerca dos dados apontados na pesquisa do dossiê "Feminicídio: por que aconteceu com ela?", lançado em 25 de janeiro, elaborado pela CEVID em parceria com pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob a coordenação da Desembargadora Priscilla Placha Sá.

Ressaltou que os dados colhidos na pesquisa permitem identificar características do perfil da vítima e do autor de violência, bem como elementos relacionados à investigação do crime e aos atendimentos prestados, informações essas que são de extrema relevância para orientar a elaboração de políticas públicas. A Desembargadora salientou que a CEVID pretende estreitar os laços com as universidades para dar continuidade às parcerias na realização de pesquisas científicas, a exemplo da iniciativa do dossiê "Feminicídio: por que aconteceu com ela?".

A Coordenadora da CEVID também mencionou outros projetos em andamento, que serão expandidos e aprimorados, tais como a implantação do Aplicativo do Pânico Paranaense no APP 190 da Polícia Militar, a ampliação do serviço da Patrulha Maria da Penha e a implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco.



ESTABELECIDA A NOVA COMPOSIÇÃO DA CEVID PARA O BIÊNIO 2021-2022

No dia 2 de março, por meio da Portaria nº. 1845/2021-DM, foi instituída a composição da CEVID do TJPR para o biênio 2021-2022, que contará com a atuação dos seguintes Magistrados e Magistradas:

Na qualidade de integrantes da Coordenadoria:

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar; **Doutor Marcos Antônio da Cunha Araújo**, Vice-Coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal do Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; **Doutora Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral**, Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Ponta Grossa; **Doutor Ariel Nicolai Cesa Dias**, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Foz do Iguaçu; **Doutor Augusto Gluszczyk Junior**, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; **Doutora Bruna Greggio**, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; **Doutor Davi Pinto de Almeida**, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça; **Doutora Fabiane Pieruccini**, Juíza Auxiliar da Presidência; **Doutor Renato Garcia**, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Jacarezinho; **Doutora Tais de Paula Scheer**, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; e **Doutora Zilda Romero**, Juíza de Direito do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Londrina.

Na qualidade de colaboradores: **Doutora Luciane Bortoleto**, Juíza Auxiliar da Corregedoria; **Doutora Luciane do Rocio Custódio Ludovico**, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau; e **Doutor Victor Martim Batschke**, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau.

A atual composição da CEVID atende às determinações dos Atos Normativos do Conselho Nacional de Justiça (resolução nº. 254/2018) e do TJPR Resoluções nº. 20/2011-OE e 203/2018-OE), visando enriquecer o compartilhamento de conhecimentos, projetos e boas práticas que norteiem a elaboração e implementação de políticas públicas, bem como a identificação e atendimento às múltiplas demandas das Comarcas do Estado nas esferas jurídico-administrativa e psicossocial. Ainda, a CEVID manterá - como tem feito desde sua criação - o diálogo permanente com os Magistrados e as Magistradas que atuam nos Juízos com competência na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, cujo apoio e cujas sugestões têm desempenhado um papel fundamental para o bom desenvolvimento das atividades da Coordenadoria.



REALIZADA A 17ª EDIÇÃO DA CAMPANHA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Entre os dias 8 e 12 de março, ocorreu a 17ª edição da Justiça pela Paz em Casa. O programa é realizado pelo CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha, concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. A campanha também promove ações interdisciplinares organizadas que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

Iniciada em março de 2015, a Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres –, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006) –, e em novembro – quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher. Além de fomentar audiências e júris concentrados e a prolação de sentenças, os Tribunais de Justiça estaduais desenvolvem treinamentos, ações educativas, palestras, lançamento de políticas públicas e outras iniciativas, relacionadas ao combate e a prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Para cada Semana ocorrida, os Tribunais de Justiça dos Estados mensuram seus esforços e encaminham ao CNJ os dados quantitativos sobre os atendimentos realizados e seus respectivos processos, como também sobre as demais ações empreendidas durante o período.

No Paraná, a abertura oficial da 17ª edição da campanha foi promovida no dia 8 de março, durante a sessão do Órgão Especial. Na oportunidade, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, apresentou as principais ações desenvolvidas pelo TJPR por meio da Coordenadoria. Já na semana anterior à campanha, a Coordenadora da CEVID concedeu entrevistas ao programa Justiça para Todos, da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), e à Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP), prestando esclarecimentos à população acerca de questões relacionadas à violência contra a mulher, bem como acerca dos objetivos e ações da Justiça pela Paz em Casa. Durante toda a semana de 8 a 12 de março, também foram veiculadas notas aos espectadores em rádios de todo o Estado, por meio da AERP. Ainda, foram realizados os seguintes eventos: a reunião pública “Espaço de fala: movimentos sociais e sistema de justiça”, em parceria com o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE); a segunda Live sobre o dossiê “Feminicídio: Por que aconteceu com ela?”, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR); e o curso EAD “Violência doméstica: atendimento humanizado, oitiva sem julgamento e violência institucional”, em parceria com a Vara Criminal da Comarca de Jacarezinho e a Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE). Ainda, no dia 12 de março, foi promovido o lançamento oficial do Aplicativo do Pânico Paranaense, funcionalidade no APP 190 da Polícia Militar para acionamento por vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher em situação de risco iminente. Além dessas ações, as Comarcas promoveram iniciativas em âmbito local, por meio de parcerias institucionais com universidades, com os Conselhos da Comunidade e outros órgãos governamentais e não governamentais.



ABERTURA OFICIAL DA SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA NA SESSÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL

No dia 8 de março, foi realizada, pelo Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, a abertura oficial da 17ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, na sessão do Órgão Especial. Na oportunidade, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, também salientou a importância desses esforços concentrados visando promover a agilidade na tramitação dos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher e apresentou as principais ações atualmente desenvolvidas pela CEVID. Dentre as iniciativas em andamento, mediante o apoio da Presidência deste Tribunal e parcerias com magistrados, entidades governamentais e não governamentais, destacam-se:

- Aprovação e implementação de protocolo baseado nas Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídio): Trata-se de iniciativa conjunta com a participação da Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, Ministério Público, dentre outros órgãos, visando à padronização de procedimentos de atuação dos órgãos integrantes da rede de atenção à mulher,, a fim de garantir a qualidade, celeridade e efetividade no atendimento.

- Implementação do Formulário Nacional de Avaliação de risco (instituído pela Resolução CNJ-CNMP nº. 05/2020): Trata-se de questionário a ser aplicado pelos órgãos da rede (majoritariamente, pelas Polícias Civil e Militar) no primeiro atendimento à vítima, que tem por objetivo identificar os fatores que indiquem o risco da mulher vir a sofrer qualquer forma de violência no âmbito das relações domésticas e familiares (art. 7º da Lei nº. 11.340/2006), para subsidiar a atuação do Ministério Público, do Poder Judiciário e dos demais órgãos da rede de proteção na gestão do risco identificado.

A fim de viabilizar e garantir a efetividade na implementação do formulário, foi criado, em outubro de 2020 (Portaria nº. 7526/2020), comitê composto por representantes do Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Polícias Civil e Militar e a Secretaria de Estado da Família, Justiça e Trabalho (SEJUF). Em novembro e dezembro de 2020, foi realizada capacitação inicial, direcionada aos profissionais que atuam no atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, tratando dos objetivos e procedimentos para aplicação do formulário, bem como de temas relacionados à violência contra a mulher. Está prevista a realização de outras capacitações mais aprofundadas, abrangendo as especificidades do fluxo de atendimento nas Comarcas do Estado. Também foi iniciada a implementação de projetos-piloto nas Comarcas de Almirante Tamandaré e Foz do Iguaçu, os quais auxiliarão no diagnóstico para verificação de necessidades e possíveis ajustes à versão nacional do formulário, conforme as especificidades das Comarcas do Estado.

ABERTURA OFICIAL DA SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA NA SESSÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL

- Formação e capacitação de membros da magistratura estadual que atuam em casos de violência doméstica e familiar: Em atendimento à Recomendação nº. 79/2020/CNJ, será promovido, em parceria com a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), curso direcionado a todos os membros da Magistratura atuantes nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, abordando temas relacionados aos direitos fundamentais desde uma perspectiva de gênero. O curso será certificado pela ENFAM, e as inscrições serão abertas a partir de abril.

- Incremento do Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência (BNMPU), instituído pela Resolução CNJ nº. 342/2020 CNJ: além da identificação individualizada das medidas protetivas de urgência, o BNMPU tem por objetivo colher informações acerca da concessão das medidas, possibilitar a fiscalização, o monitoramento e a efetividade desse instrumento e permitir a produção de estatísticas. As informações para o BNMPU serão fornecidas pelos Tribunais de Justiça estaduais ao CNJ e poderão ser acessadas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pelos órgãos da segurança pública e por assistentes sociais, conforme previsto no parágrafo único do artigo 38-A da Lei nº. 11.340/2006.

- Implementação da Patrulha Maria da Penha em âmbito estadual, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar e CELEPAR: O serviço oferece acompanhamento preventivo periódico às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar com medidas protetivas de urgência vigentes e hoje é disponibilizado em alguns municípios do Estado por meio da atuação das Guardas Municipais.

- Implementação do Aplicativo do Pânico Virtual – Aplicativo 190 da Polícia Militar em quinze municípios do Estado: A implantação do dispositivo é uma iniciativa conjunta do TJPR, das Secretarias de Estado de Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) e de Segurança Pública (SESP), da Polícia Militar e da CELEPAR. É uma funcionalidade adicional no aplicativo 190-PR, concedida mediante decisão judicial, para o acionamento da Polícia Militar por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que possuam medidas protetivas de urgência vigentes. O dispositivo visa proporcionar mais agilidade, praticidade e efetividade aos atendimentos, ampliando e fortalecendo os serviços já existentes voltados à proteção da mulher.

ESPAÇO DE FALA: MOVIMENTOS SOCIAIS E SISTEMA DE JUSTIÇA

No dia 9 de março, a CEVID/TJPR, o Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (NUPIGE) do Ministério Público, o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública, a Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE) e a Escola da magistratura do Paraná (EMAP) realizaram a reunião pública “Espaço de fala: movimentos sociais e sistema de justiça”. O evento teve como principal objetivo ampliar a efetividade da Lei nº. 11.340/2006, oportunizando que diferentes instituições e movimentos sociais voltados à promoção e defesa dos direitos da mulher compartilhassem suas experiências com respeito ao enfrentamento à violência de gênero e ao acesso das vítimas ao sistema de justiça, considerando as especificidades relacionadas a diversos recortes sociais (orientação sexual, raça/etnia, classe, religião etc.).

Além das exposições da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço (Coordenadora da CEVID), da Defensora Pública Livia Brodbeck (Coordenadora do NUDEM) e da Promotora de Justiça Ana Carolina Franceschi (Coordenadora do NUPIGE), o evento contou com a participação das seguintes convidadas: Elza Maria Campos, representante da União Brasileira de Mulheres – Seção do Paraná (UBM/PR); Cibelle Santos de Oliveira, representante da Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN/PR); Leonete Maria Spercoski Ribas, representante da Liga Brasileira de Lésbicas no Paraná (LBL/PR); Maria Isabel Corrêa, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná; e Nanci Stancki da Luz, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curitiba (CMDM).

Na oportunidade, foram apresentados e discutidos alguns dos principais obstáculos, sugestões e demandas constatadas no dia a dia dessas entidades durante os atendimentos e intervenções. Dentre as questões abordadas, foi apontada a importância de promover ações educativas visando à conscientização das mulheres sobre a violência doméstica, para que possam buscar seus direitos, bem como de aprimorar e ampliar os serviços de proteção e assistência às mulheres nas regiões periféricas. Foi salientado que, embora a Lei Maria da Penha tenha trazido importantes avanços no que se refere à proteção e à garantia dos direitos das mulheres, muitas vezes fatores geográficos e socioculturais, por exemplo, impedem que a mulher tenha de fato acesso a esses serviços e recursos, tanto por desconhecimento da vítima sobre seus direitos quanto pela ausência ou atuação deficitária do sistema de justiça e dos demais órgãos da rede de atendimento.

Ainda, foram apontadas dificuldades no sentido de propiciar os meios necessários para que a vítima possa romper o ciclo de violência, em virtude de fatores como a dependência financeira e emocional do agressor. Também foi salientada a necessidade de formação sob a perspectiva de gênero por parte dos agentes responsáveis pelos atendimentos, a fim de evitar a revitimização e de assegurar uma resposta institucional eficaz e adequada a cada caso concreto.

SEGUNDA LIVE SOBRE O DOSSIÊ "FEMINICÍDIO: POR QUE ACONTECEU COM ELA?" EM PARCERIA COM A UFPR

No dia 10 de março, a CEVID do TJPR e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) promoveram a segunda Live sobre o dossiê "Feminicídio: Por que aconteceu com ela?", documento elaborado a partir dos resultados obtidos em estudo de amostra de casos em andamento no Estado, ocorridos no período entre 09 de março de 2015 e 09 de março de 2020. O evento teve como intuito ampliar a divulgação do dossiê, especialmente no meio acadêmico, bem como incentivar a realização de pesquisas científicas dessa natureza, ressaltando seu impacto e sua relevância para nortear e aprimorar a atuação do poder público.

A Live foi aberta pelo Professor Sérgio Staut (Diretor do Setor de Ciências Jurídicas da UFPR), pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço (Coordenadora da CEVID) e pela Desembargadora Priscilla Placha Sá, (Coordenadora da CEVID durante a elaboração da pesquisa). Em seguida, foi realizada a apresentação do dossiê pelas pesquisadoras Júlia Gitirana, Gabriela Grupp e Natália Frutuoso de Souza. Posteriormente, foram discutidos aspectos práticos a partir do dossiê, com exposições do Juiz de Direito Daniel Surdi Ribeiro Avelar e da Promotora de Justiça Ticiane Louise Santana Pereira. Inicialmente, foi apresentado o processo de idealização do projeto, de realização da pesquisa e de elaboração do dossiê. Foi pontuado que a pesquisa teve como objetivo analisar, nos casos concretos, a existência de indícios que permitissem prever a ocorrência de feminicídios e, dessa forma, fornecer subsídios para a tomada de ações visando a prevenção desses crimes. Foram descritos pelas pesquisadoras alguns dos dados obtidos a partir da análise dos quesitos jurídico-processual, técnico-pericial e socioindividual, demonstrando, por exemplo, atuação majoritariamente masculina dos agentes da rede de atendimento nesses casos, predominância de crimes cometidos no contexto doméstico, perfil heterogêneo dos autores dos crimes e inconsistências na identificação étnico-racial das vítimas. Ainda, os operadores do Direito teceram considerações e questionamentos suscitados pela pesquisa quanto à interpretação e aplicação da lei, como também sobre o impacto e as demandas das Varas Privativas do Tribunal do Júri no que se refere ao processamento dos casos de feminicídio.

Dentre as conclusões apontadas a partir da interpretação dos dados obtidos, salientou-se, com respeito à prevenção desses crimes, a necessidade de elaboração e implementação de políticas públicas específicas estruturadas, preventivas e protetivas, bem como de uma formação sob a perspectiva de gênero por parte dos agentes da rede de atendimento e considerando outros fatores que também são motivadores da violência, como raça, etnia, orientação sexual, entre outros. Também foi mencionada a importância do adequado cadastramento dos processos, assim como da padronização e integração de dados entre os órgãos envolvidos, a fim de possibilitar o mapeamento e análise dos casos de forma mais completa e precisa. O evento pode ser assistido através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=PPxGaL4c6h8>

CURSO EAD "VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ATENDIMENTO HUMANIZADO, OITIVA SEM JULGAMENTO E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL"

No dia 11 de março, a CEVID/TJPR, a Vara Criminal da Comarca de Jacarezinho e a Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE) promoveram, na modalidade EAD, o curso "Violência doméstica: atendimento humanizado, oitiva sem julgamento e violência institucional". O evento foi direcionado a todos os profissionais atuantes junto aos órgãos que integram a Rede de Atendimento e também foi aberto ao público em geral. O curso teve como enfoque a sensibilização dos profissionais da Rede quanto à não revitimização, para que sejam proporcionados às vítimas de violência doméstica e familiar acolhimento adequado, escuta qualificada e resposta eficaz às demandas verificadas nos casos concretos. Ainda, foram apresentadas informações de interesse à população em geral, acerca dos direitos da mulher previstos na Lei Maria da Penha, dos serviços disponíveis e canais de atendimento, entre outras. O evento foi gravado para fins de replicação e ampliação do curso, conforme as necessidades e demandas verificadas nas Comarcas do Estado.

O curso contou com exposições dos seguintes palestrantes: Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID; Fernanda Pegorini Januário, Primeiro-Tenente QOPM da Polícia Militar do Paraná; Delegada de Polícia Vanessa Alice, da Delegacia da Mulher de Curitiba; Promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi, Coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (NUPIGE) do Ministério Público do Estado do Paraná; Defensora Pública Lívia Martins Salomão Brodbeck e Silva, Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Paraná; advogada Layana Mara Laiter Martins, do Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual do Norte do Paraná (NUMAPE-UENP); e Juiz Renato Garcia, da Vara Criminal de Jacarezinho. Foram abordados aspectos gerais acerca da interpretação e aplicação da lei nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, incluindo informações acerca da atuação das Polícias Civil e Militar, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Ainda, foi descrito o fluxo de atendimento realizado em Jacarezinho, onde a competência dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher corresponde à Vara Criminal, que hoje possui cerca de mil processos relativos à violência contra a mulher em andamento. Também foi apresentado o trabalho realizado pelo NUMAPE no atendimento aos envolvidos, o qual fornece assistência jurídica e psicossocial, realiza projetos voltados ao empoderamento da vítima, bem como à sensibilização e conscientização do ofensor, e promove encaminhamentos a outros órgãos de proteção e assistência.

Os palestrantes salientaram a importância de que sejam promovidas capacitações e ações em âmbito interno dos órgãos da rede, a fim de garantir a qualidade do atendimento e de inibir condutas machistas, preconceituosas e discriminatórias, que representam violações dos direitos da mulher e dos princípios da Lei Maria da Penha, além de desencorajarem a vítima a buscar auxílio. Foi ressaltado que os agentes responsáveis pelos atendimentos devem proporcionar à vítima o acolhimento, as orientações e encaminhamentos pertinentes sem emitir julgamentos e analisando as peculiaridades de cada caso, para que seja possível identificar corretamente e suprir de forma efetiva as demandas constatadas.

SOLENIDADE DE IMPLANTAÇÃO DO APLICATIVO DO PÂNICO PARANAENSE EM QUINZE MUNICÍPIOS DO ESTADO

No dia 12 de março, foi promovida, de forma virtual, pelo TJPR por meio da CEVID, a solenidade de implantação do Aplicativo do Pânico Paranaense – App 190 em quinze municípios do Paraná. O evento foi realizado conjuntamente com a Polícia Militar, a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), órgãos parceiros do TJPR na implementação do dispositivo no Estado. Participaram da solenidade o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Laurindo de Souza Netto; a Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço; o Secretário de Estado de Segurança Pública, Coronel Romulo Marinho Soares; o Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná, Coronel Gelson Marcelo Jahnke; o Diretor-Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), Doutor Leandro de Moura; e representando a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), a Chefe do Departamento de Garantias dos Direitos da Mulher, senhora Mara Sperandio.

O Aplicativo do Pânico Paranaense – APP 190 começou a ser implementado em caráter experimental no município de Londrina em dezembro de 2020 e, desde então, vem sendo implantado, gradativamente, nos demais municípios contemplados no convênio firmado entre os entes envolvidos. A partir de 12 de março de 2021, o recurso estará disponível nos municípios de Apucarana, Arapongas, Araucária, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Irati, Londrina, Maringá, Matinhos, Paranaguá, Pinhais e Ponta Grossa. Agora, o trabalho conjunto é no sentido de promover a avaliação da eficácia desse recurso nos moldes implementados, realizar eventuais ajustes e aprimoramentos e ampliar a utilização do dispositivo no Estado, a fim de contemplar o maior número possível de mulheres e garantir o atendimento célere e eficaz a todas as ocorrências.

O Aplicativo será concedido a vítimas de violência doméstica por meio de decisão judicial. Essa decisão pode ser tomada pelo/a Juiz/a no momento da análise do pedido de medidas protetivas de urgência, ou posteriormente, se ocorrer alguma situação em que o Magistrado/a entenda ser necessária a utilização desse recurso, por exemplo, se alguma das medidas protetivas for descumprida. Após a concessão do dispositivo pelo/a Magistrado/a, a usuária precisa instalar, em seu aparelho celular, o aplicativo 190-PR – que está disponível gratuitamente para os sistemas operacionais Android e IOS – e preencher um cadastro, fornecendo informações que serão utilizadas quando os agentes policiais forem realizar os atendimentos.

Quando o Aplicativo do Pânico é acionado, o APP 190-PR detecta a posição geográfica atual da usuária e grava sessenta segundos de áudio do ambiente onde o celular se encontra, quando a ocorrência é aberta. Ao receber o chamado, a central da Polícia Militar encaminhará a viatura mais próxima disponível ao local e transmitirá, aos agentes responsáveis, todas as informações necessárias para realização do atendimento. A Central de Monitoramento do Aplicativo do Pânico Paranaense funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo finais de semana e feriados, possibilitando o acionamento do dispositivo em qualquer dia e horário.



COORDENADORA DA CEVID MINISTRA PALESTRA NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – PUC/PR

No dia 26 de março, a Desembargadora Ana Lúcia, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR, ministrou palestra para os/as acadêmicos/as do último ano do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR sobre o tema de violência doméstica e familiar contra a mulher. Na ocasião, a Desembargadora falou acerca da criação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, seu objetivo geral, suas principais atribuições e ações adotadas durante o período de pandemia pelo novo corona vírus (Covid-19), bem como pontuou algumas questões relevantes da Lei Maria da Penha – Lei nº. 11.340/2006.

LIVE DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONESD

Em 29 março ocorreu a Live “Mulher: violência, perspectivas e desafios na contemporaneidade”, pela manhã, no Facebook do Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas – CONESD. A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, teve a oportunidade de fazer uma fala a respeito do trabalho e das ações desta Coordenadoria mediante o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

PALESTRA NA ACISF- ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SANTA FELICIDADE

Em 31 de março, a Desembargadora Coordenadora da CEVID ministrou palestra que abordou o conceito e as características do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher, suas principais causas e consequências. Também foram apresentados os avanços trazidos pelas legislações específicas brasileiras Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006) e Lei do Feminicídio (Lei nº. 13.104/2015) com respeito à proteção e à assistência aos envolvidos em situações de violência doméstica e familiar, bem como à promoção e à defesa de seus direitos.

Ainda, foi tratado acerca das medidas protetivas de urgência, que são importantes mecanismos criados pela Lei Maria da Penha para garantir a proteção das vítimas e a responsabilização dos autores de violência. Por fim, foi descrita a atuação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Paraná (CEVID/TJPR), relacionada ao aprimoramento na prestação jurisdicional, assim como à elaboração e execução de políticas públicas destinadas ao combate e à prevenção a esses crimes.

Abril

CEVID/TJPR PROMOVE ARTICULAÇÕES PARA FORTALECER E AMPLIAR A ATUAÇÃO DA COORDENADORIA

Durante o mês de abril, a CEVID/TJPR participou de diversas reuniões em âmbito interno e externo do Tribunal de Justiça, com o intuito de definir estratégias de atuação e alinhar as ações da Coordenadoria, bem como de fortalecer e ampliar parcerias.

No dia 8 de abril, foi realizada reunião do Colégio de Coordenadores das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar dos Tribunais de Justiça Estaduais (COCEVID). Na oportunidade, foram discutidas sugestões para alteração e flexibilização da Meta 8 em razão da pandemia e das dificuldades apresentadas para realização de audiências. Ainda, tratou-se do Projeto de Lei nº. 3.244/2020 – que prevê a criação de Varas híbridas, com competência nas matérias de violência doméstica e familiar contra a mulher e de família –, bem como de seus impactos para a organização interna dos Tribunais.

No dia 28, foi promovida reunião virtual entre os/as integrantes da CEVID e o Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto. Na ocasião, foram tratadas as metas e diretrizes do planejamento estratégico do TJPR relacionadas ao combate e à prevenção da violência contra a mulher. Também foram apresentadas as ações da CEVID – previstas e em andamento – para o biênio 2021-2022

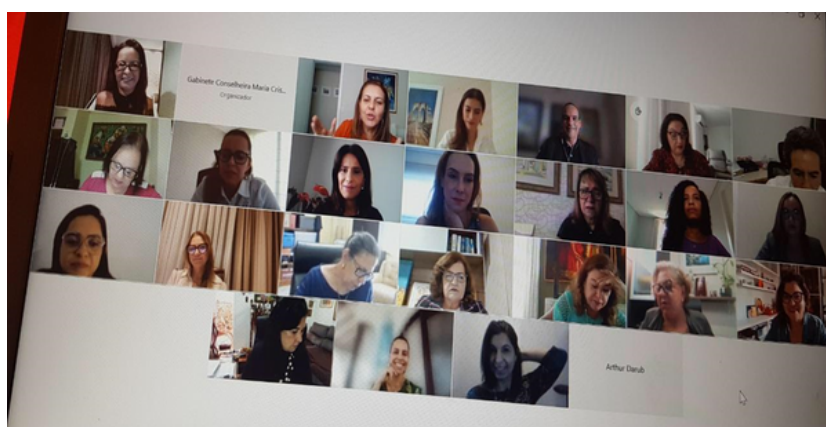
A CEVID também se reuniu com a Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero (CEVIGE) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, que atuará em parceria com a Coordenadoria em diversas iniciativas, tais como: implementação do formulário de avaliação de risco, acompanhamento na implementação dos grupos reflexivos para autores de violência doméstica, realização de capacitações e de reuniões públicas (espaços de fala, promovidos em parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública). Ainda, foram iniciadas tratativas com o Ministério Público do Trabalho do Paraná, para parcerias em ações voltadas à empregabilidade das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, bem como no sentido de promover eventos de sensibilização e conscientização em empresas.

Na esfera municipal, foi realizada reunião com a Vereadora de Curitiba Maria Leticia Fagundes, para tratar da possibilidade de convênio entre o TJPR e a Câmara Municipal, visando ao aprimoramento no atendimento aos casos de violência doméstica.

Abril

REUNIÃO COCEVID - COLÉGIO DE COORDENADORES DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS: ALTERAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS DA META Nº. 8 DO CNJ E SOBRE O PROJETO DE LEI Nº. 3.244/2020, QUE AMPLIA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

No dia 08 de abril, os membros do COCEVID, FONAVID e do CNJ participaram da reunião pública, a qual tratou sobre as sugestões para alteração e flexibilização da meta nº. 8 do CNJ e sobre os impactos significativos que o Projeto de Lei nº. 3.244/2020 trará para organização interna dos tribunais. As sugestões e alterações da Meta nº. 8 do CNJ pelos membros foram: flexibilização do percentual exigido para cumprimento da Meta 8, em razão da pandemia e das dificuldades apresentadas para realização de audiências o que impacta negativamente na instrução e, conseqüentemente, no julgamento dos processos; necessidade de exclusão da pontuação prevista para o critério de homologação ou revogação da medida protetiva concedida pela autoridade policial, conforme anexo II, da Portaria CNJ nº. 88/2020; e, avaliação da violência doméstica nos quatro eixos temáticos previstos na Portaria CNJ nº. 88/2020, quais sejam governança, transparência, produtividade e dados, que já são atualmente computados. E sobre o Projeto de Lei nº. 3.244/2020, os membros relataram sobre os impactos significativos que os tribunais terão em sua organização interna, requerendo, para tanto, que os Conselheiros que integram a Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e Vulneráveis e os Presidentes dos Tribunais analisem sobre a conveniência de se manifestarem contrário ao referido Projeto de Lei.



Abril

PROJETO IDEALIZADO POR JUÍZA DO TJPR E INTEGRANTE DA CEVID GANHA O TERCEIRO LUGAR NO IDEATHON - COMPETIÇÃO IDEALIZADA PELO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS VISA ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS CRIATIVAS NO PODER JUDICIÁRIO

No dia 08 de abril, o projeto “Dashboard: Ferramenta para fortalecimento da prestação jurisdicional às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”, desenvolvido pela Juíza Taís de Paula Scheer do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), ganhou o terceiro lugar no Ideathon, competição idealizada pelo Laboratório de Inovação e Inteligência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB Lab).

A magistrada atua na 5ª Subseção Criminal da Comarca de Curitiba, designada para atuar em colaboração no 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e é integrante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID).

O projeto elaborado pela Juíza pretende auxiliar na melhoria da prestação jurisdicional, tornando-a mais efetiva e adequada aos anseios da mulher em situação de violência. Além disso, por meio dos dados gerados pelo sistema, será possível o desenvolvimento de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, não apenas no âmbito do Poder Judiciário, mas também do Executivo e Legislativo.

O objetivo é mapear informações para construir uma base de dados dos atendimentos prestados à mulher e à sua família pelos órgãos do Estado, a fim de evidenciar quais as soluções mais adequadas para o encerramento do ciclo de violência e superação dos traumas decorrentes, envolvendo tanto recursos jurídicos quanto outros meios.

A Juíza destaca que o projeto visa concentrar todas as ações realizadas pela rede de proteção à mulher vítima de violência.

Mais informações sobre os vencedores e os trabalhos por eles desenvolvidos podem ser encontrados no seguinte link: <https://www.amb.com.br/projeto-protetivas-on-line-e-o-vencedor-do-ideathon-do-amb-lab-leia-lista-dos-vencedores/>



Abril

REUNIÃO SOBRE A TEMÁTICA: REDE DE EMPREGABILIDADE PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No dia 14 de abril, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, se reuniu com a Doutora Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, Procuradora do Ministério Público do Trabalho do Estado Paraná, Sandra Prado, Coordenadora da Casa da Mulher Brasileira, Alessandra Vidmontas, Coordenadora da Associação Beneficente Encontro com Deus e Tatyana Scheila Friedrich, Professora da Universidade Federal do Estado do Paraná. O encontro teve como principal debate a importância do encaminhamento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar para o mercado de trabalho.

Na ocasião, os participantes apresentaram e discutiram algumas dificuldades e sugestões sobre a mulher vítima de violência e familiar dentro ou a procura de trabalho. Dentre as questões abordadas, foi apontada a importância da inclusão dessas mulheres pelas empresas, bem como a importância delas se sentirem acolhidas no ambiente profissional. Foi ressaltada a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de combate aos tipos de assédios (moral, psicológico, sexual e afins) no trabalho e o fortalecimento da mensagem de que as empresas também são responsáveis e devem estar atentas à violência contra a mulher.

Ainda, Doutora Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes informou que o Ministério Público do Trabalho está criando a Rede de Empregabilidade e que através da realização de convênios, serão formatadas e disponibilizadas capacitações e palestras para troca de experiências. Todavia, deve haver um estudo interno nas empresas para analisar situações que possam ocorrer e que demandem atenção e/ou auxílio para mulher colaboradora. Ressaltou a possibilidade de realizar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para Rede de Empregabilidade.

Abril

REUNIÃO PARA TRATATIVAS PARA ELABORAÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID

Em 26 de maio, foi realizada reunião entre os integrantes da CEVID para tratar sobre a elaboração da revista eletrônica da Coordenadoria.

Na oportunidade, foi explanado que a revista eletrônica será publicada paralelamente ao boletim informativo, uma vez que ambos têm objetivos distintos – o boletim informativo tem caráter institucional, visando à divulgação das ações da Coordenadoria e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná na área da violência doméstica e familiar e a revista tem como intuito registrar as ações desenvolvidas ao longo do tempo pela CEVID, possibilitar a divulgação de boas práticas e projetos de Magistrados/as, servidores/as e profissionais da rede de enfrentamento quanto as políticas públicas por eles desenvolvidas e executadas e oferecer espaço para os pesquisadores das áreas de violência doméstica e familiar e humanidades divulguem suas produções.

A periodicidade da revista será semestral, tendo sua primeira publicação no mês de julho/2021, com os seguintes tópicos: histórico da Coordenadoria; palavras das Desembargadoras que estiveram à frente da CEVID, desde sua criação; e projetos e boas práticas dos/as Magistrados/as do Estado do Paraná atuantes na área de violência doméstica e familiar contra a mulher.

CEVID E PRESIDENTE DO TJPR REALIZAM REUNIÃO PARA ALINHAMENTO DE AÇÕES DO JUDICIÁRIO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No dia 28 de abril, foi promovida reunião virtual entre os/as integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) e o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Netto. Na oportunidade, foram tratadas as metas e diretrizes do planejamento estratégico do TJPR relacionadas ao combate e à prevenção da violência contra a mulher. Também foram apresentadas as ações da CEVID – previstas e em andamento – para o Biênio 2021-2022.

O Presidente enalteceu o trabalho realizado pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço e demais integrantes da Coordenadoria, bem como o engajamento dos Magistrados e Magistradas que atuam na matéria, garantindo uma prestação jurisdicional de qualidade no Estado. Salientou ainda que o enfrentamento da violência contra a mulher é uma pauta prioritária da atual gestão e que a atuação do Judiciário nessa área estará calcada nos 5 princípios norteadores do plano de trabalho para o Biênio 2021-2022: valorização do ser humano, aumento da eficiência, capacitação contínua de Magistrados e Servidores, uso racional de recursos e aproximação do Poder Judiciário com a sociedade. Nesse sentido, serão adotadas medidas concretas para promover a celeridade na tramitação processual, a exemplo do que já está sendo feito em Varas Especializadas da Capital, por meio da designação de Magistradas para duplicação da pauta de audiências. Além disso, pretende-se fortalecer e ampliar as parcerias interinstitucionais para consolidação e expansão de projetos de proteção e assistência voltados à vítima e ao autor de violência. O Presidente do TJPR também ressaltou a importância do fomento a pesquisas científicas, visando fornecer elementos técnicos para subsidiar a implementação de políticas públicas mais efetivas.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, agradeceu o apoio de toda a Cúpula Diretiva do TJPR, o qual tem sido fundamental para o bom desenvolvimento das atividades da Coordenadoria. Entre as iniciativas já empreendidas pela nova gestão, inclui-se o estabelecimento da função de Vice-Coordenador na estrutura da CEVID, o que – conforme salientado pela Desembargadora Ana Lúcia – contribuirá para o aprimoramento na estruturação e otimização dos trabalhos.

Ainda, os/as Magistrados/as integrantes da CEVID compartilharam o andamento das ações em desenvolvimento pela Coordenadoria e apresentaram sugestões de novas iniciativas.

Abril

CEVID/TJPR PARTICIPA DE CURSO PROMOVIDO PELO NUMAPE DE LONDRINA - ANÁLISE DE ACÓRDÃOS DO STJ SOBRE A LEI MARIA DA PENHA NOS 13 ANOS DE PROMULGAÇÃO DA LEI Nº. 11.340/2006: JULGADOS DE 2006 A 2019 SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER PELO TRIBUNAL DA CIDADANIA

No dia 30 de abril, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, proferiu palestra no curso "Análise de Acórdãos do STJ sobre a Lei Maria da Penha nos 13 anos de Promulgação da Lei nº. 11.340/2006: julgados de 2006 a 2019 sobre a violência contra a mulher pelo tribunal da cidadania". O evento foi promovido de forma virtual pelo Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) de Londrina. A Desembargadora Ana Lúcia discorreu acerca da evolução das decisões nos 15 anos de Lei dos processos da Vara Maria da Penha e descreveu o papel e a atuação da CEVID/TJPR no enfrentamento da violência doméstica.

O Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) é um Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL), iniciado em 2013 e coordenado pela Prof^a. Dr^a. Claudete Carvalho Canezin. O Núcleo presta atendimento jurídico e psicológico gratuito à mulheres de baixa renda que se encontrem em situação de violência doméstica e familiar e residam em Londrina/PR. Além do apoio jurídico, o Núcleo conta, ainda, com profissionais do ramo da psicologia, cuja atividade consiste na realização de entrevistas clínicas e/ou realização de acompanhamento psicológico para o manejo dos aspectos emocionais relacionados à situação de risco e arranjo de condições para ampliar o repertório de enfrentamento e resgate da dignidade da mulher.

O NUMAPE também desenvolve trabalhos de conscientização como meio de esclarecer às mulheres os tipos de violência existentes, bem como o caminho para sua emancipação.

A atuação do NUMAPE é de suma importância para a garantia dos direitos da mulher, assim como dos menores envolvidos. Ademais, o Núcleo integra a Rede de Proteção à Mulher do município de Londrina, viabilizando maior comunicação e efetivação dos serviços. Mais informações acerca dos serviços ofertados pelo NUMAPE de Londrina e dados para contato podem ser encontrados no seguinte link: <http://www.uel.br/nucleos/numape/>

Palestrantes confirmadas para o Encontro Aberto do Curso
"Análise de Acórdãos do STJ sobre a Lei Maria da Penha"

- ☒ **Dra. Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha**
DD. Juíza de Direito da Vara Criminal - Maria da Penha Londrina- PR
- ☒ **Dra. Amarilis Fernandes Picarelli Cordoli**
DD. Promotora de Justiça Londrina - PR
- ☒ **Dra. Ana Lúcia Lourenço**
DD. Desembargadora e Coordenadora do CEVID-PR Tribunal de Justiça - PR

30 de abril de 2021 - 9h00min
Plataforma Google Meet

 NUMAPE

Maio

REUNIÃO ENTRE A CEVID/TJPR, NUDEM/DPPR, NUPIGE/MPPR E CEVIGE/OABPR

Em 05 de maio, foi realizada, de forma virtual, a reunião entre representantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (CEVID/TJPR), do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero do Ministério Público do Estado do Paraná (NUPIGE/MPPR), do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Paraná (NUDEM/DPPR) e da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná (CEVIGE/OABPR).

A ocasião teve como finalidade propor que o próximo evento "Espaço de fala" seja dedicado às comunidades indígenas, em razão da demanda apresentada pela Procuradoria da República acerca de informações quanto à atuação da CEVID em favor dessas comunidades. Além das exposições da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço (Coordenadora da CEVID), da Defensora Pública Lívia Brodbeck (Coordenadora do NUDEM) e da Promotora de Justiça Ana Carolina Franceschi (Coordenadora do NUPIGE) e da Doutora Helena Rocha (Presidente da CEVIGE/OABPR), a reunião contou com a participação dos seguintes convidados: Doutor Rafael Moura - Coordenador do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-racial (NUPIER); Doutora Alessandra Pimentel - Juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Ponta Grossa, integrante da CEVID/TJPR; Doutora Bruna Greggio - Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Região Metropolitana de Curitiba, integrante da CEVID/TJPR.

Dentre as questões abordadas na reunião, foi salientado que as instituições, de modo geral, não estão preparadas para lidar com a complexidade desses conflitos e que não é levada em conta a perspectiva de gênero, pois a conscientização da comunidade é importante, mas também é preciso solucionar os entraves para os atendimentos constatados na prática.

Nesse sentido, foi comentado sobre a importância de se desenvolverem ações e políticas específicas em prol dos povos indígenas e que é preciso haver cuidado para não cometer abusos, não violentar a autonomia e não passar por cima da "jurisdição" indígena, mas sim, levar em conta o funcionamento interno dessas comunidades, atentando-se para o aspecto antropológico e para a necessidade do diálogo com as comunidades, para que as próprias lideranças promovam as mudanças necessárias e criem mecanismos para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Outra pauta foi a produção de um material para crianças e adolescentes, em que se optou pela elaboração das cartilhas seja realizada em uma linguagem acessível aos adolescentes, por meio de ilustrações e de vídeos correspondentes à faixa etária em questão. Em um primeiro momento, promoção uma pesquisa de maneira informal, diretamente junto aos adolescentes, a fim de colher informações para a construção do material; posteriormente, buscar parcerias com o Executivo e com movimentos estudantis.

Maio

EMAP, AMAPAR E CEVID PROMOVEM CURSO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PARA MAGISTRADOS/AS E SERVIDORES/AS

Entre os dias 3 de maio e 7 de junho, a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) promoveu – em parceria com a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) e com a CEVID – curso de capacitação na área de violência doméstica e familiar contra a mulher, voltado a Magistrados/as e servidores/as do Judiciário paranaense.

O curso, certificado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), foi idealizado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), tendo como objetivo fornecer aos cursistas elementos que lhes permitam interpretar e aplicar os normativos relacionados à questão da violência doméstica contra a mulher, em especial a Lei Maria da Penha, de acordo com a especificidade de cada caso, considerando aspectos relacionados a gênero, raça e etnia. Os principais temas abordados foram: a evolução dos conceitos de gênero e direitos humanos das mulheres; efetividade da Lei Maria da Penha; aspectos penais e processuais da Lei Maria da Penha; sinais e impactos da violência na vida da mulher: o olhar multidisciplinar e a intervenção em rede. A capacitação foi realizada na modalidade a distância, com carga horária de 40 horas.

Posteriormente, a EMAP, a AMAPAR e a CEVID pretendem promover outros cursos na área, abrangendo temáticas mais específicas, tais como a aplicação do Formulário de Avaliação de Risco e a implementação de grupos reflexivos para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Também serão consideradas na elaboração dos próximos cursos as demandas apontadas pelos Magistrados e Magistradas que atuam na matéria.



**Curso de Violência doméstica e familiar
contra a mulher**

Maio

CEVID PARTICIPA NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ

No dia 12 de maio, a CEVID/TJPR se reuniu com o Departamento do Planejamento (DPLAN), a fim de contribuir na elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná 2021-2026 (PE PJPR 2021-2026). Na oportunidade, foram discutidos os Indicadores Estratégicos, bem como as respectivas metas, programas, projetos e ações, relacionados ao enfrentamento da violência contra a mulher, que seriam incluídos no documento a ser encaminhado para apreciação do Órgão Especial.

Os doze objetivos do PE PJPR 2021-2026 foram definidos a partir da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, proposta pelo CNJ, e estão pautados em quatro perspectivas: perspectiva da sociedade; dos processos internos; de aprendizado e crescimento; e de recursos. O Objetivo 8, referente ao aperfeiçoamento da gestão da Justiça Criminal, está diretamente relacionado à atuação da CEVID.

O PE PJPR 2021-2026 também está alinhado à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual consiste em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem atingidos no período de 2016 a 2030, relacionados à efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento. Sob essa ótica, as ações da CEVID/TJPR dizem respeito ao cumprimento dos ODS 5 – "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas" – e 16 – "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis"–.

Em conformidade com esses alinhamentos e diretrizes, foi definida a inclusão, no documento do PE PJPR 2021-2026 a ser submetido à apreciação do Órgão Especial, da Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça – "identificar e julgar, até 31/12/2021, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2019 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019" – e de seus respectivos indicadores. Tal medida visa contribuir para o monitoramento e aprimoramento da prestação jurisdicional nesses casos.



Maio

REUNIÃO DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

No dia 20 de maio, foi realizada reunião entre os representantes do Comitê Interinstitucional para Implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Na oportunidade, foram discutidos os andamentos relativos à implantação do Formulário por meio eletrônico no sistema PROJUDI e à integração com os sistemas das demais instituições envolvidas. Também foram apresentados os resultados obtidos nas Comarcas de Almirante Tamandaré e Foz do Iguaçu, onde o instrumento já vem sendo implementado em fase de teste desde janeiro de 2021. O Formulário Nacional de Avaliação de Risco foi instituído pela Lei nº. 14.149, de 5 de maio 2021, conforme modelo definido na Resolução Conjunta nº. 5/2020, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

A fim de garantir a efetividade na aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no Paraná, foi instituído, em 2020, Comitê Interinstitucional composto de representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar e da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF). Representam o TJPR os Juízes de Direito Ariel Nicolai Cesa Dias (presidente do Comitê), do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Foz do Iguaçu, e Marcos Antônio da Cunha Araújo, da 1ª Vara Criminal da Comarca de Almirante Tamandaré. As atividades desenvolvidas pelo Comitê incluem a organização de capacitações para qualificação dos profissionais responsáveis por aplicar o Formulário e articulações para implantação desse instrumento por meio eletrônico. Ainda, está sendo desenvolvido estudo – capitaneado pela Polícia Militar – para elaboração de um plano de segurança para a vítima de violência contra a mulher, com o intuito de orientar as intervenções e encaminhamentos realizados pelos órgãos da rede de atendimento, com base nas informações obtidas por meio do Formulário.

Nas Comarcas de Almirante Tamandaré e Foz do Iguaçu, o Formulário de Risco está sendo utilizado, oficialmente, desde janeiro de 2021, apresentando resultados bastante significativos com respeito à qualificação nos atendimentos. Conforme relatado pelos Magistrados Ariel Dias e Marcos Araújo, a aplicação do Formulário permite identificar elementos que, de outro modo, poderiam passar despercebidos, tais como a presença de armas de fogo, possibilitando uma atuação mais efetiva dos órgãos da rede de atendimento para garantia de proteção e assistência a todos os envolvidos. Ademais, os dados colhidos também auxiliam na elaboração de políticas públicas mais eficazes em âmbito estadual e municipal.

No dia 29 de maio, foi implementada a primeira versão eletrônica do Formulário de Risco no sistema PROJUDI - integrada com os sistemas informatizados das demais instituições envolvidas -, o que otimizará o preenchimento, bem como o levantamento de dados estatísticos. Ainda, facilitará a expansão do Formulário para todo o Estado, após a finalização da fase de testes.

INFORMÁTICAS DA CEVID, SEJUF, PMPR E PCPR REALIZAM REUNIÃO SOBRE O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

No dia 26 de maio, a CEVID/TJPR participou virtualmente da reunião com a SEJUF, PMPR e PCPR, a qual teve como finalidade a integração dos sistemas informatizados para a implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Foi informado que as Comarcas de Foz do Iguaçu e Almirante Tamandaré já utilizam um projeto piloto para preenchimento nas Delegacias de Polícia. Além disso, foi relatado que, no dia 29 de maio, ocorrerá a integração de metadados das respostas presentes nos formulários, possibilitando a coleta de dados estatísticos. No caso do Ministério Público, foi informado que, assim como a Defensoria Pública, possui integração com o sistema Projudi.

Outro assunto abordado na reunião foi a possibilidade de complementação dos dados do Formulário Nacional de Avaliação de Risco pelos membros dos entes de apoio (CRAS, CREAS e CRAM). Caso não exista um processo judicial relacionado à vítima, os entes de apoio devem preencher o formulário pelo meio físico e encaminhar a vítima à Delegacia e que requerimento das medidas protetivas de urgência por meio eletrônico só poderão serem pleiteados em caso de existência de apoio jurídico nestas instituições. Foi ressaltada a necessidade do preenchimento do formulário por meio eletrônico. Apesar de os órgãos de apoio não possuírem acesso ao Projudi, essa questão pode ser solucionada, sendo necessário o requerimento ao Poder Judiciário.

Tratou-se sobre a possibilidade de os entes de apoio também terem acesso ao sistema para realizarem o preenchimento do formulário e requerem as medidas protetivas de urgência, desde que possuam capacidade jurídica para postulação. O Formulário Nacional de Avaliação de Risco será disponibilizado no sábado (29/05/2021) e será analisada a possibilidade de incluir o formulário na modalidade de peticionamento antes da inauguração.

Maio

CEVID/TJPR PARTICIPA DO LANÇAMENTO DA CAMPANHA DO LEVANTE FEMINISTA CONTRA O FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARANÁ

No dia 29 de maio, a CEVID/TJPR participou do segundo evento de lançamento da campanha do Levante Feminista contra o feminicídio no Estado do Paraná. O primeiro evento foi promovido no dia 22 de maio, e ambos ocorreram de forma virtual, com transmissão ao vivo pelo Facebook.

Na oportunidade, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, apresentou os objetivos e ações da Coordenadoria, ressaltando que a atual gestão do TJPR tem como princípios norteadores a valorização do ser humano e a aproximação do Poder Judiciário com a população. Discorreu sobre o papel da Coordenadoria na reeducação da sociedade, buscando o respeito às mulheres, na capacitação dos profissionais da rede de atendimento, na criação e implementação de políticas públicas e no aprimoramento da apuração de dados estatísticos, para nortear uma atuação mais efetiva no enfrentamento da violência contra a mulher.

O Levante Feminista contra o feminicídio é uma campanha nacional promovida por mulheres feministas brasileiras, representantes de diversos segmentos sociais, cujo objetivo é combater o feminicídio no Brasil através de ações de enfrentamento à cultura patriarcal e racista que leva à prática de crimes contra mulheres. No Paraná, o Levante Feminista contra o feminicídio, organização civil sem personalidade jurídica e sem fins lucrativos, é composto de diversas entidades e lideranças comunitárias engajadas na luta pela efetiva implementação da Lei Maria da Penha, da Lei do Feminicídio, das diretrizes de feminicídio no Brasil e de todos os instrumentos de proteção e defesa dos direitos das mulheres.

Os eventos de lançamento da campanha do Levante Feminista contra o feminicídio no Estado do Paraná propiciaram espaço para que fossem ouvidas as mulheres que sofrem com a violência doméstica e lideranças comunitárias que atuam no combate ao feminicídio, representando as mulheres lésbicas, travestis e transexuais, com deficiência, negras, indígenas, ciganas e quilombolas, entre outras. Também foram ouvidas instituições defensoras de direitos humanos.

Na ocasião, foi salientada a importância de um papel ativo do Judiciário, dos setores de segurança e das redes de atendimento, bem como da reeducação da sociedade para que haja a valorização e o respeito às mulheres. Também foi apontada a necessidade de um maior investimento em políticas públicas de prevenção e contenção da violência, com a disponibilização de delegacias especializadas, ampliação dos serviços de atendimento psicossocial e qualificação na coleta de dados estatísticos, considerando as especificidades dos diferentes recortes sociais (raça/etnia, orientação sexual, classe social, religião etc.).



Junho

CEVID/TJPR E PMPR SE REÚNEM PARA TRATAR DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA RELATIVAS À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No dia 1º de junho, a CEVID/TJPR se reuniu com a Polícia Militar a fim de tratar de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, para concretização de iniciativas previstas e implementação de novas ações. A pauta incluiu a ampliação do uso do Aplicativo do Pânico Virtual Paranaense, a implementação da Patrulha Maria da Penha em âmbito estadual e a aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco.

A funcionalidade do Aplicativo do Pânico Virtual Paranaense no APP 190 da Polícia Militar foi desenvolvida por meio de parceria entre o TJPR, a Secretaria de Segurança Pública (SESP), a Secretaria de Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR). Trata-se de ferramenta disponibilizada, mediante decisão judicial, a vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher que possuam medidas protetivas de urgência vigentes, permitindo o acionamento da polícia local pela mulher em situações de risco iminente. O dispositivo teve sua implantação inicial em dezembro de 2020, em Londrina e, desde março de 2021, encontra-se em funcionamento em quinze Comarcas do Estado. A partir do mês de junho, a funcionalidade será implantada gradativamente nas demais Comarcas e, até o final do mês de julho, todo o Estado contará com o recurso. Ainda, a fim de garantir a agilidade nos atendimentos, a PMPR está promovendo a integração com as Guardas Municipais para atuação conjunta no direcionamento das ocorrências.

A Patrulha Maria da Penha tem como objetivo oferecer acompanhamento preventivo periódico e garantir maior proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar que possuem medidas protetivas de urgência vigentes. Em atendimento à Lei nº. 19.788/2018, o Tribunal de Justiça do Paraná e a Polícia Militar estão em tratativas para implantação da Patrulha Maria da Penha em todo o Estado. Hoje, o serviço é ofertado em alguns municípios por meio das Guardas Municipais. A atuação da Polícia Militar, além de permitir a disponibilização do serviço em municípios que não possuem Guardas Municipais, contribuirá para a padronização dos atendimentos, representando um importante reforço às políticas públicas já existentes nos municípios para proteção das vítimas de violência doméstica.

A Polícia Militar também está trabalhando na integração com os sistemas informatizados do TJPR e das demais instituições envolvidas na implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Esse instrumento consiste em um questionário aplicado por ocasião do primeiro atendimento à vítima de violência doméstica, contendo informações sobre a vítima, o agressor e o histórico de violência, bem como uma avaliação do profissional responsável acerca do risco identificado. A PMPR está elaborando um plano de segurança para a vítima, a fim de orientar os encaminhamentos a serem realizados pelos órgãos da rede de atendimento com base nas informações colhidas por meio do Formulário. A construção de um plano de segurança contribuirá para a qualidade, agilidade e padronização dos atendimentos, possibilitando uma atuação mais efetiva quanto à identificação e gestão de riscos.

Junho

APLICATIVO DO PÂNICO VIRTUAL PARANAENSE É DISPONIBILIZADO EM TODO O ESTADO DO PARANÁ

No dia 8 de junho, teve início a expansão do uso do Aplicativo do Pânico Virtual Paranaense - APP 190-PR, ampliando o número de municípios que contam com essa ferramenta. Até o final do mês de julho, o recurso — que já se encontra em funcionamento em 15 municípios desde março de 2021 — estará disponível em todo o Estado do Paraná.

O Aplicativo do Pânico Virtual Paranaense - APP 190 -PR é uma funcionalidade inserida no APP 190 da Polícia Militar que permite o acionamento emergencial por vítimas de violência doméstica e familiar, previamente cadastradas, que possuam medidas protetivas de urgência vigentes. A iniciativa é uma parceria entre o TJPR, a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), a Secretaria de Estado de Segurança Pública/Polícia Militar do Paraná e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), na qual foram incluídos, inicialmente, os municípios de Apucarana, Arapongas, Araucária, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Irati, Londrina, Maringá, Matinhos, Paranaguá, Pinhais e Ponta Grossa.

Optou-se pela implementação da ferramenta de forma gradual no Estado, a fim de assegurar a agilidade e efetividade no atendimento a todos os chamados, como também para possibilitar a avaliação da necessidade de ajustes para o aprimoramento do serviço.

No mês de junho, a Polícia Militar apresentou o cronograma para ampliação do Aplicativo do Pânico Virtual Paranaense para todo o Estado. A ordem das Comarcas a receberem a ferramenta foi definida de acordo com estudos promovidos pela PMPR, com base em critérios relacionados aos índices de violência doméstica e ao volume populacional dos municípios e considerando o efetivo de agentes disponível para realizar os atendimentos. Já no dia 8 de junho, o recurso começou a ser disponibilizado nos municípios de São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Colombo, Rio Branco do Sul, Antonina, Guaratuba, Morretes, Pontal do Paraná e Piraquara. A implantação nas demais localidades ocorrerá de forma gradativa, conforme a organização dos Comandos Regionais da Polícia Militar, para melhor gerenciamento das demandas pela instituição.

Espera-se que a ampliação do uso do Aplicativo do Pânico Virtual Paranaense, aliada aos serviços já disponíveis, venha a contribuir para reforçar a segurança das vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher, possibilitando uma atuação preventiva mais eficaz. Nesse sentido, o trabalho conjunto de todos os órgãos envolvidos no enfrentamento à violência contra a mulher mostra-se fundamental a fim de assegurar às mulheres paranaenses o direito a uma vida digna, sem violência, seja no âmbito público, privado ou social.

Junho

CEVID/TJPR SE REÚNE COM EJUD E TAMBÉM COM ALEP PARA TRATAR SOBRE PARCERIAS NO ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

No dia 09 de junho, a CEVID/TJPR se reuniu com a Escola Judicial do Paraná - EJUD a fim de realizar parceria para elaborações de cursos de capacitação aos magistrados, aos servidores e aos grupos de apoio sobre os temas relacionados à violência doméstica e familiar. Na oportunidade, a Desembargadora Coordenadora Ana Lúcia Lourenço apresentou as ações em andamento da CEVID/TJPR e afirmou a importância da capacitação permanente dos magistrados, servidores e grupos de apoio sobre a temática de violência contra mulher. Além disso, sugeriu a EJUD a aplicação do curso de capacitação sobre o tema em questão para o segundo semestre deste ano.

Na mesma data supracitada, a CEVID/TJPR se reuniu com a Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP visando ao compartilhamento das ações da Coordenadoria e uma futura parceria. Na oportunidade, a Desembargadora Coordenadora Ana Lúcia Lourenço apresentou as ações em andamento da CEVID/TJPR, tendo a Deputada Estadual Cristina Silvestri afirmado que ALEP e a Coordenadoria estão conectadas com relação aos trabalhos realizados.



Junho

LANÇADO O PROTOCOLO CONTRA O FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARANÁ

No dia 24 de junho foi promovido evento virtual de lançamento do Protocolo para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres (Feminicídios) no Paraná. O evento foi organizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), e contou com a participação de diversas instituições envolvidas no atendimento à violência contra a mulher.

O Protocolo contra o Feminicídio no Estado do Paraná foi construído a partir da perspectiva integral e multidisciplinar dos mais diversos órgãos que abordam, em suas atividades, o tema "feminicídios", tendo por objetivo unificar e padronizar suas atuações, conforme as Diretrizes Nacionais de Feminicídio para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de gênero as Mortes Violentas de Mulheres. Esse documento pretende ser um instrumento prático para a construção de ferramentas voltadas à resolução de tais crimes, uniformizando as formas de atendimento às vítimas e o alinhamento da atuação dos órgãos, em conformidade com suas competências técnicas e/ou científicas. O Protocolo foi elaborado por Grupo de Trabalho composto de representantes da Secretaria de Estado da Família, Justiça e Trabalho (SEJUF), do Judiciário, do Ministério Público, da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Polícias Civil, Militar e Científica), da Secretaria de Estado da Saúde, Da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e da Rede Mulheres Negras.

A despeito dos marcos legislativos e compromissos assumidos pelo Brasil, a prevenção, o enfrentamento e a responsabilização às violências de gênero, destacadamente, a violência doméstica e familiar e os feminicídios, continuam sendo um forte desafio que requer um trabalho intersetorial, transversal e articulado entre as diversas políticas públicas e a sociedade. Nesse sentido, a elaboração de um Protocolo próprio do Estado do Paraná para a investigação de feminicídios representa um importante avanço, uma vez que permite adequar as Diretrizes Nacionais à realidade político-administrativa do Estado, às estruturas e fluxos existentes no aparato estatal, bem como especificar processos e procedimentos que orientem o trabalho de todos os envolvidos, contribuindo para o aprimoramento e efetividade na atuação dos órgãos da rede de atendimento.



Julho

PÁGINA WEB DA CEVID/TJPR É REFORMULADA

Neste segundo semestre de 2021, a CEVID — com o apoio dos Departamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e de Comunicação e Cerimonial (DCC) — realizou importantes melhorias na página web da Coordenadoria.

Com novo layout e conteúdo reformulado, o site da CEVID reúne diversas informações de interesse e relevância sobre a temática da violência contra a mulher, incluindo orientações específicas voltadas à vítima e ao autor de violência (acerca das formas de violência, do acesso aos canais de denúncia e aos serviços de proteção e assistência etc.), notícias, dados estatísticos, entre outras.

A reestruturação promovida teve como objetivo ampliar e facilitar o acesso às informações por parte da população, bem como dar maior destaque e visibilidade aos serviços disponíveis no Estado do Paraná para atendimento a todos os envolvidos em situações de violência doméstica e familiar. A página está em constante aprimoramento e é alimentada periodicamente, garantindo a disponibilização de informações atualizadas quanto a alterações legislativas, à criação de novos programas e serviços, ao registro dos dados estatísticos mais recentes, entre outras.

A página web da CEVID pode ser acessada a partir do site do TJPR — www.tjpr.jus.br —, por meio do botão "CEVID - Violência Doméstica", localizado no Menu Superior "Serviços", subtópico "Cidadão", e também no Menu Superior "Institucional", subtópico "Estrutura". Ainda, pode ser acessada diretamente por meio do seguinte link: <https://www.tjpr.jus.br/web/cevid>



Julho

CEVID, CEVIGE, NUDEM, NUPIGE E A UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS SE REUNEM – CARTILHAS PARA ESCOLAS

No dia 7 de julho de 2021, a CEVID, CEVIGE, NUDEM, NUPIGE e a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, reuniram-se para debater sobre o alinhamento quanto à elaboração das cartilhas de violência doméstica para as escolas do estado.

A CEVID iniciou a realização de diversas ações e políticas públicas, sendo uma delas trabalhar com as instituições de ensino, fazer chegar até elas informações sobre a temática da violência doméstica, principalmente agora que há uma lei federal a respeito.

Durante a reunião, foi pensado na elaboração de um material on-line, com conteúdo diferenciando os tipos de violência, com animações para compensar a complexidade do tema e com tópicos de interesse dos alunos. O foco principal é envolver apenas adolescentes no início, havendo sempre a integração de equipe pedagógica.

Ainda, foi ajustada a ideia de construção de plenárias, de forma remota, tendo uma pessoa graduada na área de Direito para esclarecimento de dúvidas.

Ficou definido que no mês de julho haverá a elaboração do formulário/questionário aos alunos acerca da temática da violência doméstica e em agosto encaminhamento de materiais para postagens interativas nas redes sociais. Pretende-se a formatação de projeto para envio a duas secretarias para fins de escolha da escola participante. A ideia é que participem todos os entes, representantes da UPES, dos grêmios e da equipe pedagógica.



Julho

REUNIÃO ENTRE A CEVID E AS EQUIPES PSICOSSOCIAIS DO TJPR

Em 12 de julho foi realizada a reunião das equipes psicossociais do TJPR. Participaram da reunião as psicólogas da CEVID/TJPR, bem como as psicólogas e assistentes sociais das comarcas de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e de São José dos Pinhais.

A pauta inicial apresentada foi a parametrização do Formulário Nacional de Avaliação de Risco - FNAR. Foi deliberado pelo andamento da elaboração em conjunto, de uma minuta para propor a criação do Núcleo de Violência Doméstica Estadual, pautando-se no Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar - CNJ; pela parametrização na aplicação do FNAR e demais documentos técnicos de psicologia e serviço social aos moldes do apresentado pela Comarca de Ponta Grossa.

Além disso, foi apresentada a proposta de integração da equipe da CEVID com as rotinas das principais comarcas, as dividindo por macrorregiões, para que, em situações de férias/licença/atestado médico das servidoras responsáveis, a CEVID possa auxiliar efetivamente nas rotinas em andamento, evitando acúmulo da demanda.



Julho

CEVID/TJPR E PUC-PR INICIAM TRATATIVAS PARA AMPLIAÇÃO DE PARCERIAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No dia 21 de julho, foi realizada reunião virtual entre representantes da CEVID/TJPR e do Núcleo de Práticas Jurídicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), para tratativas visando à celebração de convênio para ações conjuntas relativas aos atendimentos nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O TJPR promove parcerias com universidades, faculdades e outras instituições de ensino superior, para atuação dos alunos dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social nos atendimentos aos envolvidos em situações de violência doméstica, prestando orientações e realizando intervenções determinadas pelo/a Juiz/a no decorrer do processo. Essas parcerias ocorrem por meio de projetos de extensão, sob supervisão de servidor/a do Quadro do TJPR e de representante da instituição de ensino. A CEVID atua como intermediadora, auxiliando o/a Magistrado/a e as equipes psicossociais na seleção dos processos que deverão ser encaminhados para as universidades.

A PUC-PR já realiza outros projetos em parceria com o Tribunal de Justiça, incluindo a condução de grupos reflexivos para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, em Curitiba, sob a coordenação da servidora do TJPR psicóloga Maria Raquel Diz Muniz, que atua no Setor Psicossocial de Atenção à Violência Doméstica e Familiar (SEPAVI).

A cooperação com o Núcleo de Práticas Jurídicas será um importante reforço para a atuação na esfera jurisdicional, especialmente no que se refere à garantia do direito da vítima a assistência judiciária, conforme previsto na Lei Maria da Penha.

Julho

CEVID, EJUD PR, CEVIGE, NUPIGE E NUDEM ORGANIZAM EVENTO "ESPAÇO DE FALA - MULHERES INDÍGENAS DEBATEM: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ACESSO À JUSTIÇA"

No dia 28 de julho de 2021, a CEVID, em parceria com a Escola Judicial do Paraná (EJUD PR), Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero (CEVIGE/OAB PR), Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (NUPIGE/MPPR) e Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM/DPE PR), organizaram o evento "Espaço de Fala - Mulheres Indígenas Debatem: Violência Doméstica e Acesso à Justiça", o qual foi transmitido pelo canal do YouTube da EJUD PR.

O objetivo do debate foi discorrer sobre os aspectos da violência doméstica contra as mulheres indígenas, levando em consideração o recorte étnico e de gênero e apresentando tanto os posicionamentos das instituições públicas do Estado do Paraná, assim como ressaltando a importância das falas das palestrantes Nyg Kuitá, pertencente à etnia Kaingang, e Amauê Jacintho, da etnia Guarani.

O vídeo do evento contou com 411 visualizações nas primeiras horas de lançamento, além da participação ao vivo dos expectadores, que comunicaram as suas demandas, fizeram questionamentos e elogiaram os temas trabalhados pelos palestrantes do Espaço de Fala.

Link de acesso ao evento: <https://www.youtube.com/watch?v=pHKP5uz0-k0>



Agosto

COORDENADORA DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE PODCAST E FALA SOBRE O PROTOCOLO DE ATENDIMENTO AO FEMINICÍDIO

No dia 2 de agosto de 2021, a Desembargadora Coordenadora Ana Lúcia Lourenço da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR participou do PodCast Descomplicando para falar sobre o Protocolo de Atendimento ao Feminicídio.

No PodCast, a Desembargadora Ana Lúcia explicou sobre as atribuições da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR, sendo uma delas a promoção de articulação interna e externa do Poder Judiciário com outros órgãos governamentais e não governamentais para implementação de programas para erradicação e/ou diminuição dos efeitos da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na ocasião, ressaltou que o Protocolo do Feminicídio foi uma das articulações elaboradas por órgãos interinstitucionais. A ferramenta foi criada por meio da Resolução Conjunta nº. 251/2017 – SEDS/SESP e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR participou do Grupo de Trabalho através da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR.

A Desembargadora Ana Lúcia informou que “o objetivo do Protocolo do Feminicídio é dar atenção às diretrizes nacionais para investigação, processamento e julgamento com perspectiva de gênero de mortes violentas de mulheres. As diretrizes foram implantadas e acolhidas pelo Brasil no ano de 2016 por meio do Escritório da Organização das Nações Unidas – ONU Mulheres do Brasil em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. A partir deste ano todos os Estados tiveram que se adequar com essas diretrizes. Vários órgãos do Estado do Paraná se reuniram, levando aproximadamente 3 (três) anos para conclusão dos trabalhos, findando-se no início deste ano. No documento, cada órgão e instituição apresenta a forma de como irá atuar na investigação, no processo e no julgamento nos casos feminicídio sejam nas modalidades tentada ou consumada. O documento propõe sugestões para adaptação de cada um dos órgãos às chamadas diretrizes nacionais. O lançamento do Protocolo de Feminicídio se deu no mês de julho”. Para assistir o PodCast na íntegra acesse o link: <https://www.youtube.com/watch?v=Vyp9lfuzduw>



Agosto

MAGISTRADA INTEGRANTE DA CEVID/TJPR PARTICIPA DO PODCAST "CONVERSA COM O MP"

No dia 3 de agosto, o Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) realizou o podcast "Conversa com o MP", com a temática "Violência contra a mulher: atuação, dados e pandemia", com a participação das convidadas Ana Carolina Pinto Franceschi, promotora de Justiça do MPPR, Tais de Paula Scheer, juíza de Direito do TJPR, e Emanuele Maria de Oliveira Siqueira, delegada adjunta da Delegacia da Mulher de Curitiba.

A Dra. Tais de Paula Scheer, magistrada integrante da CEVID, discorreu sobre o papel da sociedade perante a violência doméstica e familiar e a importância da escuta ativa às vítimas. Salientou que nenhuma dificuldade de relacionamento autoriza a violência física ou psicológica e, por isso, é fundamental que as testemunhas, vizinhos, parentes e amigos prestem apoio à mulher em situação de violência, acompanhando-a para realizar a denúncia e auxiliando-a a romper o ciclo da violência.

Ainda, as convidadas explicaram o funcionamento dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, abordaram o fenômeno da violência em um contexto geral e também descreveram os impactos da pandemia para o agravamento do problema. Além disso, foram debatidos os avanços que a Lei Maria da Penha trouxe para a legislação brasileira e sobre a responsabilidade de toda a sociedade em denunciar crimes de gênero.

Link de acesso ao episódio do Podcast sobre a temática "Violência contra a mulher: atuação, dados e pandemia": <https://open.spotify.com/episode/1rrOwDWwoOcb1nLYOuCHgL>



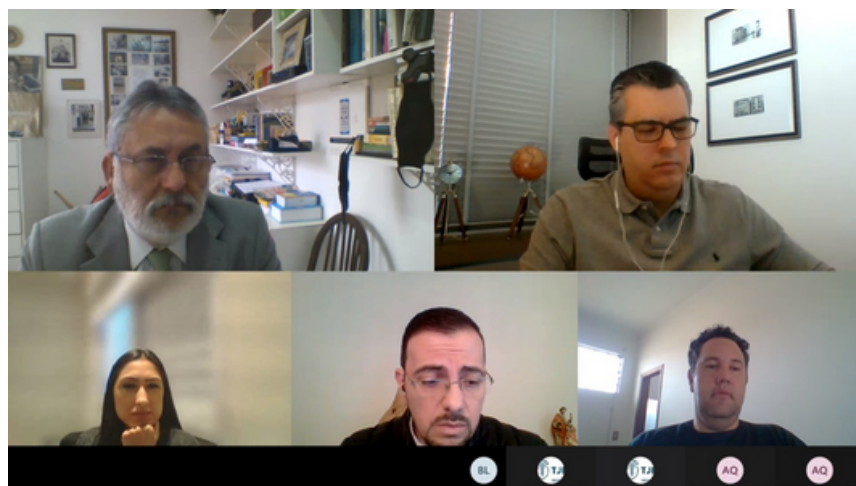
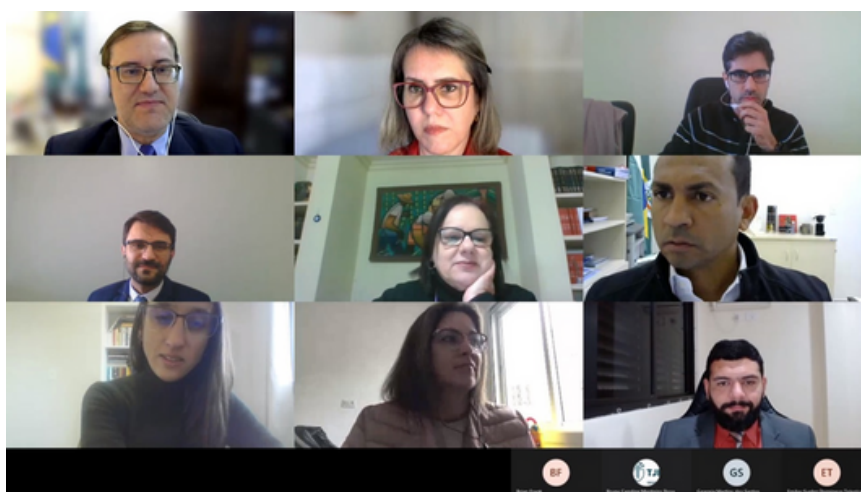
Agosto

REUNIÕES COM MAGISTRADOS ATUANTES NA MATÉRIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER PARA O ACOMPANHAMENTO DA META 8

Nos dias 4, 5 e 6 de agosto de 2021, a Desembargadora e Coordenadora Ana Lúcia Lourenço e o Juiz de Direito e Vice-Coordenador Marcos Antônio da Cunha Araújo, ambos da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR se reuniram com vários magistrados atuantes na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O objetivo das reuniões foi fazer uma escuta mais próxima e personalizada com cada magistrado acerca de eventuais dificuldades no atingimento da Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a fim de ouvi-los para compreender a realidade de cada unidade judicial e acolher sugestões para auxiliá-los no cumprimento da respectiva meta.

Nas ocasiões, foi solicitado para que os magistrados analisassem a listagem dos processos que entraram no cumprimento da meta, com intuito de verificar se todos os processos pertencem à classificação de feminicídio e violência doméstica e familiar contra a mulher.



Agosto

CEVID/TJPR PARTICIPA DA XV JORNADA LEI MARIA DA PENHA

No dia 10 de agosto, a CEVID/TJPR participou da XV Jornada Lei Maria da Penha, evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça em comemoração aos 15 anos da sanção da Lei nº. 11.340/2006.

A Jornada Lei Maria da Penha ocorre anualmente desde 2007 e, este ano, foi realizada de forma virtual, por meio da plataforma Cisco Webex, com transmissão ao vivo pelo canal do CNJ no YouTube. Os temas abordados incluíram: a violência contra a mulher sob a ótica dos homens, o papel da mídia, a evolução legislativa e o caminho da violência ao feminicídio. Um dos destaques do encontro foi a apresentação de pesquisa inédita -empreendida em parceria entre o CNJ e o Instituto Avon - acerca da eficácia das medidas protetivas de urgência para o enfrentamento da violência contra a mulher.

A XV Jornada Lei Maria da Penha propiciou importantes informações e reflexões a fim de nortear a atuação do Judiciário, como também dos demais entes integrantes da rede de atendimento, com vistas ao aprimoramento na prestação jurisdicional e no atendimento psicossocial na esfera da violência contra a mulher. Foram apresentados os avanços e conquistas já alcançados desde a implementação da Lei Maria da Penha, bem como metas e desafios para a efetividade na aplicação da Lei, para o mapeamento e a mensuração desses crimes e para a realização de ações que promovam a conscientização e a transformação social.

Links de acesso ao evento:

XV Jornada da Lei Maria da Penha - Manhã: <https://www.youtube.com/watch?v=RPqb64jcHMY>

XV Jornada da Lei Maria da Penha - Tarde: <https://www.youtube.com/watch?v=1xTEVqJu47M>



Agosto

REUNIÃO COM OS REPRESENTANTES DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

No dia 12 de agosto de 2021, ocorreu reunião entre os representantes do comitê interinstitucional instituído pela Lei nº. 14.149/2021.

Na ocasião, o Doutor Ariel Nicolai Cesa Dias, Presidente do Comitê, explicou que foram realizadas alterações no Formulário Nacional de Avaliação de Risco, cujo objetivo é o aprimoramento e a correção de erros na ferramenta. As alterações estarão disponíveis no sistema Projudi no final deste mês de agosto. Além disso, informou que a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR está confeccionando materiais informativos para divulgação, os quais são voltados para as vítimas e para as instituições.

A ferramenta está sendo utilizada há meses pelas instituições paranaenses. No entanto, a ideia do Comitê é realizar um evento nos próximos meses para divulgação formal e oficial da disponibilidade e do uso do Formulário Nacional de Avaliação de Risco para população e todas as instituições.



Agosto

REALIZADA 18ª EDIÇÃO DA SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Entre os dias 16 e 20 de agosto, ocorreu a 18ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O programa é promovido pelo CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. A campanha também abrange ações interdisciplinares organizadas que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

Iniciada em março de 2015, a campanha Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres –, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006) –, e em novembro – quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

No Paraná, a abertura oficial da 18ª edição da campanha foi promovida no dia 16 de agosto, durante a sessão do Órgão Especial. Na oportunidade, o Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, salientou o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná com a eficácia e a presteza de suas ações, zelando sempre pela melhoria das relações sociais e, principalmente, pela valorização do ser humano.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, apresentou as principais ações desenvolvidas pelo TJPR por meio da Coordenadoria, como também foram exibidos vídeos institucionais produzidos pelos/as Magistrados/as integrantes da CEVID: Dr. Marcos Araujo (Vice-Coordenador da CEVID), Dra. Alessandra Pimentel, Dra. Fabiane Pieruccini, Dr. Renato Garcia, Dra. Tais de Paula Scheer e Dra. Zilda Romero, bem como pela psicóloga da CEVID Maisa Baiersdorf Schneider.

Dentre as iniciativas em nível estadual, promovidas conjuntamente com instituições e órgãos parceiros, destacam-se: o lançamento da Revista Eletrônica da CEVID; o evento “Violência e Assédio Sexual nas relações de trabalho”; o relançamento do Guia de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica e abordagem sobre a importância do mapeamento da rede de atendimento no Estado; o 1º Webinar de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica; e a apresentação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco para Magistrados/as e servidores/as do TJPR.

Além dessas ações, as Comarcas promoveram iniciativas em âmbito local, por meio de parcerias institucionais com universidades, com os Conselhos da Comunidade e outros órgãos governamentais e não governamentais, incluindo entrevistas a emissoras de rádio e televisão, Lives, distribuição de material informativo, entre outras. Link de acesso ao evento de abertura da Semana da Paz em Casa na sessão do Órgão Especial: <https://www.youtube.com/watch?v=52zR8bK-J3w>

Agosto

LANÇADA A 1ª REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID/TJPR

No dia 17 de agosto, foi promovido o evento virtual de lançamento da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR. O evento contou com a participação da Dra. Fabiane Pieruccini, representando o Presidente do TJPR Des. José Laurindo de Souza Netto; do Vice-Diretor da EJUD-PR, Dr. Ruy Alves Henriques Filho; da Desª. Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID; dos/as Magistrados/as integrantes da Coordenadoria Doutora Luciane do Rocio Custódio Ludovico, Doutor Victor Martim Batschke, Dra. Zilda Romero e Doutor Augusto Gluszczyk Junior; e da Desª. Rosana Amara Girardi Fachin, Coordenadora da CEVID no período entre 2011 e 2012.

A Revista Eletrônica da CEVID tem a finalidade tanto de registrar as ações da Coordenadoria ao longo do tempo, como de oferecer um espaço para que pesquisadores da área da violência doméstica e familiar e estudiosos da área de humanidades divulguem suas produções. Além disso, a publicação visa possibilitar a divulgação de boas práticas e projetos de magistrados e servidores e ainda de profissionais da Rede de Enfrentamento quanto às políticas públicas por eles desenvolvidas e executadas.

A primeira edição incluiu artigos, projetos e descritivos de ações de autoria de membros, servidores/as e colaboradores/as do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Militar, das Secretarias de Educação e Esporte e da Família, Justiça e Trabalho e da Guarda Municipal de Curitiba. Também foi apresentado um breve histórico da Coordenadoria desde sua criação em 2011, bem como relato da Desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin acerca de sua atuação na CEVID. A publicação ainda contou com entrevista do Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, tratando da atuação do Judiciário Paranaense e do papel das Coordenadorias Estaduais da Mulher no enfrentamento da violência doméstica e na promoção da igualdade de gênero.

A segunda edição da Revista Eletrônica da CEVID, em comemoração aos dez anos de existência da Coordenadoria, será lançada durante a 19ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que ocorrerá entre os dias 22 e 26 de novembro. Link de acesso à primeira edição da Revista Eletrônica da CEVID: <https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/revista>



Agosto

INICIADO CICLO DE PALESTRAS DE COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

No dia 17 de agosto, dando continuidade ao ciclo de palestras promovido em parceria entre a CEVID/TJPR, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do TJPR e a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR), foi realizado evento com o tema "Violência e assédio sexual nas relações de trabalho". A ação também contou com a parceria da Polícia Militar, do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público (NUPIGE/MPPR), da Defensoria Pública (NUDEM/DPEPR) e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná (CEVIGE/OABPR).

O evento incluiu palestras e debates com a participação da Dra. Fabiane Pieruccini, representando o Presidente do TJPR Des^o. José Laurindo de Souza Netto; da Des^a Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR; da Dra. Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, Procuradora do Ministério Público do Trabalho; da Doutora Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski, Coordenadora do Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM/Brasil e Vice-Presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da OAB/PR; da Promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi; da Defensora Pública Lívia Martins Salomão Brodbeck e Silva; do Cel. Adilson Luiz Lucas Prüsse, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná; e da Tenente-Coronel Alexandra Ramos dos Santos.

Link de acesso ao evento: <https://www.youtube.com/watch?v=YXUye3aiwIU>

Justiça pela
Paz em Casa

Evento Virtual "Violência e Assédio Sexual nas relações de trabalho"

Aspectos gerais da Violência e Assédio Sexual nas relações de trabalho

Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho

17/08 | 16h00 TERÇA-FEIRA
YouTube EJUD

Palestrantes:

- Dra. Fabiane Pieruccini
- Dra. Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes
- Dra. Sandra Lia L. Bazzo Barwinski

Abertura:

Debatedores:

- Des. Ana Lúcia Lourenço
- Dra. Lívia Martins S. Brodbeck e Silva
- Cel. Adilson Luiz L. Prusse
- Ten. Cel. Alexandra Ramos dos Santos

Realização: **Apoio:**

TJPR CEVID NUDEM CEVIGE EJUD-PR MPT PARANA DPEPR

Agosto

LANÇADA A 1ª REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID/TJPR

No dia 17 de agosto, foi promovido o evento virtual de lançamento da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR. O evento contou com a participação da Dra. Fabiane Pieruccini, representando o Presidente do TJPR Des. José Laurindo de Souza Netto; do Vice-Diretor da EJUD-PR, Dr. Ruy Alves Henriques Filho; da Desª. Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID; dos/as Magistrados/as integrantes da Coordenadoria Doutora Luciane do Rocio Custódio Ludovico, Doutor Victor Martim Batschke, Dra. Zilda Romero e Doutor Augusto Gluszczyk Junior; e da Desª. Rosana Amara Girardi Fachin, Coordenadora da CEVID no período entre 2011 e 2012.

A Revista Eletrônica da CEVID tem a finalidade tanto de registrar as ações da Coordenadoria ao longo do tempo, como de oferecer um espaço para que pesquisadores da área da violência doméstica e familiar e estudiosos da área de humanidades divulguem suas produções. Além disso, a publicação visa possibilitar a divulgação de boas práticas e projetos de magistrados e servidores e ainda de profissionais da Rede de Enfrentamento quanto às políticas públicas por eles desenvolvidas e executadas.

A primeira edição incluiu artigos, projetos e descritivos de ações de autoria de membros, servidores/as e colaboradores/as do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Militar, das Secretarias de Educação e Esporte e da Família, Justiça e Trabalho e da Guarda Municipal de Curitiba. Também foi apresentado um breve histórico da Coordenadoria desde sua criação em 2011, bem como relato da Desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin acerca de sua atuação na CEVID. A publicação ainda contou com entrevista do Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto, tratando da atuação do Judiciário Paranaense e do papel das Coordenadorias Estaduais da Mulher no enfrentamento da violência doméstica e na promoção da igualdade de gênero.

A segunda edição da Revista Eletrônica da CEVID, em comemoração aos dez anos de existência da Coordenadoria, será lançada durante a 19ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que ocorrerá entre os dias 22 e 26 de novembro. Link de acesso à primeira edição da Revista Eletrônica da CEVID: <https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/revista>



Agosto

RELANÇAMENTO DO GUIA DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

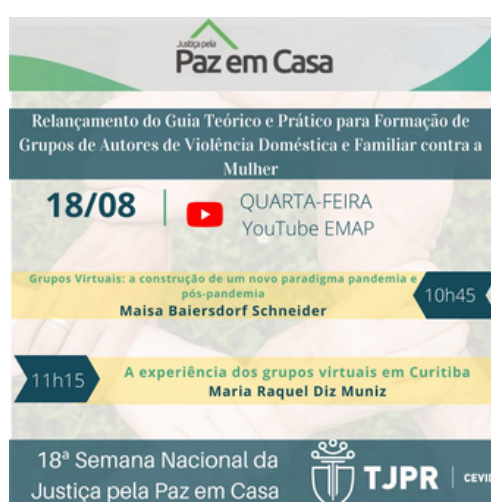
No dia 18 de agosto, foi realizado, em parceria com a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), evento virtual de relançamento do Guia de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica. Os referidos grupos foram instituídos pela Lei Estadual nº. 20.318/2020 e visam à conscientização de homens ofensores de violência doméstica acerca do ato cometido, bem como sobre suas atitudes e responsabilidade através da escuta, transformação dos comportamentos e autorresponsabilidade.

A CEVID/TJPR, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), elaborou um guia teórico e um guia prático para orientação acerca da criação e condução de grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, lançados em setembro de 2020.

O relançamento foi realizado tendo em vista a ampliação do material para abordar orientações relativas aos atendimentos durante o período pandêmico, por meio de plataformas virtuais. Tais guias poderão ser utilizados pelas Equipes Multiprofissionais e pela Magistratura de forma conectada e complementar.

Na oportunidade, a CEVID/TJPR convidou pesquisadores e profissionais atuantes na área para tecerem considerações sobre a temática: Desembargadora do TJPR Priscilla Placha Sá, Psicólogo e Pesquisador Daniel Fauth W. Martins, a Magistrada do TJPR e integrante da CEVID Doutora Bruna Greggio, Psicóloga e Servidora da CEVID Maisa Baiersdorf Schneider, a Psicóloga e Servidora dos Juizados de Violência Doméstica e Curitiba Maria Raquel Diz Muniz com as estagiárias alunas da PUC e da FAE. Foram apresentados trabalhos desenvolvidos com respeito aos grupos reflexivos, como também abordada a importância do mapeamento e da ampliação da rede de atendimento e proteção à mulher vítima de violência no Estado, que está sendo realizado pela Coordenadoria. Através do mapeamento da rede é possível conceder uma atuação articulada e conjunta entre as instituições e serviços governamentais/não governamentais e a comunidade, objetivando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento à vítima de violência doméstica e familiar, além de um melhor encaminhamento para a efetiva solução de quaisquer questões, e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção.

Link de acesso ao evento: <https://www.youtube.com/watch?v=k6lkpeVQsZU>



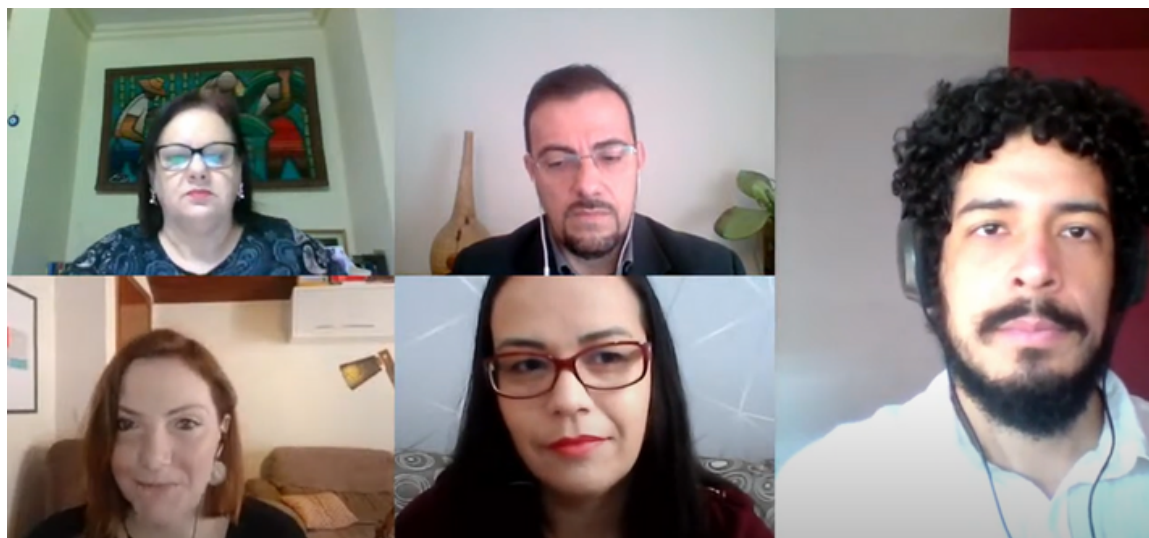
Agosto

CEVID/TJPR E EMAP PROMOVEM O 1º WEBINÁRIO DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No dia 19 de agosto, a CEVID/TJPR e a Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) promoveram o 1º Webinar de Grupos Reflexivos para Autores de Violência Doméstica.

Participaram do evento a Magistrada do TJPR e integrante da CEVID, Doutora Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, assistente social e servidora no TJPR da Comarca de Ponta Grossa, Bruna W. de Miranda, a assistente social Mirian Kokott da Prefeitura de Almirante Tamandaré, o Magistrado do TJPR e Vice-Coordenador da CEVID, Doutor Marcos Antônio da Cunha Araújo e o Professor Doutor Adriano Beiras da UFSC. Na oportunidade, os convidados apresentaram o trabalho que desenvolvem com respeito aos grupos reflexivos, abrangendo experiências em nível estadual, nacional e mundial. Os temas abordados incluíram questões relativas à Lei Maria da Penha, perspectiva de gênero, masculinidade e comunicação não-violenta, bem como aspectos práticos referentes à condução dos grupos em tempos de pandemia.

Link de acesso ao evento: https://www.youtube.com/watch?v=QQX_r_ZW3vY



Agosto

CEVID/TJPR PARTICIPA DE EVENTO PROMOVIDO PELO 2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE LONDRINA

No dia 19 de agosto, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, participou, juntamente com a psicanalista Gabriela Lein, do evento "15 Anos da Lei Maria da Penha: Uma Análise do Judiciário e da Psicanálise", promovido pelo 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Londrina, com o apoio do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) de Londrina, da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Londrina e da associação Nós do Poder Rosa. O evento foi sediado pela OAB-Londrina, por meio da Comissão da Mulher Advogada, coordenada pela advogada Jaqueline Heinzl e teve como mediadoras a advogada e coordenadora do Numape, Claudete Canezin; e a juíza do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Londrina, Dra. Márcia Guimarães.

A Desembargadora Ana Lúcia discorreu sobre a evolução na aplicação da Lei Maria da Penha e as principais alterações legislativas, bem como sobre a importância de ações educativas visando à difusão de conhecimentos e a conscientização da sociedade sobre a temática da violência contra a mulher, para que seja possível a transformação social e a redução nos índices desses crimes.

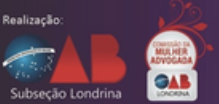
A Dra. Gabriela Lein apresentou alguns motivos, do ponto de vista da psicanálise, que levam algumas mulheres a permanecer na situação de violência, salientando a importância da estruturação psíquica e o papel materno e paterno na formação da criança, como também do espaço de fala para que a mulher consiga romper o ciclo de violência.

Link de acesso ao evento: <https://www.youtube.com/watch?v=5WshDDDtM5A>

SEMANA DA PAZ EM CASA
DATA: 19 DE AGOSTO
HORA: 16H
15 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA:
UMA ANÁLISE DO PODER JUDICIÁRIO E DA PSICANÁLISE

 PALESTRANTE Dra Ana Lúcia Lourenço Desembargadora e Coordenadora da CEVID TJPR	 PALESTRANTE Gabriela Lein Médica Psicanalista
 MEDIADORA Claudete Canezin Advogada e coordenadora do Numape	 MEDIADORA Márcia Guimarães Marques Juíza 2º Juizado Violência Doméstica Londrina

Evento no Zoom | Transmissão pelo Canal do Youtube da OAB Londrina

Realização:  Apoio: 

Agosto

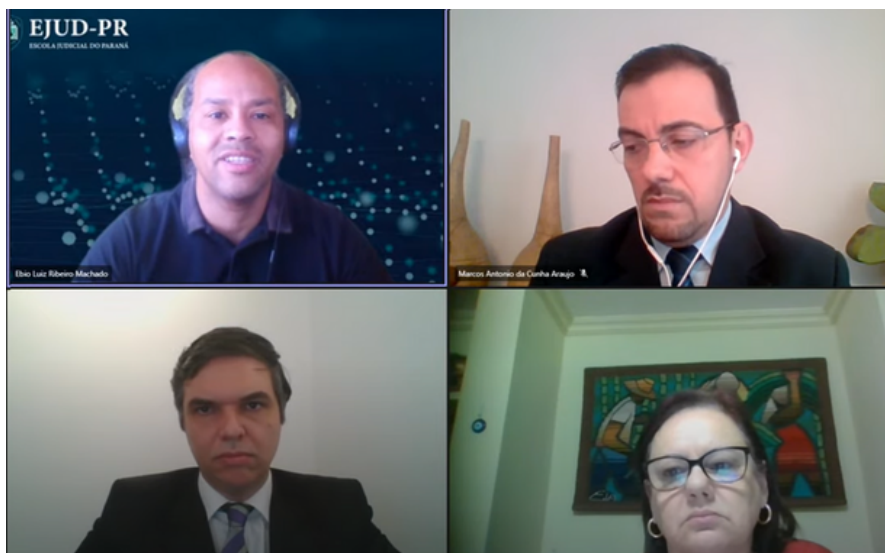
CEVID/TJPR E EJUD REALIZAM EVENTO DE APRESENTAÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO AOS/ÀS MAGISTRADOS/AS E SERVIDORES/AS

No dia 20 de agosto, a CEVID/TJPR, em parceria com a Escola Judicial do Paraná (EJUD), promoveu evento virtual para tratar da implementação do Formulário Nacional de Risco no Estado do Paraná.

A ação, que contou com palestras dos Magistrados Marcos Antônio da Cunha Araujo e Ariel Nicolai Cesa Dias, teve por objetivo demonstrar a importância do Formulário, instruir sobre sua utilização e discutir as dificuldades e implicações de sua implantação. Ainda, foram apresentados os resultados obtidos com o projeto piloto implementado nos municípios de Almirante Tamandaré e Foz do Iguaçu.

O evento foi transmitido pelo Youtube e também está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EJUD.

Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=n0pOypnPdPo>



Agosto

VICE-COORDENADOR DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE EVENTO DE ENCERRAMENTO DA PAZ EM CASA PROMOVIDO PELO CONSELHO DA COMUNIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

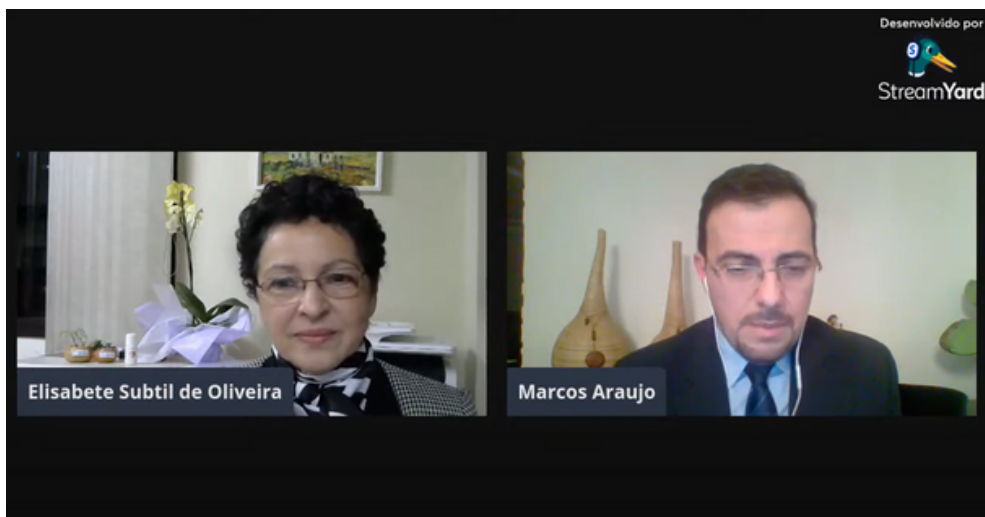
No dia 20 de agosto, o Vice-Coordenador da CEVID, Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo, participou de evento promovido pelo Conselho da Comunidade da Região Metropolitana de Curitiba em alusão à Semana da Paz em Casa, para tratar do tema: "O papel do Judiciário no combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres".

A ação foi voltada à capacitação dos agentes atuantes no atendimento à vítima (Juizes, psicólogos, profissionais atuantes em locais de abrigo, Promotores, Defensores, serventuários da Justiça, entre outros) e marcou o encerramento da programação estabelecida pelo Conselho da Comunidade de Curitiba para a 18ª edição da campanha, que contou com eventos durante toda a semana de 16 a 20 de agosto.

Na ocasião, o Dr. Marcos Araújo ressaltou que o papel do Judiciário, além de garantir a qualidade da prestação jurisdicional, consiste em reforçar e ampliar a implementação de políticas públicas de prevenção, como também de proteção e assistência, que ultrapassam a esfera jurídica e dependem da integração de serviços de saúde, assistência psicossocial, segurança pública, entre outros. Pontuou que é esse atendimento integral e articulado que possibilita à mulher a superação da situação de violência e também a prevenção de novos crimes, daí a importância de promover o acesso das vítimas aos serviços disponíveis.

O Magistrado também apresentou algumas políticas públicas de destaque em âmbito estadual, como a Patrulha Maria da Penha, o aplicativo do pânico no APP 190-PR, o Protocolo contra o Feminicídio, o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, entre outras.

Link de acesso ao evento: <https://www.youtube.com/watch?v=3MIQQ13gDt4>



Setembro

A CEVID/TJPR E A ALEP SE REUNEM PARA TRATAR SOBRE MEDIDAS QUE VISEM O INCREMENTO DE AÇÕES EM PROL DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID e a Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP se reuniram no dia 1º de setembro de 2021 para dialogar sobre a implementação de medidas a fim de ampliar seu rol de ações em prol das vítimas de violência doméstica no Estado.

Foi idealizado projeto para que haja a interação no sistema PROJUDI entre os processos da Vara da Família e os processos de violência doméstica, ou seja, aparecerão todos os autos em que a mulher faça parte, tanto em âmbito do direito das famílias quanto em matéria criminal. Em relação à implementação de medidas protetivas de urgência (MPUs) on-line, foi informado que há um SEI tramitando acerca do assunto.

Outro aspecto tratado no encontro foi sobre a importância das casas de acolhimento. Mencionou-se acerca da dificuldade em mapear as mulheres que foram acolhidas e a necessidade em aumentar as casas no Estado.



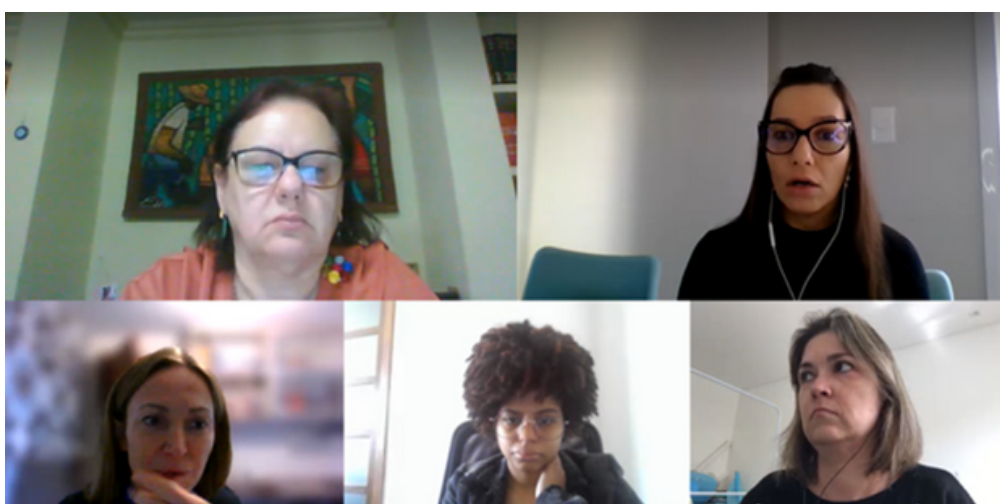
Setembro

REUNIÃO ENTRE O TJPR/CEVID, MPPR E O MPT SOBRE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA CONSCIENTIZAÇÃO E SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E EMPREGABILIDADE PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

No dia 03 de setembro de 2021, ocorreu uma reunião entre o TJPR/CEVID, MPPR e o MPT com vistas à realização de tratativas para celebração de convênio voltado a ações integradas de enfrentamento da violência contra a mulher e da violência no trabalho, através da conscientização e superação da violência de gênero e suas interseccionalidades, por meio de ações destinadas a potencializar ações de empregabilidade de mulheres em situação de vulnerabilidade.

A cooperação pretendida tem como objetivo a realização conjunta de atividades para a formação de uma rede de pessoas e instituições voltada à conscientização e superação da violência de gênero e raça e diversidade. As iniciativas previstas incluem: a implementação de políticas públicas de promoção dos direitos da mulher; o intercâmbio de conhecimentos técnicos e jurídicos para incorporação da perspectiva de gênero, raça e diversidade no âmbito das respectivas instituições, incluindo a adoção de políticas interna corporis de combate à violência de gênero; a realização de eventos de capacitação para membros, servidores, estagiários de todas as instituições envolvidas; e a conjugação de esforços em prol da construção de programas empresariais de vigilância em favor de um ambiente de trabalho saudável, que não permita a banalização de atos de violência no trabalho, responda a situações de discriminação por motivo de gênero, raça e diversidade e apoie trabalhadoras vítimas de violência doméstica.

O convênio a ser celebrado entre o TJPR, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e a Defensoria Pública visa reforçar, ampliar e qualificar a atuação institucional na implementação de programas e ações eficazes de combate a todas as formas de violência, discriminação e violações de direitos, como também para proteção e assistência às mulheres em situação de violência. Ainda, promoverá iniciativas que contribuirão para a autonomia e o empoderamento dessas mulheres, favorecendo a superação da condição de vulnerabilidade, bem como para o desenvolvimento profissional e pessoal de todos os envolvidos.



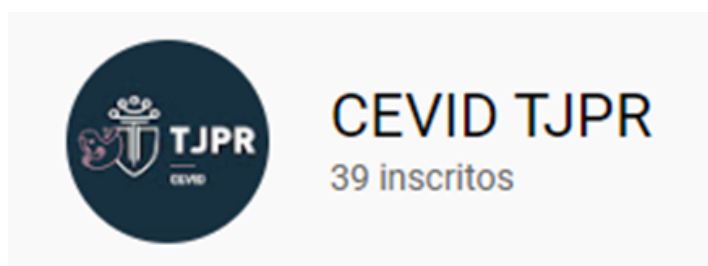
Setembro

CEVID/TJPR CRIA CANAL NO YOUTUBE PARA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS E PROJETOS

Já está disponível para acesso público o canal da CEVID/TJPR no Youtube, por meio do link: <https://www.youtube.com/channel/UCInTCMag6boAA-e9DdqdVCA>

O canal no Youtube foi criado para veiculação de vídeos institucionais produzidos por Magistrados/as, servidores/as, estagiários/as e outros profissionais do Judiciário paranaense, atuantes na área de violência contra a mulher, a fim de divulgar ações, projetos, campanhas, cursos, entre outros conteúdos e informações relevantes acerca da matéria.

A CEVID também possui perfis no Facebook (cevidparana) e Instagram (@cevidtjpr) para comunicações institucionais.



VERSÃO ELETRÔNICA DO FORMULÁRIO DE RISCO RECEBE APRIMORAMENTOS E JÁ ESTÁ DISPONÍVEL PARA TODO O ESTADO DO PARANÁ

Desde o início de setembro de 2021, encontra-se em pleno funcionamento, em todo o Estado do Paraná, a versão eletrônica do Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Após as últimas alterações realizadas no final do mês de agosto, foram concluídos os principais ajustes necessários a fim de garantir a operacionalidade da ferramenta de forma integrada entre o sistema PROJUDI e os sistemas informatizados da Polícia Civil, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A aplicação do Formulário permitiu identificar fatores de risco que, de outro modo, poderiam ter passado despercebidos (por exemplo, a presença de armas de fogo), possibilitando uma atuação mais efetiva dos órgãos da rede de atendimento para garantia de proteção e assistência a todos os envolvidos.

A partir de maio de 2021, o Formulário de Risco foi disponibilizado para todo o Estado, embora ainda estivessem pendentes alguns testes e ajustes para seu pleno funcionamento. Agora, finalizados os principais aprimoramentos necessários, o Comitê Interinstitucional criado para garantir a efetividade na aplicação dessa ferramenta no Paraná promoverá medidas para fomentar a utilização do Formulário de Risco em todo o Estado, bem como visando garantir a estruturação, o aparelhamento e a capacitação dos profissionais envolvidos.

O Comitê Interinstitucional para implementação do Formulário de risco é presidido pelo Juiz Ariel Nicolai Cesa Dias e conta com representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar e da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF). Na última reunião do Comitê, realizada no dia 12 de agosto, foi discutida a organização de capacitação para os profissionais responsáveis por aplicar o Formulário (prevista para o mês de novembro), bem como a elaboração de materiais de divulgação e manual de procedimentos, sendo que estes últimos já estão na fase final de produção e serão divulgados em breve.

Também foi abordado na reunião o plano de segurança que está sendo elaborado pela Polícia Militar, o qual abrangerá a produção de folders informativos com orientações para a proteção da vítima, bem como protocolo de procedimentos a serem adotados nos atendimentos aos casos de violência doméstica, com base nas informações colhidas por meio do Formulário de Risco. A medida visa garantir a efetividade nas intervenções e nos encaminhamentos, assegurando que as vítimas e eventuais dependentes recebam proteção e assistência adequadas.

CEVID/TJPR E SEJUF PROMOVEM AÇÕES E PARCERIAS PARA ESTIMULAR A CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA MULHER

A CEVID/TJPR e a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) estão promovendo articulações no âmbito do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, com o intuito de fomentar e viabilizar a criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher.

Conforme levantamento realizado pela SEJUF em abril de 2021, atualmente, dentre os 399 municípios do Estado, apenas 84 contam com Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. Diante desse cenário, a iniciativa visa fortalecer a atuação das redes locais de atendimento à mulher vítima de violência, além de promover a participação e proporcionar maior representatividade a distintos segmentos sociais da população paranaense.

O Conselho Municipal é o espaço em que tanto a sociedade quanto o poder público, por meio de seus representantes, podem propor, opinar, votar, atender denúncias, fiscalizar e contribuir com a criação e melhoria das políticas públicas. Cada conselho é estabelecido a partir de um Projeto de Lei, o qual deverá conter suas competências e representantes, entre outras informações. O número de Conselheiros ou membros titulares varia de acordo com o tipo de Conselho, mas sua composição é paritária e definida por decreto.

Já os Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres desempenham um papel fundamental no processo de formulação, monitoramento e coordenação de políticas públicas sob a ótica de gênero para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos às mulheres em relação aos homens, assegurando o pleno exercício da cidadania. No que se refere à esfera da violência doméstica e familiar contra a mulher, os Conselhos Municipais podem trazer importantes contribuições, tais como:

- promover a criação, ampliação e aprimoramento da rede local de atendimento à mulher em situação de violência, bem como para a atuação articulada entre os órgãos e instituições envolvidos; proporcionar a especialização e qualificação dos serviços voltados à proteção e à assistência à mulher em situação de violência, bem como ampliar e facilitar o acesso da comunidade a esses serviços; propiciar a participação popular na definição de políticas e atividades que atendam às peculiaridades de cada comunidade, considerando as distintas realidades e os múltiplos recortes sociais; incrementar a realização de ações pedagógicas destinadas à sensibilização e conscientização da comunidade acerca de questões relacionadas à desigualdade de gênero, aos direitos da mulher e à violência doméstica, contribuindo para a prevenção desses crimes e para a democratização do acesso à Justiça.

Dessa forma, a implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres consiste em uma importante estratégia para que os Municípios somem esforços na construção coletiva de projetos e programas que estimulem a administração pública municipal e a sociedade civil na defesa da igualdade de direitos, no enfrentamento da violência e no desenvolvimento econômico, político e social das mulheres.

Outubro

PROMOVIDO O WEBINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL-PORTUGAL SOBRE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E LANÇAMENTO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

No dia 14 de outubro, foi realizado o Webinar Internacional Brasil-Portugal sobre Prevenção à Violência Doméstica e Lançamento do Formulário Nacional de Avaliação de Risco. A iniciativa foi uma parceria entre a CEVID/TJPR, o Comitê Interinstitucional para Implementação do Formulário de Avaliação de Risco no Paraná e a Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR).

O evento ocorreu em formato híbrido, no Auditório do Pleno deste Tribunal de Justiça, com transmissão ao vivo pelo canal da EJUD no Youtube. Estiveram presentes na ocasião representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, das Polícias Civil e Militar e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná.

O Webinar teve como objetivo propiciar, aos profissionais atuantes no enfrentamento da violência contra a mulher no Estado do Paraná, conhecimentos, informações, princípios e diretrizes a fim de subsidiar a aplicação efetiva do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, em conformidade com a Lei Maria da Penha e demais legislações e normatizações.

O evento contou com exposições dos seguintes convidados: Magistrados Marcos Antônio da Cunha Araújo, Juiz Vice-Coordenador da CEVID, e Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz integrante da CEVID; professora Ana Campina e professor Carlos Rodrigues, da Universidade Fernando Pessoa (PT); advogada e professora de pós-graduação Tammy Fortunato; do Promotor de Justiça do Distrito Federal Thiago Pierobom de Ávila; e da psicóloga da CEVID Maisa Baiersdorf Schneider. Foram abordados os seguintes temas: "Violência de gênero em Portugal"; "Apresentação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco junto ao sistema eletrônico Projudi"; "Violência contra a mulher: aspectos históricos e culturais e sua importância na elaboração de políticas públicas de enfrentamento"; "Avaliação de Risco e políticas públicas de prevenção ao feminicídio"; e "Violência doméstica: um enfoque da psicologia forense".

Link de acesso ao Webinar: <https://www.youtube.com/watch?v=om4AKx3FNdk>



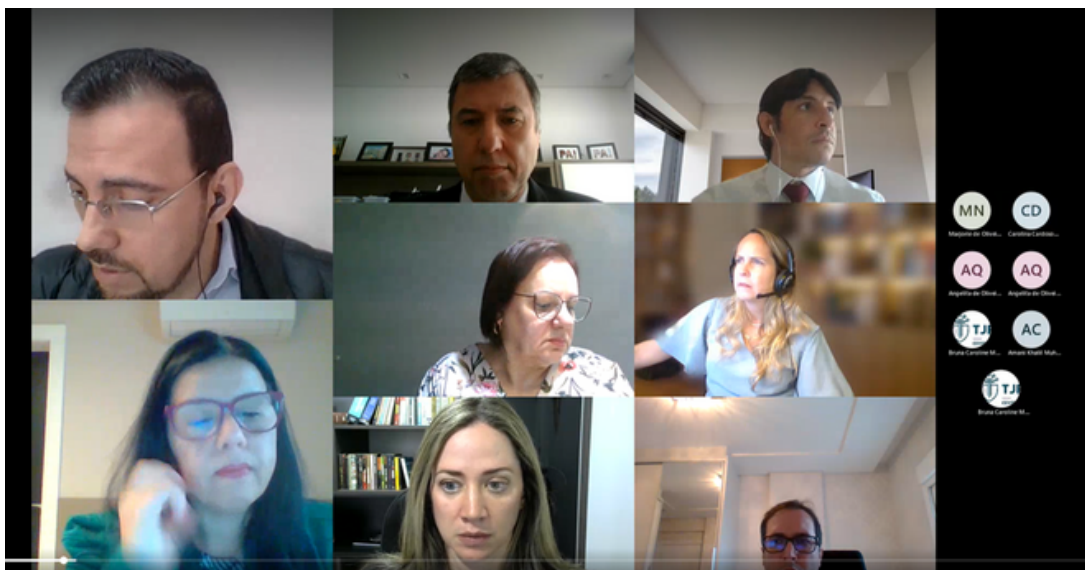
Outubro

REUNIÃO COM MAGISTRADOS/AS ATUANTES NA MATÉRIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER PARA O ACOMPANHAMENTO DA META 8

No dia 15 de outubro de 2021, a Desembargadora e Coordenadora Ana Lúcia Lourenço e o Juiz de Direito e Vice-Coordenador Marcos Antônio da Cunha Araújo, ambos da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR se reuniram com vários/as magistrados/as atuantes na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Assim como em reuniões anteriores, o objetivo do referido ato visou oportunizar aos/as magistrados/as exporem as dificuldades das unidades judiciais onde atuam no que diz respeito ao cumprimento da Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, bem como de demais demandas relacionadas à matéria da violência doméstica.

Na ocasião, a Coordenadora e o Vice-Coordenador esclareceram que a CEVID/TJPR está à disposição dos/as magistrados/as para auxiliá-los/as na elaboração de eventuais expedientes ao TJPR relatando sobre as dificuldades encontradas nas unidades judiciais onde atuam. Além disso, esclareceram que a CEVID/TJPR também pode intermediar nos expedientes e assuntos que os/as magistrados/as acharem pertinentes e de competência da CEVID.



Outubro

REALIZADO O CURSO ASPECTOS JURÍDICOS E PSICOSSOCIAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER

Nos dias 26 e 29 de outubro de 2021, foi promovido – mediante parceria entre a Presidência do TJPR, a Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU), a CEVID/TJPR e a Escola Judicial do Paraná (EJUD/PR) – o curso Aspectos Jurídicos e Psicossociais da Violência Doméstica contra Mulher.

A ação educacional foi destinada a capacitar as equipes mistas da CEMSU e do Centro Universitário de Curitiba (UniCuritiba) para orientação jurídica e atuação na rede de atenção psicossocial às vítimas de violência doméstica. Teve como objetivo fornecer aos cursistas elementos que lhes permitam interpretar e aplicar os normativos relacionados à questão da violência doméstica contra a mulher, em especial a Lei Maria da Penha, de acordo com a especificidade de cada caso, considerando fatores relacionados a gênero, raça e etnia, em seus aspectos jurídicos e psicossociais.

O curso contou com os seguintes módulos e respectivos docentes:

Módulo 1 - Trilha Sócio-histórica, em modalidade virtual, com a Professora Lais Gorski;

Módulo 2 - Trilha Jurídico-Processual, em modalidade virtual, com o Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo, Vice-Coordenador Estadual da CEVID/TJPR;

Módulo 3 - Trilha Psicossocial, em modalidade presencial, com a servidora Maisa Baiersdorf Schneider, Psicóloga da CEVID/TJPR; e

Módulo Prático - Visita pela Casa da Mulher Brasileira, em modalidade presencial, com a servidora Ceciana Ames Schallenberger, Psicóloga Judiciária nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba.

Essa capacitação faz parte das iniciativas empreendidas pelo TJPR relacionadas à Meta Nacional 9 - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário, para a qual foi indicado projeto relacionado ao ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, com a temática Violência doméstica. Para auxiliar na execução do Projeto, este Tribunal formalizou convênio com a UniCuritiba, visando à atuação dos estudantes de Direito, Psicologia e Serviço Social em programas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

CEVID/TJPR E UFPR INICIAM PESQUISA SOBRE O INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Em outubro de 2021, a CEVID/TJPR finalizou a primeira etapa de um projeto de pesquisa empreendido em parceria com a Universidade Federal do Paraná, tendo como escopo a análise da motivação dos indeferimentos de medidas protetivas de urgência no Estado. A iniciativa é Coordenada, na CEVID, pelas Magistradas Bruna Greggio, Luciane do Rocio Custódio Ludovico e Tais de Paula Scheer e, na qualidade de docente da UFPR, pela Desembargadora Priscilla Placha Sá.

O estudo abrange as medidas protetivas de urgência indeferidas/não concedidas e deferidas/concedidas em parte nos meses de agosto e setembro de 2019 e agosto e setembro de 2020, incluindo a análise de quesitos tais como: órgãos onde foram iniciadas as medidas protetivas; contexto familiar dos envolvidos; natureza do(s) crime(s) cometido(s); razão do indeferimento; tempo de encaminhamento do pedido ao Judiciário, de análise e de cumprimento da citação; entre outros. Dessa forma, pretende-se reunir elementos que permitam identificar o entendimento e os procedimentos predominantemente adotados pelos operadores do Direito, no âmbito do Estado do Paraná, no que tange à aplicação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha.

Esta primeira etapa do projeto compreendeu a elaboração dos quesitos norteadores da pesquisa e a coleta e compilação dos dados; na sequência, será realizada a análise dos dados e será redigido o relatório final do projeto. O documento será lançado em março de 2022, durante a próxima edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa.

À semelhança do dossiê "Feminicídio: por que aconteceu com ela?" – lançado no início deste ano, também em parceria com a UFPR –, esse segundo trabalho visa subsidiar a tomada de ações de enfrentamento à violência contra a mulher e conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência, contribuindo para a constatação de eventuais demandas regionais específicas concernentes à capacitação, à integração entre o Judiciário e os demais órgãos da rede local, entre outras.

Outubro

LANÇADO O CURSO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SUAS RELAÇÕES COM AÇÕES EM MATÉRIA DE FAMÍLIA E O ATENDIMENTO HUMANIZADO

Em outubro de 2021, a CEVID/TJPR lançou o curso virtual A Violência Doméstica, suas relações com Ações em Matéria de Família e o Atendimento Humanizado, promovido em parceria com a EJUD/PR.

A capacitação foi idealizada com o intuito de subsidiar a atuação dos/as servidores/as responsáveis pelo Programa Justiça nos Bairros/Justiça Itinerante – capitaneado pela 2ª Vice-Presidência do TJPR –, para que possam realizar o acolhimento e os encaminhamentos adequados a suprir as múltiplas demandas inerentes aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, abrangendo as esferas jurisdicional, psicossocial, de saúde, entre outras.

Integram o corpo docente do curso: a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID; o Juiz Marcos Antônio da Cunha Araújo, Vice-Coordenador da CEVID/TJPR; e os/as Juízes/as Augusto Gluszczyk Júnior, Bruna Greggio, Renato Garcia e Zilda Romero, integrantes da CEVID/TJPR. A capacitação engloba conhecimentos e práticas visando contribuir para a qualificação, humanização, celeridade e eficácia dos atendimentos aos/às envolvidos/as em situações de violência doméstica e familiar, incluindo ainda um depoimento de uma vítima de violência doméstica.

O curso é aberto ao público, e os/as interessados/as podem efetuar sua inscrição por meio do seguinte link: <https://ead.tjpr.jus.br/course/view.php?id=665>

Novembro

REUNIÃO ENTRE A CEVID/TJPR E A ANOREG/PR PARA TRATATIVAS DA CAMPANHA NACIONAL DO SINAL VERMELHO NO ESTADO DO PARANÁ

No dia 3 de novembro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço se reuniu, na sede da CEVID, com a Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (ANOREG/PR), Mônica Maria Guimarães de Macedo Dalla Vecchia, com o intuito de tratar da adesão, pelos cartórios extrajudiciais do Paraná, à campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.

A referida campanha é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a qual visa possibilitar a denúncia de violência doméstica em farmácias e outros estabelecimentos públicos e privados. Dessa forma, ao exibir um "X" na palma da mão, a mulher vítima de violência indica que necessita de ajuda, e os funcionários do estabelecimento podem acionar as autoridades competentes. A participação dos cartórios judiciais representa um importante reforço à iniciativa no Estado do Paraná, contribuindo para ampliar o alcance e a efetividade da campanha.

Na reunião realizada, a Desembargadora Ana Lúcia apresentou brevemente o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria, juntamente com órgãos parceiros, e colocou a CEVID à disposição da ANOREG/PR para auxiliar com a divulgação da adesão dos cartórios à campanha, bem como para o fornecimento do Guia de Serviços da Rede de Atendimento e de outros materiais informativos sobre os temas relacionados à violência doméstica.



Novembro

CEVID/TJPR PARTICIPA DA 1º AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PROCURADORIA DA MULHER DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

No dia 4 de novembro, às 19h00 ocorreu a 1º Audiência Pública da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Curitiba para tratar sobre o tema "Reabertura das Maternidades e o Parto Humanizado". O evento ocorreu por meio da plataforma Zoom. No ponto focal da discussão, estavam os problemas causados pelo fechamento das maternidades de referência da capital paranaense.

CEVID/TJPR E SESP/PR SE REÚNEM PARA DISCUTIR PROJETOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No dia 10 de novembro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, e o Coronel Romulo Marinho Soares, Secretário da Segurança Pública do Paraná, reuniram-se na sede da SESP, com o intuito de traçar metas e estratégias para o enfrentamento da violência contra a mulher no Estado do Paraná.

Entre os assuntos abordados, destaca-se a ferramenta do Dispositivo do Pânico, por meio do APP 190 PR (já disponível em todo o Paraná), a qual permite que mulheres com medidas protetivas e em situação de risco possam acionar a Polícia Militar pelo aplicativo instalado no celular. Também foram discutidas outras iniciativas, tais como a Patrulha Maria da Penha em âmbito estadual. O serviço já é disponibilizado em alguns municípios, majoritariamente, por meio das Guardas Municipais.

Na ocasião, o secretário Marinho salientou a necessidade de mais integração entre a SESP, o Judiciário e as forças policiais estaduais e municipais, possibilitando a ampliação de projetos e do atendimento em todo o Estado. Conforme pontuado pela Desembargadora Ana Lúcia, "o desafio é grande e o cenário é bem difícil, mas precisamos trabalhar juntos, com muito diálogo, para minimizar o problema da violência doméstica e proporcionar um acolhimento adequado às mulheres, além de um julgamento mais célere para estes casos".

Além das autoridades já citadas, também participaram da reunião a chefe de gabinete da SESP, delegada Luciana de Novaes; o assessor civil da SESP, delegado Vinicius Augusto de Carvalho; o assessor jurídico do Departamento Penitenciário, delegado Renan Ferreira; o subchefe da assessoria militar no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), major Sthefano Roberto Janata; e a assessora judiciária da CEVID no TJPR, Bruna Caroline Monteiro Rosa.

EQUIPE CEVID/TJPR SE REUNE PARA TRATATIVAS DO 1º FÓRUM ESTADUAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

No dia 10 de novembro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (CEVID/TJPR) se reuniu com os magistrados integrantes da Coordenadoria, Zilda Romero e Victor Martim Batschke, para tratativas do 1º Fórum Estadual de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar. Na ocasião, os participantes deliberaram sobre o cronograma do evento e eventuais palestrantes que são estudiosos à temática de violência psicológica contra à mulher.

COORDENADORA DA CEVID/TPR SE REUNE COM A MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – CEVID/TJPR se reuniu, juntamente com outros Coordenadores Estaduais, com a Ministra Cármen Lúcia. A reunião tratou sobre o projeto de empregabilidade a mulheres em situação de violência idealizado pela Ministra.

REALIZADO O CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM VIOLÊNCIA DE GÊNERO E APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO

Durante o mês de novembro de 2021, foi promovido, em formato virtual, o Curso de Formação Continuada em Violência de Gênero e Aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco. A capacitação foi uma iniciativa da CEVID/TJPR e do Comitê Interinstitucional para Implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco no Estado do Paraná, em parceria com a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR), em atendimento à Recomendação nº 105/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

O curso teve como objetivo propiciar a capacitação em direitos fundamentais, desde uma perspectiva interseccional e de gênero, dos profissionais atuantes nos órgãos públicos da rede de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Paraná, bem como apresentar informações, princípios e diretrizes a fim de subsidiar a aplicação efetiva do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, em conformidade com a Lei Maria da Penha e demais legislações e normatizações pertinentes. Dessa forma, pretende-se fomentar e orientar a utilização desse instrumento de forma ampla e efetiva no Estado do Paraná, mediante a atuação conjunta e integrada dos entes que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, com base em plano de segurança elaborado pela Polícia Militar a fim de nortear as intervenções e encaminhamentos, conforme os riscos identificados.

Novembro

PROMOVIDA A 19ª EDIÇÃO DA SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Entre os dias 22 e 26 de novembro de 2021, ocorreu a 19ª edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O programa é capitaneado pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais, e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. A campanha também abrange ações interdisciplinares organizadas que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

No Paraná, a abertura oficial da 19ª edição da campanha foi promovida no dia 22 de novembro, durante a sessão do Órgão Especial, pelo Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto Ainda, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, apresentou as principais ações desenvolvidas pelo TJPR por meio da Coordenadoria durante a campanha.

Dentre as iniciativas em nível estadual, promovidas conjuntamente com instituições e órgãos parceiros, destacam-se: o evento Espaço de Fala – Mulheres Refugiadas, Migrantes e Apátridas, em parceria com o NUIGE/MPPR, o NUDEM/DPEPR, a CEVIGE/OABPR e a EJUD/PR; o lançamento da 2ª edição da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR e do Guia de Serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Paraná; e o evento comemorativo dos 10 anos de existência da Coordenadoria, com palestras acerca de temáticas afetas aos direitos da mulher e à violência de gênero, seguido do lançamento de galeria de fotos dedicada à Coordenadoria, visando prestar reconhecimento e homenagem ao trabalho desempenhado pelas Desembargadoras que coordenaram a CEVID/TJPR desde sua criação.

Além dessas ações, as Comarcas promoveram iniciativas em âmbito local, por meio de parcerias institucionais com universidades, com os Conselhos da Comunidade e outros órgãos governamentais e não governamentais, incluindo entrevistas a emissoras de rádio e televisão, Lives, distribuição de material informativo, entre outras.

Link de acesso ao evento de abertura da Semana da Paz em Casa na sessão do Órgão Especial:
<https://www.youtube.com/watch?v=tdOe-CJ2M3Y>

Novembro

ESPAÇO DE FALA – MULHERES REFUGIADAS, MIGRANTES E APÁTRIDAS

No dia 23 de novembro, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID/TJPR, a Escola Judicial do Paraná – EJUD/PR, o Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero – NUPIGE/MPPR, o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher – NUDEM/DPEPR e a Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero – CEVIGE/OABPR promoveram o evento Espaço de Fala – mulheres refugiadas, migrantes e apátridas, com transmissão pelo canal da EJUD/PR no YouTube.

Na oportunidade, foram apresentadas as diferentes visões, realidades e desafios constatados tanto na atuação de entidades direcionadas ao atendimento das mulheres migrantes, refugiadas e apátridas quanto na experiência vivenciada por algumas dessas mulheres. Link de acesso ao evento: <https://www.youtube.com/watch?v=nITzvR8cccA>

O evento contou com a participação das seguintes convidadas: Sabin Khaoule, refugiada síria, estudante de medicina na UFPR; Gloire M. Nkialulendo, congoleza, mestre em direito pela UFPR; Isbeline Theodorice, haitiana, voluntária da Associação de Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas (AMMAR) da UFPR; Marcia Terezinha Ponce, Secretária Executiva da Cáritas Brasileira – Regional Paraná; Isabella Louise T. S. de Souza, fundadora e Presidente do Instituto de Políticas Públicas Migratórias (IPPMI); Adriana Maria Matias, Coordenadora da Pastoral da/o Migrante da Paróquia Santa Teresinha de Lisieux em Colombo; Sandra Márcia Duarte, Coordenadora da Política da Diversidade e Grupos Específicos do Departamento Penitenciário do Paraná; e Claudia Grignet Fardoski Souto, Diretora da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu – Unidade de Progressão.

23 de novembro
10h

Transmissão via YouTube EJUD TJPR

ESPAÇO DE FALA
**MULHERES MIGRANTES,
APÁTRIDAS E REFUGIADAS**

PALESTRANTES

- Sabin Khaoule
- Gloire M. Nkialulendo
- Isbeline Theodorice
- Marcia Terezinha Ponce
- Isabella Louise T. S. de Souza
- Sandra Márcia Duarte
- Adriana Maria Matias

IDEALIZADORAS

- Ana Lúcia Lourenço
- Ana Carolina P. Franceschi
- Helena de Souza Rocha
- Mariana Martins Nunes

Logos at the bottom: MPPR, EJUD-PR, TJPR CEVID, Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero, NUPIGE, NUDEM, DPEPR.

Novembro

LANÇAMENTO DA 2ª EDIÇÃO DA REVISTA ELETRÔNICA DA CEVID/TJPR E DO GUIA DE SERVIÇOS DA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO ESTADO DO PARANÁ

No dia 25 de novembro, foi promovido, de forma virtual, em parceria com a EJUD/PR, o evento de lançamento da 2ª edição da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR – alusiva aos dez anos de existência da Coordenadoria – e do Guia de Serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Paraná. Link de acesso ao evento: <https://www.youtube.com/watch?v=mxjYNn2H9J4>

O evento contou com exposições da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, e das Magistrados/as Luciane do Rocio Custódio Ludovico, Zilda Romero e Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, bem como da psicóloga da CEVID Maisa Baiersdorf Schneider, os quais discutiram sobre as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria, bem como acerca de suas respectivas atuações na esfera da violência doméstica e na elaboração da revista e do guia. Ainda, foram convidadas a Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (ANOREG/PR), Mônica Dalla Vecchia, que tratou da campanha Sinal Vermelho e os cartórios do Brasil contra a violência doméstica; e a Assessora de Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Curitiba, Gleri Bahia Mangger, que abordou a atuação da rede de proteção em Curitiba.

A 2ª edição da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR, assim como a primeira publicação, contempla a experiência de atuação e pesquisa de diversos protagonistas no enfrentamento da violência contra a mulher, bem como no estudo desse fenômeno. O espaço permanente da revista dedicado a entrevistas conta com a participação da Juíza de Direito Dra. Zilda Romero, Magistrada Atuante no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar e Anexos de Londrina. A publicação também inclui artigos sobre a temática da violência doméstica, assim como projetos e boas práticas adotados nesse enfrentamento. Ao final, apresenta um breve relato histórico – elaborado pelas servidoras Bruna Caroline Monteiro Rosa e Carolina Cardoso Dias –, em que são descritos os principais feitos, metas, desafios e acontecimentos de maior relevância ao longo da trajetória da Coordenadoria no enfrentamento da violência doméstica e na promoção e defesa dos direitos da mulher.

O Guia de Serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Paraná foi elaborado pela CEVID/TJPR com o intuito de facilitar a localização e o acesso da vítima aos serviços disponíveis, bem como para fomentar e orientar a criação ou ampliação da rede, de acordo com as demandas e necessidades constatadas. Dessa forma, o Guia de Serviços será uma ferramenta de grande importância para garantir proteção e assistência adequadas a todos os envolvidos em situações de violência doméstica e familiar.

CEVID/TJPR CELEBRA SEUS 10 ANOS DE EXISTÊNCIA

No dia 26 de novembro, a CEVID/TJPR promoveu, no Auditório do Pleno do TJPR e com transmissão ao vivo pelo canal da EJUD/PR no Youtube, o evento 10 Anos da CEVID/TJPR: Exposições e Experiências acerca da Lei Maria da Penha sob um Viés Acadêmico e Inauguração da Galeria das Coordenadoras da CEVID. A iniciativa visou demonstrar e reforçar o compromisso deste Tribunal de Justiça com a causa da promoção e defesa dos direitos da mulher e do enfrentamento à violência de gênero, o qual se reflete no profícuo trabalho realizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher ao longo de seus dez anos de atuação, por meio de diversas parcerias interinstitucionais, promovendo a ampliação, o constante aprimoramento e a integração nas ações desenvolvidas em âmbito estadual nessa seara.

Na ocasião, foram proferidas palestras acadêmicas pelas professoras Maria Cristina Neiva de Carvalho (docente da PUC/PR), Marcia de Fátima Leardini Dresch (docente do UniCuritiba) e Eneida Desiree Salgado (docente da UFPR), versando, respectivamente, sobre os temas: "Psicologia jurídica da PUCPR: 10 anos de parceria na aplicação da Lei Maria da Penha", "Aspecto Cultural da Lei Maria da Penha" e "As Mulheres no Poder: misoginia, violência simbólica e resistência"

Ainda, foram exibidos vídeos institucionais produzidos pelos/as Magistrados/as integrantes da CEVID Augusto Gluszczyk Júnior, Bruna Greggio, Davi Pinto de Almeida, Luciane Bortoleto e Luciane do Rocio Custódio Ludovico, bem como pela servidora da CEVID Bruna Caroline Monteiro Rosa, discorrendo sobre suas experiências de atuação junto à Coordenadoria e no enfrentamento à violência contra a mulher.

Na sequência, houve o lançamento da Galeria de fotos dedicada à Coordenadoria, com vistas a prestar reconhecimento e homenagem ao trabalho desempenhado pelas Desembargadoras que coordenaram a CEVID/TJPR desde sua criação. Na oportunidade, proferiram fala as Desembargadoras Lenice Bodstein e Priscilla Placha Sá, que discorreram sobre o trabalho por elas empreendido na qualidade de Coordenadoras da CEVID, abordando as realizações e os desafios enfrentados, bem como salientando a importância do papel da Coordenadoria, mediante a atuação conjunta com órgãos parceiros, para garantir atendimento institucional de qualidade às mulheres em situação de violência doméstica. A galeria dedicada à CEVID está localizada no oitavo andar do Prédio Anexo ao Palácio da Justiça.



Novembro

COORDENADORA DA CEVID PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE POSSE DAS REPRESENTANTES DO FÓRUM PARANAENSE DE INSTÂNCIAS DE MULHERES DE PARTIDOS POLÍTICOS

No dia 29 de novembro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (CEVID/TJPR) participou da Cerimônia de instalação do Fórum Paranaense de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, bem como da posse das representantes, no salão Nobre da Assembleia Legislativa.

O Fórum Paranaense de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos tem como objetivo dar suporte para as mulheres interessadas em se candidatar na área da política, bem como propiciar espaço de debates e apresentações de propostas de gênero. O Fórum é composto por dirigentes de 11 partidos políticos.

O evento foi coordenado pela Procuradoria da Mulher da Casa e é parte das ações da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres no Estado do Paraná.



Dezembro

CEVID/TJPR PARTICIPA DO XIII FONAVID, EM TERESINA/PI

Entre 29 de novembro e 2 de dezembro de 2021, foi promovido, nas modalidades presencial e virtual, o XIII Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), em Teresina, Piauí. O evento – presidido pela Juíza Bárbara Lívio, do TJMG – foi aberto a magistrados, equipe multidisciplinar e público em geral e teve como tema: “Direitos Humanos e acesso à Justiça na violência doméstica e familiar: a Magistratura e o cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil”. Representaram o TJPR no Fórum os/as Magistrados/as Marcos Antônio da Cunha Araujo, Eldom Stevem Barbosa dos Santos, Renato Garcia e Márcia Guimarães Marques, bem como as servidoras da CEVID Bruna Caroline Monteiro Rosa e Maisa Baiersdorf Schneider.

O XIII FONAVID contou com diversos painéis, oficinas e palestras, abordando temáticas como: direitos humanos a partir dos recortes racial, interamericano e da população LGBTQIA; feminicídio e atuação com perspectiva de gênero; articulação da rede de enfrentamento; uso dos sistemas tecnológicos no combate à violência contra a mulher; grupos reflexivos e as intervenções com homens; entre outros. Ainda, na oportunidade foi realizada reunião extraordinária do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), na qual foram apresentadas as ações promovidas pelas Coordenadorias e foi eleita a Comissão Executiva do COCEVID para o ano de 2022.

O FONAVID foi criado em 31 de março de 2009, durante a III Jornada Maria da Penha, evento anual promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. O Fórum, que congrega magistrados/as e servidores/as de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal envolvidos com a temática de violência de gênero, tem como objetivo propiciar a discussão das questões relacionadas à aplicabilidade da Lei nº. 11.340/2006, buscando o compartilhamento de posicionamentos e experiências, além da compreensão, com profundidade, dos aspectos jurídicos da legislação e também dos contornos que envolvem outras disciplinas relacionadas. O evento conta, ainda, com a participação de membros do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Polícias Civil e Militar, Psicólogos(as) e Assistentes Sociais.



COORDENADORA DA CEVID/TJPR É ELEITA VICE-PRESIDENTE DO COCEVID

Logo antes do início no FONAVID, em Teresina/PI, foi realizada reunião extraordinária do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), ocasião em que foi definida a Comissão Executiva do COCEVID para o ano de 2022.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, foi eleita Vice-Presidente do Colégio para a próxima gestão, e a Desembargadora Paula Cunha e Silva, do TJMG, será a Coordenadora Presidente do órgão. Também integrarão a Comissão Executiva do COCEVID para o exercício de 2022: a Juíza Teresa Germana Lopes Azevedo (TJCE), como 1ª Secretária; a Juíza Rosa Geane Nascimento Santos (TJSE), como 2ª Secretária; o Desembargador Álvaro Kalix Ferro (TJRO), como Tesoureiro; a Juíza Tais Culau de Barros (TJRS), como Suplente-1ª Secretária; e a Juíza Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio (TJPI), como Suplente-2ª Secretária.

A eleição foi realizada durante o XIII Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), que aconteceu entre os dias 29 de novembro e 2 de dezembro, nas modalidades presencial e virtual.

Representaram o TJPR no Fórum: o Juiz Marcos Antônio da Cunha Araújo, Vice-Coordenador da CEVID/TJPR; os Juízes Eldom Stevem Barbosa dos Santos e Renato Garcia; a Juíza Márcia Guimarães Marques; e as servidoras da CEVID, Bruna Caroline Monteiro Rosa e Maisa Baiersdorf Schneider.

CEVID/TJPR SE REÚNE COM PROFISSIONAL DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No dia 8 de dezembro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - CEVID/TJPR e as servidoras Bruna Caroline Monteiro Rosa e a Maisa Baier Schneider também da respectiva Coordenadoria se reuniram com a assistente social Margarete Chalela, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR, a fim de tratar sobre as atividades da área de serviço social para o ano de 2022 na CEVID/TJPR. Na ocasião, a Desembargadora Ana Lúcia informou que o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio do CumprDec nº. 0008273-31.2019.2.00.0000, inclui no rol das Coordenadorias de Violência Doméstica dos Estados servidores da área de serviço social. Além disso, informou que a profissional auxiliará em questões pontuais. Ressaltou a importância de uma profissional desta respeitável área tendo em vista a demanda do setor.

CEVID/TJPR PARTICIPA DE CAPACITAÇÃO DA PATRULHA MARIA DA PENHA DE CURITIBA

Na semana de 6 a 10 de dezembro, a Equipe Gestora da Patrulha Maria da Penha de Curitiba - coordenada pelo Guarda Municipal Zeilto Dalla Villa - promoveu capacitação voltada aos/às agentes responsáveis por oferecer esse serviço na Capital. O curso teve o objetivo de atualizar e nivelar as equipes quanto aos procedimentos adequados a serem adotados nos atendimentos e também sobre as tipicidades de cada órgão da Rede de Proteção à Mulher.

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, proferiu palestra no evento, discorrendo sobre a violência doméstica e a atuação da Coordenadoria. O curso também contou com a participação de representantes do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Delegacia da Mulher, da Casa da Mulher Brasileira e da Assessoria de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Curitiba.

O programa Patrulha Maria da Penha disponibiliza atendimento preventivo a mulheres com medidas protetivas de urgência vigentes, por meio de visitas periódicas dos agentes das Guardas Municipais ou da Polícia Militar. O município de Curitiba foi o primeiro a prestar esse serviço no Estado, o qual teve início em 2014. Desde então, a equipe da Guarda Municipal responsável pelos patrulhamentos tem contribuído para reforçar a segurança não apenas das mulheres curitibanas, mas também de todo o Estado, por meio das capacitações ofertadas a agentes de outros municípios que vieram a contar com o serviço.

Atualmente, contam com a Patrulha Maria da Penha, por meio da Guarda Municipal, os municípios de Apucarana, Arapongas, Araucária, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa, Pontal do Paraná, Sarandi, São José dos Pinhais, São Miguel do Iguaçu e Toledo. O serviço também é prestado pela Polícia Militar nos municípios de Guarapuava e Paranavaí, e estão sendo finalizadas as tratativas para atuação da Polícia Militar na Patrulha Maria da Penha em todo o Estado.



Dezembro

CEVID/TJPR PARTICIPA DE LIVE SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, PROMOVIDA PELO CRF/PR

No dia 8 de dezembro de 2021, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, participou de Live promovida pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná (CRF/PR), voltada à temática do combate e da prevenção à violência contra a mulher. A Live, conduzida pela Presidente do CRF/PR, Mirian Ramos Fiorentin, também contou com a participação da Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina, Liange Hiroe Doy Fernandes.

Na ocasião, as participantes discorreram acerca da atuação dos respectivos órgãos no enfrentamento à violência contra a mulher. Dentre as ações mencionadas, destaca-se a campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica – uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e da Associação dos Magistrados Brasileiros, em parceria com diversos órgãos –, a qual visa propiciar que as mulheres em situação de violência, ao exibir um "X" vermelho na palma da mão, possam solicitar ajuda em diversos estabelecimentos como farmácias, repartições públicas e instituições privadas. Ainda, foi salientada a importância da conscientização e mobilização da sociedade em prol dessa causa, como também da participação efetiva do poder público para garantia de direitos.

O evento integrou as ações relativas à campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que ocorre entre os dias 25 de novembro (Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher) e 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos). Trata-se de uma mobilização global coordenada pelo Centro para Liderança Global das Mulheres, que tem como objetivo denunciar e erradicar as várias formas de violência contra as Mulheres, bem como informá-las e orientá-las sobre seus Direitos Humanos. O TJPR participa da campanha mediante a publicação de conteúdos em suas mídias institucionais (Facebook, Instagram e site institucional), bem como pela realização de ações pedagógicas junto à sociedade civil.



08/12
18h15 às 19h15



Dezembro

CEVID/TJPR PARTICIPA DO PRÊMIO CNJ – JUÍZA VIVIANE VIEIRA DO AMARAL 2021

No dia 14 de dezembro, às 17h, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço participou virtualmente da solenidade “Prêmio CNJ – Juíza Viviane Vieira do Amaral”, organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O evento ocorreu no Plenário do CNJ com transmissão simultânea pelo Canal do CNJ no Youtube.

A premiação ocorreu em seis categorias: tribunais, magistrados (as), atores (atrizes) do Sistema de Justiça Criminal – Ministério Público, Defensoria Pública, advogados (as) e servidores(as), organizações não governamentais, mídia e produção acadêmica.

O “Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral” é destinado a premiar e dar visibilidade a ações de prevenção e de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas. Busca a conscientização do Judiciário para a necessidade de permanente vigília para o enfrentamento desse crescente tipo de violência.

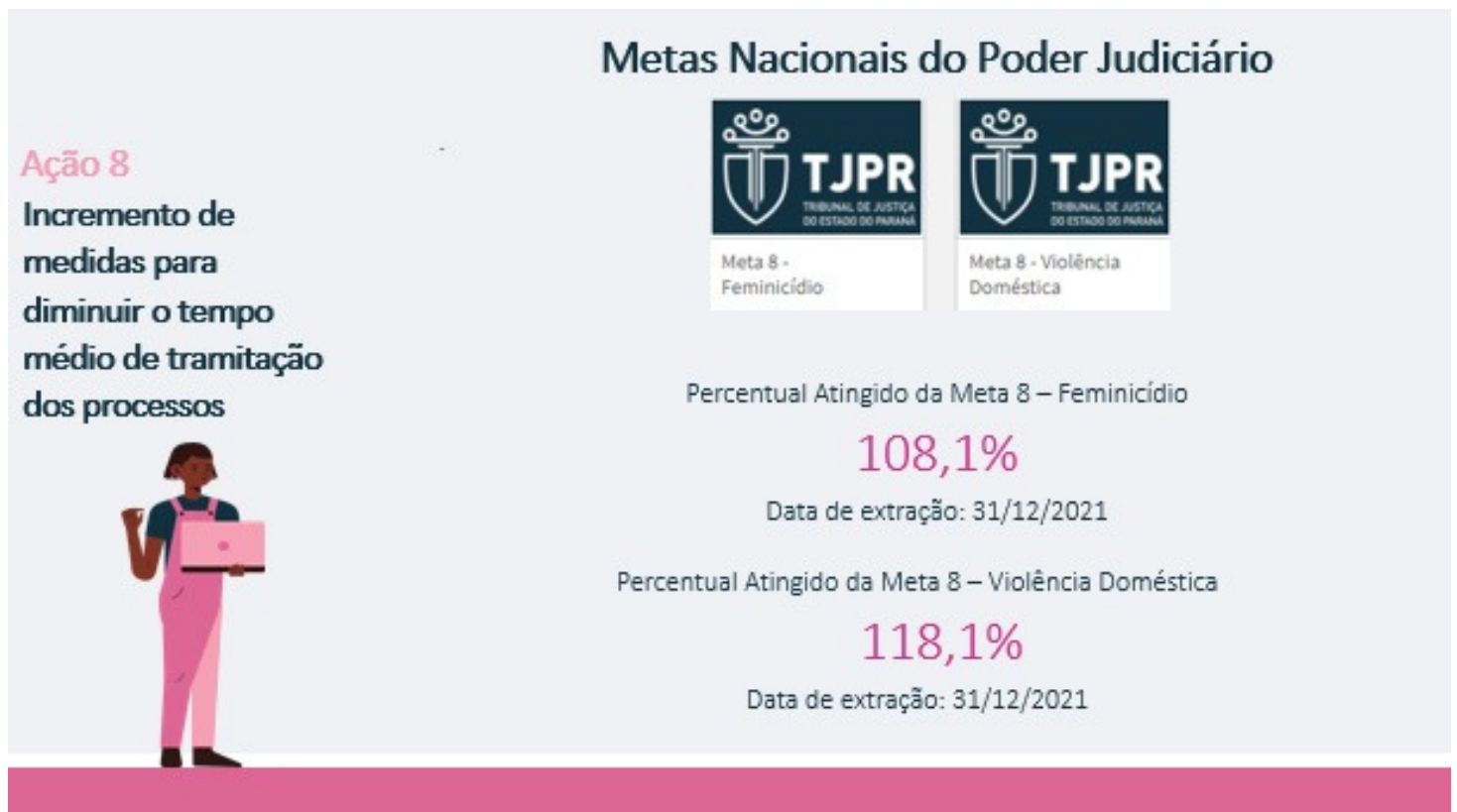
Criada pela Resolução CNJ nº 377/2021, a premiação também se propõe a homenagear a Juíza de Direito Viviane Vieira do Amaral, que foi vítima de feminicídio em 2020.



METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Meta 8 - Incremento de medidas para diminuir o tempo médio de tramitação dos processos.

Até 31 de Dezembro de 2021, o percentual atingido na Meta 8 - Feminicídio foi de 108,1%, (extração dos dados em 03 de Novembro de 2022 às 14h00m). Em relação a Violência Doméstica, o percentual atingido foi de 118,1% (dado extraído em 03 de Novembro de 2022).



2022

2º ano da Gestão

CEVID/TJPR GANHA NOVOS MEMBROS EM SUA COMPOSIÇÃO

Neste ano de 2022, a CEVID/TJPR passará a contar com novos membros em sua composição: os Juízes de Direito Eldom Stevem Barbosa dos Santos, da Comarca de Paraíso do Norte, e Lourenço Cristovão Chemim, do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Casa da Mulher Brasileira da Comarca de Curitiba. A Coordenadoria também conta com a participação de Juíza Auxiliar da Presidência, Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e Magistrados e Magistradas de 1º e 2º graus. Essa gestão compartilhada, composta de membros com distintas experiências de atuação na prestação jurisdicional, contribui para enriquecer o compartilhamento de conhecimentos, projetos e boas práticas que norteiem a elaboração e implementação de políticas públicas, bem como a identificação e atendimento às múltiplas demandas das Comarcas do Estado nas esferas jurídico-administrativa e psicossocial.

A atual gestão da CEVID assumiu suas funções em 2021, contando com a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, como Coordenadora; com o Juiz Marcos Antônio da Cunha Araújo, como Vice-Coordenador; e com Juízes e Juízas integrantes e colaboradores, em consonância com as determinações dos Atos Normativos do Conselho Nacional de Justiça (resolução nº 254/2018) e do TJPR Resolução nº 20/2011-OE e alterações). Comporão a equipe da CEVID para o ano de 2022 os(as) seguintes Magistrados(as):

- Doutora Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Ponta Grossa;
- Doutor Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Foz do Iguaçu;
- Doutor Augusto Gluszczyk Junior, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Janeiro

- Doutor Davi Pinto de Almeida, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Doutor Eldom Stevem Barbosa dos Santos, Juiz de Direito do Juízo Único da Comarca de Paraíso do Norte;
- Doutora Fabiane Pieruccini, Juíza Auxiliar da Presidência;
- Doutor Lourenço Cristovão Chemim, Juiz de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – Casa da Mulher Brasileira da Comarca de Curitiba;
- Doutor Renato Garcia, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Jacarezinho; e
- Doutora Tais de Paula Scheer, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;
- Doutora Luciane Bortoleto, Juíza Auxiliar da Corregedoria;
- Doutora Luciane do Rocio Custódio Ludovico, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau; e
- Doutor Victor Martim Batschke, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau.

A CEVID ainda mantém diálogo permanente com os Magistrados e as Magistradas que atuam nos Juízos com competência na matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, cujo apoio e cujas sugestões têm desempenhado um papel fundamental para o bom desenvolvimento das atividades da Coordenadoria.

Dessa forma, busca-se garantir uma atuação diversificada e abrangente, que represente e atenda às distintas necessidades das cento e sessenta e uma Comarcas do Estado do Paraná no que tange ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Janeiro

CEVID/TJPR INICIA A SELEÇÃO DE MATERIAIS PARA A 3ª EDIÇÃO DE SUA REVISTA ELETRÔNICA

Em janeiro de 2022, teve início a coleta e seleção de materiais para a terceira edição da revista eletrônica da CEVID/TJPR, que será lançada no mês de junho. Os(as) interessados(as) em participar da revista —de qualquer Estado da Federação— poderão encaminhar para o e-mail da CEVID (cevid@tjpr.jus.br), até o dia 31 de março, artigos, projetos e descritivos de ações de autoria própria, que versem sobre a temática da violência contra a mulher. Os trabalhos não precisam ser inéditos, e o material (seja artigo científico, descritivo de ações ou outro) deve conter o máximo de 10 laudas para que seja elegível à análise de pré-publicação.

A Revista Eletrônica da CEVID/TJPR tem a finalidade tanto de registrar as ações da Coordenadoria ao longo do tempo, como de oferecer um espaço para que pesquisadores da área da violência doméstica e familiar e estudiosos da área de humanidades divulguem suas produções. Além disso, a publicação visa possibilitar a divulgação de boas práticas e projetos de magistrados(a) e servidores(as), como também de profissionais da Rede de Enfrentamento, com respeito às políticas públicas por eles desenvolvidas e executadas. Dessa forma, a revista inclui artigos, projetos e descritivos de ações de autoria de acadêmicos da área, bem como de membros, servidores/as e colaboradores/as do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Polícias Civil e Militar, das Secretarias Estaduais e Municipais, das Guardas Municipais, entre outros órgãos e entidades, governamentais ou não.

Segue link de acesso para a primeira e segunda edições da Revista Eletrônica da CEVID/TJPR, lançadas, respectivamente, em agosto e em novembro de 2021:
<https://www.tjpr.jus.br/web/cevid/revistas>



Janeiro

CEVID/TJPR INICIA A SELEÇÃO DE MATERIAIS PARA A 3ª EDIÇÃO DE SUA REVISTA ELETRÔNICA

REVISTA ELETRÔNICA CEVID *chamada para publicação*



A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Paraná – CEVID/TJPR promove chamamento à participação da terceira edição da Revista Eletrônica da CEVID, que será lançada em junho de 2022.

trabalhos:

Não precisam ser inéditos, mas os materiais de autoria própria, voltados à temática de violência contra a mulher (sejam artigos científicos, descritivos de ações ou outros), devem conter o máximo de 10 laudas para que sejam elegíveis à análise de pré-publicação.

prazo:

Solicita-se que os interessados encaminhem o material para a Coordenadoria até o dia 31 de março, pelo e-mail: cevid@tjpr.jus.br



Fevereiro

CEVID/TJPR PARTICIPA DO ENCONTRO DO COLÉGIO DE COORDENADORES DA MULHER (COCEVID), EM BELO HORIZONTE/MG

No dia 3 de fevereiro, o Vice-Coordenador da CEVID/TJPR, o Juiz Marcos Antônio da Cunha Araújo, representou o TJPR no Encontro do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), ocorrido no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Na oportunidade, além da apresentação de palestras, foi realizada reunião deliberativa com os(as) Coordenadores da Mulher dos Tribunais Estaduais, durante a qual os(as) Coordenadores(as) apresentaram as principais ações desenvolvidas pelas respectivas Coordenadorias. Ainda, houve a posse da Comissão Executiva do COCEVID para o ano de 2022, que terá como Presidente a Desembargadora do TJMG Paula Cunha e Silva e, como Vice-Presidente, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço.

Os Encontros do COCEVID visam reunir, periodicamente, os Coordenadores e as Coordenadoras da Mulher em Situação de Violência Doméstica dos Tribunais Estaduais, com o intuito de discutir a questão do enfrentamento à violência contra a mulher e traçar estratégias em âmbito nacional, a fim de aprimorar a prestação jurisdicional e o atendimento multidisciplinar nessa seara. Ademais, busca-se fomentar a implementação, nas coordenadorias da mulher de cada estado, de parcerias, ações e projetos voltados a toda forma de prevenção, punição e erradicação dos crimes dessa natureza.



Fevereiro

CEVID/TJPR PARTICIPA DO ENCONTRO DO COLÉGIO DE COORDENADORES DA MULHER (COCEVID), EM BELO HORIZONTE/MG

No dia 3 de fevereiro, o Vice-Coordenador da CEVID/TJPR, o Juiz Marcos Antônio da Cunha Araújo, representou o TJPR no Encontro do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID), ocorrido no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Na oportunidade, além da apresentação de palestras, foi realizada reunião deliberativa com os(as) Coordenadores da Mulher dos Tribunais Estaduais, durante a qual os(as) Coordenadores(as) apresentaram as principais ações desenvolvidas pelas respectivas Coordenadorias. Ainda, houve a posse da Comissão Executiva do COCEVID para o ano de 2022, que terá como Presidente a Desembargadora do TJMG Paula Cunha e Silva e, como Vice-Presidente, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço.

Os Encontros do COCEVID visam reunir, periodicamente, os Coordenadores e as Coordenadoras da Mulher em Situação de Violência Doméstica dos Tribunais Estaduais, com o intuito de discutir a questão do enfrentamento à violência contra a mulher e traçar estratégias em âmbito nacional, a fim de aprimorar a prestação jurisdicional e o atendimento multidisciplinar nessa seara. Ademais, busca-se fomentar a implementação, nas coordenadorias da mulher de cada estado, de parcerias, ações e projetos voltados a toda forma de prevenção, punição e erradicação dos crimes dessa natureza.



INTEGRANTES DA CEVID/TJPR SE REÚNEM PARA PLANEJAMENTO DAS AÇÕES PARA 2022

No dia 23 de fevereiro, às 10h00, foi realizada a primeira reunião com os(as) magistrados(as) integrantes e a equipe de apoio da CEVID, com o intuito de discutir as metas e ações a serem promovidas pela Coordenadoria durante o ano de 2022. Na oportunidade, também foram dadas as boas-vindas aos Magistrados Eldom Stevem Barbosa dos Santos e Lourenço Cristovão Chemim, Juízes Titulares, respectivamente, da Comarca de Paraíso do Norte e do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Casa da Mulher Brasileira de Curitiba, que passa a compor a CEVID a partir deste ano.

Foram estabelecidas sete metas principais que nortearão as atividades da Coordenadoria. São elas:

- reduzir, prevenir e responsabilizar os atos de violência contra a mulher, tendo como norte os casos de feminicídio;
- reduzir e prevenir a transgeracionalidade da violência doméstica e familiar contra a mulher;
- incrementar medidas de prevenção a novas violências por meio da Rede e de tecnologias;
- incrementar a Política Judiciária no âmbito do TJPR;
- qualificar o atendimento interdisciplinar aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- aprimorar a estruturação da CEVID; e
- reforçar a divulgação de todas as ações e projetos da Coordenadoria e criar mecanismos para melhorar a comunicação com a sociedade.

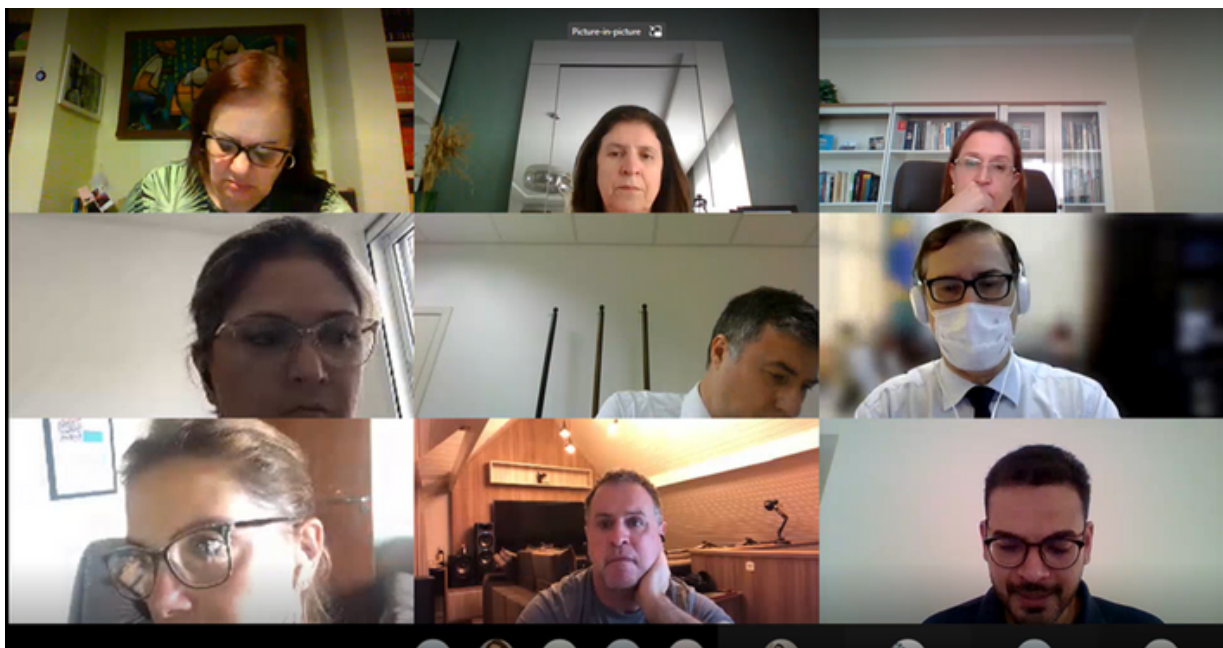
Para o alcance dessas metas, foram propostas quinze ações, das quais destacam-se:

- formação e capacitação de Magistrados e Servidores na área de violência doméstica e familiar;
- acompanhamento da implementação do Formulário de avaliação de Risco;
- acompanhamento da implementação dos grupos reflexivos para autores de violência doméstica;
- incremento de medidas para diminuir o tempo médio de tramitação dos processos;

Fevereiro

- aprimoramentos na página da CEVID, objetivando facilitar o acesso ao público e divulgação das principais ações e
- realização de convênios da CEVID com as Escolas da Magistratura e Judicial e UFPR- para pesquisa sobre o tema da violência doméstica e familiar

As metas e ações traçadas estão alinhadas com os objetivos DO Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná para o período de 2021 a 2026, os quais incluem a garantia dos Direitos Fundamentais, o fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional. Ainda, estão em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente, com os ODS nº 5 ("Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas) e 16 ("Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis").



Fevereiro

COORDENADORA DA CEVID/TJPR CONCEDE ENTREVISTA À TV ASSEMBLEIA

No dia 25 de fevereiro, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, concedeu entrevista à TV Assembleia, a ser exibida no dia da mulher. A entrevista teve como objetivo divulgar os projetos desenvolvidos pelo Judiciário e no atendimento das forças policiais, destinados a prevenir e combater a violência doméstica contra mulheres.

A Desembargadora Ana Lúcia discorreu sobre o papel da Coordenadoria Estadual da Mulher, quanto ao aprimoramento da política judiciária, à formação de Magistrados(as) e servidores e à articulação com outros órgãos para realização de parcerias visando à criação e implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero. Também descreveu algumas das ações em andamento, tais como o Dispositivo do Pânico via APP 190 PR da Polícia Militar e a Patrulha Maria da Penha, que têm o intuito de conferir maior segurança à vítima e auxiliar na fiscalização do descumprimento de medidas protetivas de urgência. Ainda, apresentou sugestões de iniciativas que possibilitem ampliação e celeridade no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, incluindo a atuação articulada e multidisciplinar dos entes que compõem a rede de atendimento, bem como a coleta de dados estatísticos a fim de orientar o aperfeiçoamento de políticas públicas (sempre com a preservação do sigilo da identidade das vítimas).

Fevereiro

MOBILIZAÇÃO DO PROJETO SOBRE DIGNIDADE MENSTRUAL

No dia 02 de março, às 19h, foi realizada a reunião para a mobilização do Projeto sobre a Dignidade Menstrual, conhecido como PL 63/2021, de autoria da Vereadora Maria Letícia Fagundes.

O Projeto de Lei nº 63/2021 tem como objetivo a conscientização do ciclo menstrual, no intuito de abordar, na rede de ensino público de Curitiba, conteúdos relacionados ao ciclo menstrual, mediante a capacitação de docentes, a realização de campanhas educativas, palestras e debates, bem como de promover a distribuição de absorventes higiênicos às estudantes que deles necessitem.



Março

PROMOVIDA A 20ª EDIÇÃO DA CAMPANHA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Entre os dias 7 e 11 de março, ocorreu a 20ª edição da Justiça pela Paz em Casa. O programa é realizado pelo CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. A campanha também engloba ações interdisciplinares – organizadas por meio de parcerias institucionais com universidades, com os Conselhos da Comunidade e outros órgãos governamentais e não governamentais – que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

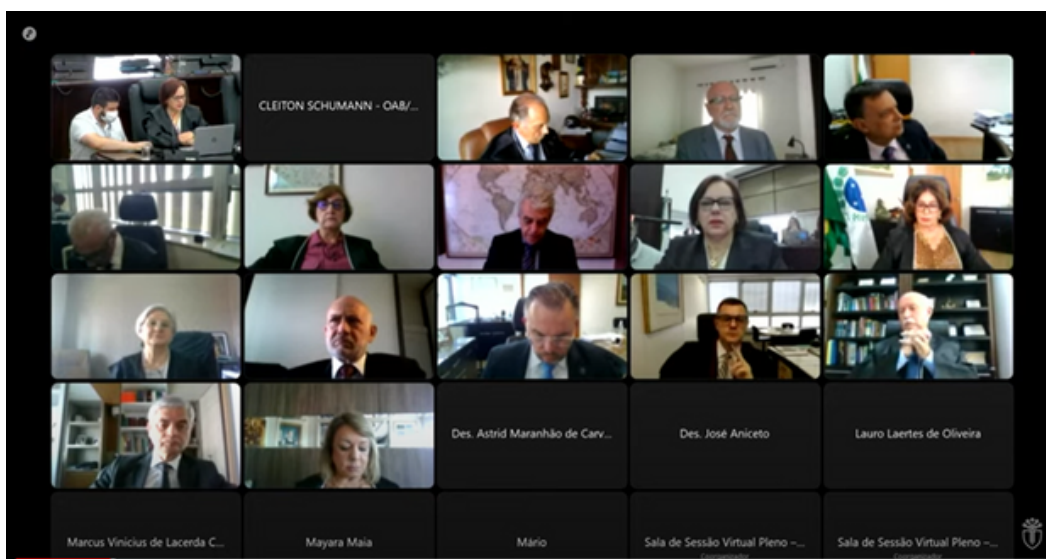
Nesse sentido, foram promovidos, pelas Comarcas, seminários, palestras, entrevistas, distribuição de material informativo e reuniões visando à celebração de parcerias e convênios para implementação de projetos voltados à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como à garantia de assistência à vítima e a seus dependentes. Em nível estadual, a CEVID organizou eventos virtuais de capacitação, além de veicular publicações em mídias institucionais para divulgação das ações da campanha e de outros temas de relevância sobre a matéria.

Iniciada em março de 2015, a Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres –, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) –, e em novembro – quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher. Além de fomentar audiências e júris concentrados e a prolação de sentenças, os Tribunais de Justiça estaduais desenvolvem treinamentos, ações educativas, palestras, lançamento de políticas públicas e outras iniciativas, relacionadas ao combate e a prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Para cada Semana ocorrida, os Tribunais de Justiça dos Estados mensuram seus esforços e encaminham ao CNJ os dados quantitativos sobre os atendimentos realizados e seus respectivos processos, como também sobre as demais ações empreendidas durante o período.

Março

No Paraná, a abertura oficial da 20ª edição da campanha se deu no dia 8 de março, durante a sessão do Órgão Especial, com transmissão pelo canal oficial do TJPR Sessões no YouTube. Na oportunidade, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, apresentou as principais ações desenvolvidas pelo TJPR por meio da Coordenadoria. Ademais, foi exibido vídeo descritivo das principais iniciativas empreendidas pela CEVID em 2021, elaborado pela EJUD/TJPR.

Link da transmissão: <https://www.youtube.com/watch?v=fwHcn0iUWho>



ABERTURA OFICIAL
20ª SEMANA NACIONAL DA
JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA
07 de março de 2022

13h30: No início da Sessão do Órgão Especial
Desembargadora Ana Lúcia Lourenço

13h40: Vídeo CEVID

13h45: Encerramento



 Transmissão via TJPR Sessões



20ª SEMANA NACIONAL DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

PROGRAMAÇÃO

07.03.2022 - Segunda-feira - 13h30
Abertura da 20ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa

08.03.2022 - Terça-feira - 17h00
Live de Lançamento Relatório de Pesquisa - Medidas Protetivas de Urgência - CEVID e UFPR.

10.03.2022 - Quinta-feira - 17h00
Câmara técnica de Violência doméstica da Polícia Militar: estudos e avanços em parceria com o Poder Judiciário.

11.03.2022 - Sexta-feira - 10h00
Casa da Mulher Brasileira e Patrulhas Maria da Penha: rotinas, desafios e conquistas desde sua implantação.



Março

COORDENADORA DA CEVID PARTICIPA DE EVENTO PROMOVIDO PELA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAUCÁRIA

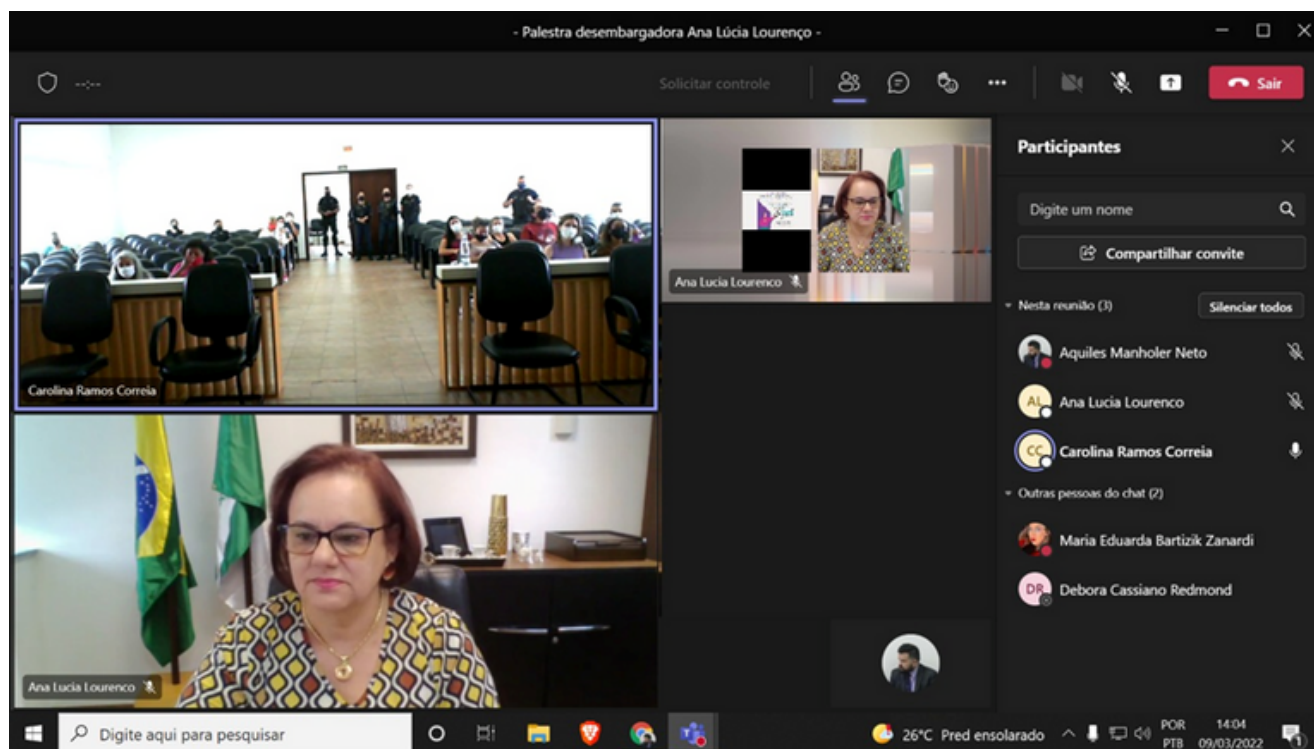
No dia 09 de março, às 14h00, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica participou de um evento realizado pela Vara Criminal de Araucária. Na ocasião, a Desembargadora Ana Lúcia falou brevemente sobre a CEVID e suas principais ações ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, explicou sobre o tema violência doméstica e os tipos de violência.

A Patrulha Maria da Penha da comarca também esteve presente no evento. O evento foi voltado para grupo de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.



Março

COORDENADORA DA CEVID PARTICIPA DE EVENTO PROMOVIDO PELA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAUCÁRIA



Março

REALIZADA LIVE DE LANÇAMENTO DA PESQUISA SOBRE INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA, EM PARCERIA COM A UFPR E A EJUD/TJPR

No dia 8 de março, às 17h00, FOI REALIZADA Live de lançamento da pesquisa sobre indeferimento e deferimento parcial de medidas protetivas de urgência, em parceria com a UFPR, com transmissão ao vivo pelo canal Institucional da Escola Judicial do Paraná (EJUD/TJPR) no YouTube.

O objeto da pesquisa consistiu em decisões de concessão parcial e de indeferimento em casos de medidas protetivas de urgência requeridas em processos judiciais que tramitaram nos juízos criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nos meses de agosto e setembro de 2019 e 2020, buscando avaliar aspectos da decisão judicial que redundou nesses resultados. Foram analisados cerca de 1500 casos de requerimentos de medidas protetivas indeferidas e deferidas em parte, com base em quesitos tais como: a relação entre noticiado e noticiante, a existência de delito, o motivo do indeferimento ou deferimento parcial, tempo de encaminhamento do pedido ao Judiciário, de análise e de cumprimento da citação, entre outros. Desta forma, a pesquisa pretende colaborar para a construção de linhas futuras de ação com expectativa propositiva, no sentido de subsidiar a adoção de medidas que impliquem a qualificação da política pública de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar, tanto no campo da formação pessoal e profissional quanto no incremento material da atividade, de modo que a Magistratura e as equipes multidisciplinares possam oferecer uma prestação jurisdicional de maior qualidade, em conexão com as premissas que estão na base da legislação específica e demais atos normativos correlatos.

O evento contou com exposições das Desembargadoras Ana Lúcia Lourenço e Priscilla Placha Sá, das Juízas Bruna Greggio, Luciane Ludovico e Tais de Paula Scheer; bem como da Equipe da CEVID e demais pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná, que discorreram sobre o processo de elaboração da pesquisa, os resultados obtidos e sugestões de medidas que podem contribuir — em vista das constatações identificadas — para aprimorar o atendimento aos envolvidos em situações de violência doméstica e familiar. Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=3KGKFZ00JUY>

Março

REALIZADA LIVE DE LANÇAMENTO DA PESQUISA SOBRE INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA, EM PARCERIA COM A UFPR E A EJUD/TJPR

● **LIVE** Lançamento

RELATÓRIO DE PESQUISA: MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA – CEVID/TJPR E UFPR

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço

Desembargadora Priscilla Placha Sá

Dra. Bruna Greggio

Dra. Luciane do Rocio Custódio Ludovico

Dra. Tais de Paula Scheer

Equipe CEVID/TJPR: Bruna Caroline Monteiro Rosa, Ana Carolina Ferreira Pundeck, Angelita de Oliveira Amadeu Quadros, Bruna Araújo César Lima, Bruna Cristina Moreira, Geórgia Martins dos Santos e Marjorie de Oliveira Nascimento.

Pesquisadoras da UFPR: Gabriela Grupp e Lara Marcon Michels



08/03



17h



Transmissão via EJUD/TJPR



Paz em Casa



TJPR
CEVID



EJUD-PR
SECRETARIA JURÍDICA DO PARANÁ



Março

COORDENADORA DA CEVID É HOMENAGEADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

A Câmara Municipal de Curitiba promoveu uma solenidade alusiva ao Dia Internacional da Mulher. A sessão solene foi proposta por Vereadoras da Casa, as quais indicaram as homenageadas. A data foi oficializada pela ONU em 1975, mas o Dia da Mulher é comemorado desde o início do século XX. Mais do que uma simples comemoração, o Dia Internacional da Mulher é um momento de reflexão e luta pelos direitos femininos, em um momento em que se acumulam os casos de violência doméstica e feminicídio. Outra questão que merece sempre estar na pauta da luta das mulheres é a igualdade no ambiente de trabalho. Na ocasião, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço foi homenageada.

Para mais informações acesse o link <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/dia-da-mulher-14-mulheres-serao-homenageadas-em-solenidade-na-camara>



Março

PROMOVIDO O EVENTO “CÂMARA TÉCNICA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA POLÍCIA MILITAR: ESTUDOS E AVANÇOS EM PARCERIA COM O PODER JUDICIÁRIO”, EM PARCERIA COM A EJUD/TJPR

No dia 10 de março, às 17h00, foi promovido o evento virtual de capacitação: “Câmara técnica de Violência Doméstica da Polícia Militar: estudos e avanços em parceria ao Poder Judiciário”, com transmissão ao vivo pelo canal Institucional da Escola Judicial do Paraná (EJUD/TJPR) no YouTube.

A ação consistiu em palestras proferidas pelos/as agentes da Polícia Militar que integram a referida Câmara Técnica, criada no segundo semestre de 2021, no âmbito da Polícia Militar, com o intuito de coordenar as ações relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, bem como de fomentar o diálogo entre o Judiciário e as forças policiais estaduais e municipais, para ampliação de projetos e de atendimento em todo o Estado. O órgão é presidido pelo subchefe da assessoria militar no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Major Sthefano Roberto Janata. As iniciativas em desenvolvimento pela Câmara Técnica incluem a elaboração das diretrizes que nortearão a atuação da Polícia Militar no programa da Patrulha Maria da Penha e no aplicativo do pânico no APP 190, bem como a criação de um plano de segurança que abrangerá a produção de folders informativos com orientações para a proteção da vítima, além de protocolo de procedimentos a serem adotados pela Polícia Militar nos atendimentos aos casos de violência doméstica.

O evento contou com exposições da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, do Major Sthefano Roberto Janata, da Capitã Carolina Pauleto Ferraz Zancan, da Tenente Fernanda Pegorini Januário e do Capitão Victor Rodrigo Amaral. Foram apresentados, entre outros projetos, as capacitações desenvolvidas pela Polícia Militar do Paraná para o combate da violência doméstica e familiar e o projeto-piloto de implementação da Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar na Região Metropolitana de Curitiba.

Março

PROMOVIDO O EVENTO "CÂMARA TÉCNICA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA POLÍCIA MILITAR: ESTUDOS E AVANÇOS EM PARCERIA COM O PODER JUDICIÁRIO", EM PARCERIA COM A EJUD/TJPR



**CÂMARA TÉCNICA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA POLÍCIA MILITAR:
ESTUDOS E AVANÇOS EM PARCERIA COM O PODER JUDICIÁRIO**

10 de março de 2022

17h00
Abertura
Desembargadora Ana Lúcia Lourenço

17h15
Implementação da Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar do Estado do Paraná
Major Sthefano Roberto Janata

17h30
Capacitações desenvolvidas pela Polícia Militar do Paraná para o combate da violência doméstica e familiar
Capitã Carolina Pauleto Ferraz Zancan

17h45
Plano de Segurança para a vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher
Tenente Fernanda Pegorini Januário

18h00
Projeto Piloto de Implementação da Patrulha Maria da Penha Estadual pela Polícia Militar para Região Metropolitana de Curitiba
Capitão Victor Rodrigo Amaral

18h15
Encerramento

 **Transmissão via EJUD/TJPR**

Março

REALIZADO O EVENTO “CASA DA MULHER BRASILEIRA E PATRULHAS MARIA DA PENHA: ROTINAS, DESAFIOS E CONQUISTAS DESDE SUA IMPLEMENTAÇÃO”, EM PARCERIA COM A EJUD/TJPR

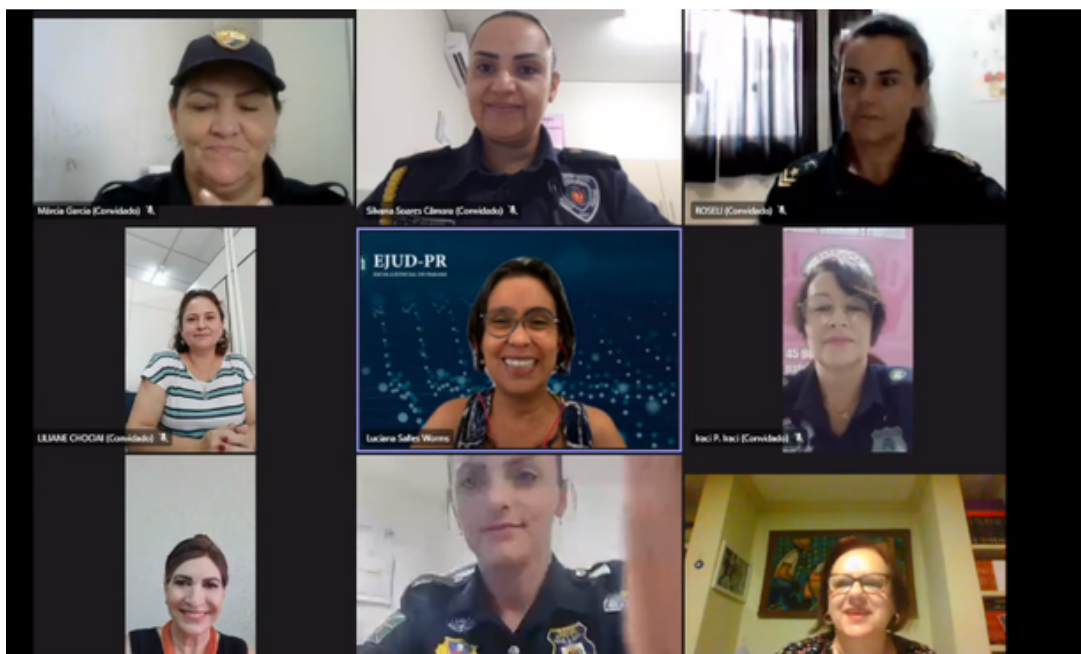
No dia 11 de março, às 10h00, foi realizado o evento virtual de capacitação: “Casa da Mulher Brasileira e Patrulhas Maria da Penha: rotinas, desafios e conquistas desde sua implantação”, com transmissão ao vivo pelo canal Institucional da Escola Judicial do Paraná (EJUD/TJPR) no YouTube.

A iniciativa teve como objetivo apresentar as diferentes visões, realidades e desafios constatados no atendimento realizado pela Casa da Mulher Brasileira, assim como pelas Patrulhas Maria da Penha Municipais em suas respectivas comarcas. Além disso, teve o intuito de propiciar o compartilhamento de experiências como forma de ampliar o debate sobre a importância dos serviços prestados pela rede de atendimento, bem como da atuação conjunta e articulada entre os entes integrantes, para a efetividade no combate e na prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O evento teve como convidados a Coordenadora da Casa da Mulher Brasileira, Sandra Prado, e representantes das equipes das Patrulhas Maria da Penha dos municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Maringá, Ponta Grossa, Paranaguá e Foz do Iguaçu, respectivamente: Zeilto Dalla Villa, Comandante Cláudio Moysés Araújo de Andrade, Silvana Soares Câmara, Liliane de Oliveira Chociai, Márcia Garcia e Iraci Pereira Conceição Segundo.

Março

REALIZADO O EVENTO "CASA DA MULHER BRASILEIRA E PATRULHAS MARIA DA PENHA: ROTINAS, DESAFIOS E CONQUISTAS DESDE SUA IMPLEMENTAÇÃO", EM PARCERIA COM A EJUD/TJPR



EVENTO VIRTUAL DE CAPACITAÇÃO:

CASA DA MULHER BRASILEIRA E PATRULHAS MARIA DA PENHA: ROTINAS, DESAFIOS E CONQUISTAS DESDE SUA IMPLEMENTAÇÃO

11 de março de 2022

- 10h00** Abertura – Des^a. Ana Lúcia Lourenço
- 10h15** Casa da Mulher Brasileira: um retrospecto dos últimos 5 anos de atividade – Sandra Prado
- 10h35** Atuação da Patrulha Maria da Penha em Curitiba – Zeilto Dalla Villa
- 10h50** Atuação da Patrulha Maria da Penha em Fazenda Rio Grande - Cmt. Cláudio Moysés Araújo de Andrade
- 11h05** Atuação da Patrulha Maria da Penha em Maringá – Silvana Soares Câmara
- 11h20** Atuação da Patrulha Maria da Penha em Ponta Grossa – Liliane de Oliveira Chociai
- 11h35** Atuação da Patrulha Maria da Penha em Paranaguá - Márcia Garcia
- 11h50** Atuação da Patrulha Maria da Penha em Foz do Iguaçu - Iraci Pereira Conceição Segundo
- 12h05** Encerramento

Transmissão via EJUD/TJPR

Justiça pela
Paz em Casa

 **TJPR**
CEVID

 **EJUD-PR**
CENTRO DE ESTUDOS E JUDICIÁRIOS DO PARANÁ

 **TJPR**
CEVID

Março

CEVID PARTICIPA DA PALESTRA SOBREVIVENTES E GUERREIRAS: A HISTÓRIA DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O PATRIARCADO MINISTRADO PELA HISTORIADORA MARY DEL PRIORI

Na data de 11 de março, Mary del Priore palestrou em evento no Salão de Atos do Parque Barigui, a convite da Prefeitura, Assessoria de Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres e a Fundação Cultural de Curitiba. Além de escritora e historiadora Mary é também colunista da Folha de S. Paulo e da rádio CBN. Em 2021, foi eleita pela opinião pública a Melhor Historiadora do Brasil e Escritora de Destaque, na revista Aventuras na História.

O encontro ocorreu durante a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa e fez parte da programação da Prefeitura para o Mês da Mulher e foi direcionado às entidades municipais que trabalham no atendimento ao público feminino.

Com o tema: Sobreviventes e Guerreiras: a história das mulheres na luta contra o patriarcado, Mary Del Priore discorreu sobre a trajetória feminina ao longo dos séculos. Priore destacou a importância de reconhecer os avanços.

"Precisamos focar as conquistas, apesar de toda violência que sofremos, nós tivemos grandes momentos", disse Mary Del Priore, ao destacar os anos 1960, com a pílula anticoncepcional, que possibilitou emancipação sexual, e a mudança das famílias do campo para a cidade, que deu oportunidades profissionais para as mulheres.

Estavam presentes a coordenadora geral da Casa da Mulher Brasileira, Sandra Prado; a procuradora-geral do Município, Vanessa Volpi; a presidente da Fundação Cultural de Curitiba, Ana Cristina de Castro; a secretária da Comunicação Social, Cinthia Genguini; a assessora de Políticas da Promoção da Igualdade Étnico Racial, Marli Teixeira Leite; a coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, desembargadora Ana Lúcia Lourenço; e o presidente da Fundação de Ação Social, Fabiano Vilaruel.

Março

CEVID PARTICIPA DA PALESTRA SOBREVIVENTES E GUERREIRAS: A HISTÓRIA DAS MULHERES NA LUTA CONTRA O PATRIARCADO MINISTRADO PELA HISTORIADORA MARY DEL PRIORI



CONVITE

A **Prefeitura de Curitiba**, por meio da Assessoria de Direitos Humanos, tem a honra de convidar para a palestra da historiadora Mary Del Priore.



Sobreviventes e guerreiras: a história das mulheres na luta contra o patriarcado.

Mary Del Priore

**Dia 11 de
março às
15 horas.**

**Salão de Atos do
Pargue Barigui**
Alameda Ecológica Burle
Marx, S/N - Santo Inácio

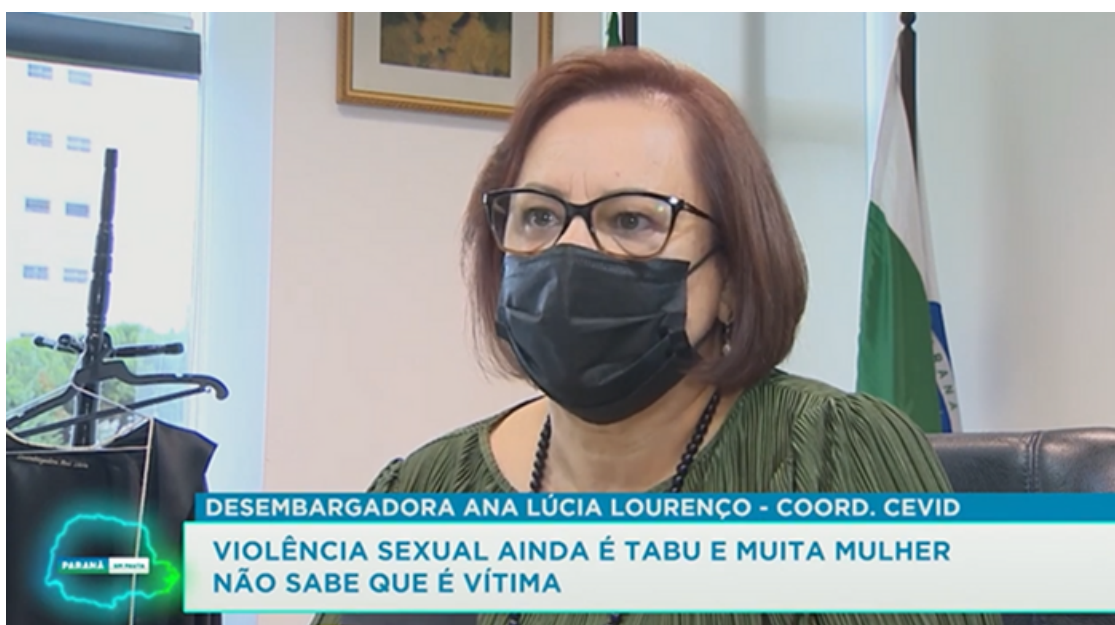


COORDENADORA DA CEVID FALA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL E OS MEIOS DE PROTEÇÃO À VÍTIMA EM ENTREVISTA À TV PARANÁ TURISMO

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID, representada pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, participou de uma entrevista realizada pela TV Paraná Turismo. Na ocasião a Desembargadora Coordenadora falou sobre a violência sexual, exemplificando algumas condutas características dessa forma de violência, que é qualquer ato que possa constranger a vítima à prática de ato sexual contra a sua vontade, além da comercialização do sexo sem o seu consentimento, sendo que, na violência sexual, a vítima é privada de decidir sobre os seus direitos sexuais e reprodutivos.

Além disso, foram informados os mecanismos de proteção para a vítima de violência sexual. A Desembargadora Ana Lúcia falou sobre os avanços alcançados pelo Aplicativo do Pânico e pelo Formulário Nacional de Avaliação de Risco.

O programa foi ao ar no dia 12 de março e é possível visualizar a entrevista pelo canal da TV Paraná Turismo no Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=8dB42TUL8JM>



DURANTE A SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA, MAGISTRADOS DO TJPR FORAM ENTREVISTRADOS PELA RÁDIO DO AMAPAR "JUSTIÇA PARA TODOS"

Na 20ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Dra. Marcia Guimarães Marques e o Dr. Eldom Stevem Barbosa dos Santos realizaram entrevistas pela Rádio da AMAPAR "Programa Justiça para Todos".

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, falou a respeito da priorização do julgamento de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídios, o que promove a agilidade na tramitação processual e a celeridade da prestação jurisdicional. Além disso, discorreu sobre a importância da atuação efetiva da Rede de Proteção, que é essencial para acolher mulheres vítimas de violência.

Dra. Marcia Guimarães Marques, Juíza do 2º Juizado de Violência Doméstica Contra a Mulher na Comarca de Londrina, relatou sobre o esforço concentrado de magistrados e magistradas para o cumprimento da orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a finalidade de ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha e agilizar o andamento dos diversos processos relacionados à violência de gênero.

Dr. Eldom Santos, Juiz de Direito da Comarca de Paraíso do Norte, comentou sobre a importância do "Projeto Emancipa", implementado em 2021, para o combate à violência doméstica e familiar. Nesse projeto, é realizado o encaminhamento de vítimas de violência para um conjunto de vagas de trabalho, que são oferecidas em parceria com empresas da Região. É possível ouvir as entrevistas acessando esse link: <https://www.amapar.com.br/imprensa/radio.html>

Março

DURANTE A SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA, MAGISTRADOS DO TJPR FORAM ENTREVISTADOS PELA RÁDIO DO AMAPAR "JUSTIÇA PARA TODOS"



ANA LÚCIA LOURENÇO

A efetividade do
Poder Judiciário no
enfrentamento à
violência de gênero

**JUSTIÇA
PARA TODOS**

Seg a sex - 12h
AM630 | Educativa



AMAPAR
Associação dos Magistrados do Paraná



Marcia Guimarães Marques

1ª edição do ano da
"Semana Nacional da
Justiça pela Paz em
Casa"

**JUSTIÇA
PARA TODOS**

Seg a sex - 12h
AM630 | Educativa



AMAPAR
Associação dos Magistrados do Paraná



ELDOM STEVEM BARBOSA DOS SANTOS

"Programa Emancipa": uma
das frentes no combate à
violência contra a mulher
em Paraíso do Norte

**JUSTIÇA
PARA TODOS**

Seg a sex - 12h
AM630 | Educativa



AMAPAR
Associação dos Magistrados do Paraná

Março

CEVID/TJPR PARTICIPA DO LANÇAMENTO DO PLANO ESTADUAL DOS DIREITOS DAS MULHERES E A APRESENTAÇÃO DO CORAL DO PARANÁ

No dia 21 de março, às 15h00, no Palácio das Araucárias, a CEVID/TJPR participou do lançamento do Plano Estadual dos Direitos das Mulheres e da apresentação do Coral do Paraná.

O Plano Estadual dos Direitos das Mulheres é um instrumento de gestão que visa dar continuidade à construção de políticas públicas voltadas às mulheres.



Março

CEVID/TJPR SE REÚNE COM FECCOMPAR E OABPR PARA PLANEJAMENTO DE AÇÕES CONJUNTAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

No dia 30 de março, às 14h00, foi realizada reunião entre a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID/TJPR, e a Presidente da Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná (FECCOMPAR), Dra. Maria Helena Orreda, com o intuito de discutir estratégias para fortalecer e ampliar a atuação dos Conselhos da Comunidade no enfrentamento da violência doméstica.

Os referidos Conselhos, além de estimularem a participação da sociedade e o controle social sobre a temática da execução penal, também são importantes protagonistas no combate e na prevenção da violência contra a mulher, promovendo programas, projetos e ações de sensibilização e conscientização junto à sociedade civil, bem como a articulação dos órgãos da rede de atendimento. Na oportunidade, foi tratado, particularmente, do apoio da FECCOMPAR e dos Conselhos da Comunidade para realização dos grupos reflexivos para autores de violência doméstica.

Na mesma data, às 15h00, A Desembargadora Ana Lúcia se reuniu com a Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, Dra. Marilena Winter, e com a Presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero (CEVIGE/OABPR), Dra. Nanci Stancki da Luz. A reunião teve como pauta a capacitação em gênero e violência doméstica para advogados dativos, visando à qualificação dos serviços de assistência jurídica ofertados ao(à) jurisdicionado(a) que não possui condições de contratar advogado(a). Ainda, foram abordados outros projetos desenvolvidos em conjunto pela CEVID/TJPR e pela OABPR, como os "Espaços de fala", que contam também com a parceria da Defensoria Pública (NUDEM) e do Ministério Público (NUPIGE) e são reuniões públicas as quais visam aproximar órgãos e entidades civis que já atuam no combate da violência contra a mulher de diferentes formas, para o fortalecimento da rede e discussões sobre políticas públicas efetivas.

Marco

A atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade é fundamental para garantir a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento, a identificação e o encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. Dessa forma, a CEVID/TJPR tem como uma de suas atribuições realizar essas articulações, em âmbito interno e externo, contribuindo, assim, para assegurar a efetividade na aplicação da Lei Maria da Penha.



REUNIÃO COM O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SOBRE A CARTILHA ADOLESCENTE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER FEITAS PELA CEVID

No dia 06 de abril, às 14h, foi realizada uma reunião entre a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - CEVID e o Secretário de Educação do Paraná, Sr. Renato Feder, com o objetivo de apresentar a cartilha feita pela CEVID para falar sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher nas escolas. Após a apresentação do material, o Secretário de Educação afirmou que a cartilha será encaminhada para análise da Secretaria.

Posteriormente, a Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná - SEED informou que o material foi recebido e que o tema em pauta é de profunda relevância, sendo uma necessidade educacional que envolve alunos, professores e comunidade escolar em suas discussões, além de relatar ações anteriores promovidas pela Secretaria de Educação quanto à temática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Foi destacada a importância da parceria entre a SEED e a CEVID e que os professores estaduais receberão formação continuada viabilizada pelos programas da SEED que promovem a discussão sobre como contemplar a temática em sala de aula.

Abril



Abril

A CEVID REALIZOU UMA REUNIÃO COM A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ SOBRE O CONVÊNIO DA PATRULHA ESTADUAL

No dia 12 de abril, às 17h, foi realizada uma reunião entre a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) e a Polícia Militar do Paraná, representada pelo Major Janata. A pauta da reunião foi sobre o Convênio da Patrulha Maria da Penha Estadual.

O Major Janata informou que as diretrizes para a violência doméstica e familiar serão assinadas pelo Estado Maior até o final de maio, além de relatar que, nas diretrizes, também está disposto como deve ser a atuação quando tem um(a) Policial Militar em situação de violência doméstica, tanto como vítima quanto como autor, além da necessidade de disponibilizar viaturas com mais especialização para oferecer maiores orientações sobre violência doméstica para a mulher vítima que talvez não tenha informações.

O Major informou que foi criado um local no site da PM sobre a Patrulha Maria da Penha e que pretendem divulgar o plano da PM no site, o extenso e o reduzido, o qual, até então, não está finalizado, tendo informado que o início das especializações se dará no final do mês de maio.



A CEVID E A SRA. PRISCILA FEDER REALIZAM UMA REUNIÃO SOBRE A ONG MÃE NA HORA CERTA

No dia 13 de abril, às 13:30h, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) e a Sra. Priscila Feder realizaram uma reunião sobre as tratativas da ONG Mãe na Hora Certa.

Inicialmente, foi realizada a apresentação das ações desenvolvidas da CEVID à Sra. Priscila, a qual posteriormente explicou os trabalhos desenvolvidos pela ONG Mãe na Hora Certa, organização que trabalha com meninas do 9º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio das escolas públicas estaduais.

A ONG vai até as escolas e realiza duas oficinas: a primeira é voltada ao empoderamento das adolescentes; já a segunda oficina é voltada para ensinar métodos contraceptivos. Ocorre também a realização de uma “caixinha de perguntas”, em que as adolescentes podem tirar suas dúvidas sem se identificar e, por diversas vezes, as adolescentes relatam já terem sofrido abuso sexual.

A CEVID destacou medidas a serem tomadas nessas situações. Chamada a participar da reunião a psicóloga do CONSIJ, por tratar de questões de adolescentes, foi informado que um plano de ação está sendo elaborado para casos de relatos de abusos sexuais nas escolas, bem como um ato institucional conjunto entre Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Controladoria Geral e Secretaria da educação, esporte e segurança para escolas estaduais.

Por fim, foi apresentada a cartilha de enfrentamento à violência doméstica para adolescentes, desenvolvida pela CEVID. Além disso, foi ressaltada a importância de que o tema de violência doméstica conste no programa de ensino de forma recorrente em unidades escolares.

Maio

CEVID REALIZA OS TRABALHOS PARA A ORGANIZAÇÃO DO 1º FÓRUM ESTADUAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - FOVID/PARANÁ

Em 16 de fevereiro, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID iniciou as tratativas para a realização do 1º Fórum Paranaense de Violência Doméstica (FOVID/PARANÁ). Uma das primeiras ações, foi uma reunião com o Departamento de Comunicação e Cerimonial para ajustes de datas e protocolos necessários.

Em maio, mês que antecede o FÓRUM, fora realizada todas as demandas de preparação para o evento, com demandas como a criação de artes e vídeos de instrução, acompanhamento do processo de inscrição, resposta de dúvidas aos inscritos. A CEVID segue em tratativas com o cerimonial, com objetivo de realizar o melhor preparo, para o acolhimento dos convidados e inscritos, realizando ainda os encaminhamentos dos ofícios de convite, divulgação do evento e composição de mesa por autoridades.

O Fórum será realizado nos dias 8 e 9 de junho na cidade de Curitiba e o contará com 5 palestras, todas abertas à Rede de Enfrentamento, bem como oficinas, sendo essas últimas destinadas para magistrados e servidores.

Junho

A EQUIPE DA CEVID PARTICIPOU DOS GRUPOS DO CEMSU

No dia 06 de junho, às 15h, foi realizado o 1º Módulo da Capacitação para a Formação Preparatória de Facilitadores de Grupos com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar. A iniciativa é uma parceria entre a Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU) e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID).

Decorrente de uma demanda do 3º Juizado de Violência Doméstica de Curitiba, a ação tem como objetivo atender os homens autores durante a medida protetiva, promovendo uma reflexão e uma retomada das suas atitudes e posturas frente ao masculino na nossa sociedade.

Na ocasião, 20 colaboradores membros da CEMSU, do 3º Juizado de Violência Doméstica, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Sistema de Socioeducação (GMF) e a equipe da CEVID participaram da capacitação.



Junho

A JUÍZA TEREZA GERMANA LOPES DE AZEVEDO, DO TJCE, VISITOU AS INSTALAÇÕES DO TJPR E DA CEVID

No dia 06 de junho, às 15h, a magistrada Tereza Germana Lopes de Azevedo, titular do 2º Juizado da Mulher de Fortaleza e Primeira Secretária da Diretoria Executiva do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid), realizou uma visita ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como às instalações da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID).

O objetivo do encontro foi apresentar as estruturas físicas do Tribunal do Paraná, como o Tribunal Pleno e o Observatório de Direitos Humanos, por exemplo, bem como realizar reunião para dar conhecimento sobre as ações da CEVID para o biênio 2021-2022, comunicando para a Magistrada quais ações já foram concluídas e quais estão em andamento.



Junho

A COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – CEVID REALIZOU O 1º FÓRUM PARANAENSE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR!

Nos dias 08 a 09 de junho, aconteceu o 1º Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, idealizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – CEVID, em parceria com a EJUD PR, ANOREG PR e AMAPAR. O tema dessa primeira edição foi “Desafios da aplicação da Lei nº 14.188/2021 de tipificação penal da violência psicológica contra a mulher”.

Após a abertura do evento, houve a apresentação cultural do Quarteto de Cordas da Escola de Belas Artes do Paraná. Posteriormente, às 10h, foi realizada a palestra sobre o tema “Violência Psicológica contra a mulher na perspectiva da Criminologia.”, proferida pelo Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos. Na composição da mesa Des. José Laurindo de Souza Netto, presidente do TJPR, bem como da Desª. Ana Lúcia Lourenço e do Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo, Coordenadora e Vice-Coordenador da CEVID, respectivamente.

Às 11h, houve a segunda palestra do evento, com a temática “Gênero, Feminismos e Direitos Humanos das Mulheres”, promovida pela Drª. Laís Gorski, compondo a mesa Dr. Lourenço Cristóvão Chemim, Dr. Victor Martim Batschke e Assessora Técnica Gléri Bahia Mangger.

Junho

A terceira palestra do evento foi realizada às 14h e o tema abordado foi “Violência psicológica: Dano psíquico e o crime de lesão corporal.”, com a participação da Dr^a. Ana Luisa Schimidt Ramos. Compuseram a mesa Dr. Eldom Stevem Barbosa dos Santos, Des. Clayton de Albuquerque Maranhão e Dr. Ariel Nicolai Cesa Dias.

A última palestra do 1º dia do evento foi a respeito da “Lei nº 14.188/21: desafios ao Judiciário na criação do tipo de violência psicológica contra a mulher”, realizada pela Dr^a. Valéria Diez Scarance Fernandes. Compuseram a mesa Des^a. Ana Lúcia Lourenço, Des^a. Priscilla Placha Sá, Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo e Dr^a. Mônica Maria Guimarães de Macedo Dalla Vecchia.

No dia 09 de junho, o I Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher deu continuidade às suas atividades. No período da manhã, às 9h, houve o lançamento da 3ª Edição da Revista Eletrônica da CEVID, bem como o painel 4, que tratou sobre o tema “Contribuições Psicanalíticas para o debate sobre Violência Psicológica - Um olhar pela arte.”, com a participação do palestrante Dr. Célio Pinheiro.

Compuseram a mesa Dr^a Márcia Guimarães Marques, presidente de mesa, e as convidadas Dr^a. Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral e Assistente Social Bruna Woinorvski Miranda. Após a exposição do tema, ocorreu o encerramento dos painéis pela Des^a Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID.

Junho

No período da tarde, a partir das 13:30h, foram realizadas as oficinas preparatórias, que se destinaram aos magistrados e servidores do TJPR com o objetivo de preparar de enunciados para levar ao próximo evento do FONAVID. Foram realizadas duas oficinas:

- 1) Cível, Criminal e Aspectos Legislativos coordenada pelos magistrados Tais de Paula Scheer, Marcos Antônio da Cunha Araújo e Ariel Nicolai Cesa Dias; e secretariada pelas juízas Paula Priscila Candeco e Márcia Guimarães Marques.
- 2) Equipes Multidisciplinares, sob a coordenação Magistrado Eldom Stevem Barbosa do Santos e secretariada pela Juíza Débora Cassiano Redmond.

Após o intervalo do Coffee Break, às 16:30h, houve a Plenária do FOVID, presidida pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, e pelo Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo, Vice-Coordenador da CEVID. Às 18h, ocorreu o encerramento do I Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Junho

O evento consistiu em um espaço de reflexão e debate sobre questões de interesse e relevância para o exercício das atividades dos profissionais que atuam no atendimento a casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, possibilitando o intercâmbio de informações, experiências, boas práticas e construção de conhecimentos nas áreas relacionadas, contribuindo, assim, para a qualificação dos atendimentos.



Junho



Julho

SEMANA DO COMBATE AO FEMINICÍDIO

O feminicídio é a morte violenta de uma mulher, cuja motivação tenha sido o gênero feminino, em casos de violência doméstica e familiar ou pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher. É resultante da desigualdade de gênero que, em conjunto com outros fatores que prenunciam o feminicídio, permite compreender que tal expressão da violência é uma espécie de morte evitável. A aprovação da Lei nº13.104/2015 incluiu, no rol do crime de homicídio, a qualificadora do Feminicídio.

Diante disso, o Estado do Paraná, por meio da Lei Estadual nº 19.873/2019, instituiu o dia 22 de julho como o Dia Estadual do Combate ao Feminicídio. A CEVID e as unidades judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná realizarão a divulgação da campanha nas comarcas do Paraná, informando a sociedade civil, os magistrados e colaboradores do Tribunal sobre a importância da prevenção e do enfrentamento do feminicídio.

Além de participar da divulgação da campanha, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) conta com produções sobre o tema. O “Dossiê Feminicídio: por que aconteceu com ela?” é um estudo da CEVID em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) que estudou 300 casos de feminicídios a fim de estudar os padrões desse crime e os parâmetros de investigação.

Em junho de 2021, a CEVID, em conjunto com outras instituições do Grupo de Trabalho para a Implementação das Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres (Feminicídios) no Estado do Paraná, lançou o Protocolo do Feminicídio, que traz orientações quanto à investigação e o processamento dos casos de feminicídio.

Julho

SEMANA DO COMBATE AO FEMINICÍDIO

O feminicídio é a morte violenta de uma mulher, cuja motivação tenha sido o gênero feminino, em casos de violência doméstica e familiar ou pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher. É resultante da desigualdade de gênero que, em conjunto com outros fatores que prenunciam o feminicídio, permite compreender que tal expressão da violência é uma espécie de morte evitável. A aprovação da Lei nº13.104/2015 incluiu, no rol do crime de homicídio, a qualificadora do Feminicídio.

Diante disso, o Estado do Paraná, por meio da Lei Estadual nº 19.873/2019, instituiu o dia 22 de julho como o Dia Estadual do Combate ao Feminicídio. A CEVID e as unidades judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná realizarão a divulgação da campanha nas comarcas do Paraná, informando a sociedade civil, os magistrados e colaboradores do Tribunal sobre a importância da prevenção e do enfrentamento do feminicídio.

Além de participar da divulgação da campanha, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) conta com produções sobre o tema. O “Dossiê Feminicídio: por que aconteceu com ela?” é um estudo da CEVID em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) que estudou 300 casos de feminicídios a fim de estudar os padrões desse crime e os parâmetros de investigação.

Em junho de 2021, a CEVID, em conjunto com outras instituições do Grupo de Trabalho para a Implementação das Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres (Feminicídios) no Estado do Paraná, lançou o Protocolo do Feminicídio, que traz orientações quanto à investigação e o processamento dos casos de feminicídio.

Agosto

CEVID/TJPR PROMOVE A CAMPANHA DO AGOSTO LILÁS

Durante a primeira semana de agosto, a CEVID/TJPR promoveu diversas iniciativas em alusão à campanha Agosto Lilás, destinadas a fortalecer e ampliar o combate e a prevenção da violência contra as mulheres. As atividades envolveram a articulação com os

Magistrados e as Magistradas atuantes na área para o desenvolvimento de ações educativas em âmbito local, como também o envio de materiais informativos às 162 Comarcas do Estado, a serem distribuídos à população.

No Paraná, o Agosto Lilás foi instituído pela Lei nº 19.972 de 2019, com o intuito de conscientizar a comunidade sobre a Lei Maria da Penha, bem como de divulgar os meios e canais de denúncia e formas de combate aos diversos tipos de violência contra a mulher.

Nos termos da referida lei, pretende-se que o poder público, em parceria com a iniciativa privada e entidades civis organizadas, promovam campanhas de esclarecimento, ações de mobilização, palestras, debates, encontros, panfletagens, eventos e seminários, visando à divulgação da Lei Maria da Penha ao público em geral. Já a Lei nº 14.448, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022, instituiu, nacionalmente, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher

Agosto

A CEVID MINISTROU AULAS EM CURSOS DE INICIAÇÃO À MAGISTRATURA PROMOVIDO PELA EJUD PR

O Curso de Iniciação à Magistratura, destinado às magistradas e aos magistrados recém-empossados no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, teve início no dia 02 de agosto, sendo que é a primeira vez que o curso é realizado pela Escola Judicial do Paraná (EJUD PR) e é realizado em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

O curso apresenta seis módulos e será finalizado em outubro, gerando um total de 480 horas de formação, sendo que é necessário que os magistrados tenham conceito final "Bom" e registrar 100% de frequências, observados eventuais abonos de faltas previstos no regulamento.

Diante do objetivo de promover, no início da carreira dos magistrados, o desenvolvimento de saberes específicos, teóricos, práticos e comportamentais, essenciais ao exercício jurisdicional, além da prática gerencial com maior segurança e eficiência, a CEVID participou da ministração das aulas do curso com conhecimentos sobre o combate à violência doméstica e familiar, apresentando a composição, estrutura e as ações realizadas pela CEVID, bem como apresentando a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar e o funcionamento de cada uma das instituições. As aulas trataram também do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, do Protocolo do Feminicídio, do Aplicativo do Pânico e da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa.

Agosto

DESEMBARGADORA COORDENADORA DA CEVID/TJPR PROFERE PALESTRA NO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA JUIZ SUBSTITUTO, PROMOVIDO PELA EJUD-PR

Na oportunidade, a Desembargadora discorreu sobre o papel do Judiciário no combate e na prevenção da violência contra as mulheres, bem como sobre as ações desenvolvidas pelo TJPR e os entes que compõem a rede de enfrentamento a esses crimes. Ademais, salientou a importância da sensibilização dos Magistrados e das Magistradas acerca da temática para uma prestação jurisdicional efetiva.

COORDENADORA DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE AULA MAGNA DA “CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DE TRABALHOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”, PROMOVIDA PELA EJEF/TJMG

A iniciativa visou fortalecer, ampliar e qualificar as ações desenvolvidas pelos Tribunais Estaduais direcionadas a homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A capacitação ocorreu na modalidade a distância, no período de 16/08 a 20/09/2022 e foi destinada a Magistradas e Magistrados integrantes das Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar ou em exercício em Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou Varas com Competência na Matéria ou em segundo grau de jurisdição com competência para aplicar a Lei nº 11.340/2006, indicadas(os) pelo Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro – COCEVID.

Agosto

PROMOVIDA A 21ª EDIÇÃO DA CAMPANHA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

CEVID/TJPR E EJUD-PR PROMOVEM O EVENTO “PATRULHAS MARIA DA PENHA: ROTINAS, DESAFIOS E CONQUISTAS DESDE A SUA IMPLEMENTAÇÃO II”

A iniciativa teve a finalidade de apresentar as atividades, trabalhos e projetos realizados pelas Patrulhas Maria da Penha nas comarcas do Estado, fornecendo conhecimentos e práticas que contribuam para garantir o aprimoramento e ampliação do programa, bem como para subsidiar a atuação dos operadores do Direito.



*psico***LABVD**

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS
EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER **CEVID | TJPR**

LANÇADO O LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – PSICOLAB VD

O evento realizado teve como objetivo apresentar, aos possíveis colaboradores da rede de proteção à mulher – principalmente às Universidades e Instituições Científicas –, as possibilidades de atuação e parcerias para enfrentamento à violência doméstica, firmando compromisso ético, técnico e metodológico para atuação de estagiários, voluntários e futuros profissionais das ciências humanas e das ciências jurídicas.

Agosto

REALIZADA NOVA EDIÇÃO DO EVENTO “ESPAÇO DE FALA”: “CONSELHOS DA COMUNIDADE: SUA ATUAÇÃO NAS COMARCAS E A PARCERIA COM A CEVID”

A iniciativa teve o propósito de divulgar as atividades e os trabalhos realizados pelos Conselhos da Comunidade nos municípios do Estado, relativos ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

Também foi apresentado na ocasião o Termo de Cooperação recém-formado entre a FECCOMPAR e o TJPR, o qual constitui uma parceria voltada à implementação de grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Paraná.



TJPR | CEVID

Espaço de Fala

CONSELHOS DA COMUNIDADE: SUA ATUAÇÃO NAS COMARCAS E A PARCERIA COM A CEVID

19 AGO

Jusça pela Paz em Casa

TRANSMISSÃO NO CANAL
EJUD TJPR

10h00 - Abertura
Desembargadora Ana Lúcia Lourenço – Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
Senhora Maria Helena Orreda – Presidente da Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná (FECCOMPAR)

10h30 - Conselho da Comunidade de Araucária
10h40 - Conselho da Comunidade de Marechal Cândido Rondon
10h50 - Conselho da Comunidade de Irati
11h00 - Conselho da Comunidade de Almirante Tamandaré
11h10 - Dr. Eldom Stevem Barbosa dos Santos – Magistrado do Juízo Único de Paraisópolis do Norte
11h25 - Espaço para perguntas
11h35 - Momento de debate entre os palestrantes sobre as questões abordadas
12h00 - Encerramento

Agosto

MAGISTRADOS(AS) DO TJPR CONCEDEM ENTREVISTAS AO PROGRAMA DE RÁDIO DA AMAPAR

A iniciativa, articulada pela CEVID e já adotada em outras edições, almeja oportunizar a divulgação das ações realizadas em nível local pelas Comarcas do Estado em alusão à campanha, como também outros projetos, programas e ações de enfrentamento da violência contra as mulheres de forma geral, visando à disseminação de boas práticas.

- Dra. Claudia Andrea Bertolla Alves, Juíza de Direito do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina
- Dra. Débora Cassiano Redmond, Juíza de Direito da Vara Criminal de Araucária
- Dra. Tatiana Monteiro Furtado de Mendonça, Juíza de Direito da Comarca de Ribeirão Claro
- Dra. Paula Priscila Candeo, Juíza de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Campina Grande do Sul
- Dr. Cristiano Diniz da Silva, Juiz de Direito da Comarca de Ampére

Agosto

INTEGRANTES DA CEVID/TJPR PARTICIPAM DA XVI JORNADA LEI MARIA DA PENHA

Promovida pelo Conselho Nacional de Justiça no dia 23 de agosto de 2022, das 9h às 18h, em formato híbrido, com a finalidade de “comemorar o aniversário da Lei Maria da Penha e discutir temas que fortaleçam o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

O evento incluiu debates sobre a aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero e os desafios de se comprovarem os crimes de violência psicológica, além da apresentação dos resultados do diagnóstico técnico sobre a eficácia das medidas protetivas de urgência aplicadas nos casos de violência contra a mulher.



XVI JORNADA

Lei Maria da Penha

Agosto

MAGISTRADO INTEGRANTE DA CEVID/TJPR PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

O Juiz de Direito Augusto Gluszczyk Junior, atuante no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Anexos de São José dos Pinhais, representou a CEVID/TJPR em audiência pública realizada no dia 31 de agosto, às 14h, no Plenário da Câmara Municipal de São José dos Pinhais.

A audiência foi promovida pela Procuradoria Especial da Mulher do município e marcou o encerramento das atividades relativas à campanha Agosto Lilás — em parceria entre a Câmara Municipal, a Defensoria Especial da Mulher, a Prefeitura e o Poder Judiciário —, voltada à conscientização sobre a temática da violência contra as mulheres.

O evento teve como objetivo propiciar o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre profissionais de distintos órgãos, a fim de propor soluções para fortalecer o combate e a prevenção à violência contra as mulheres.

Agosto

A COORDENADORA DA CEVID REALIZOU UMA PALESTRA NA INSTITUIÇÃO GESTÃO PÚBLICA BRASIL CURSOS

No dia 12 de agosto, às 10h da manhã, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID no biênio 2021/2022, realizou uma palestra sobre o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher na Gestão Pública Brasil Cursos, instituição de ensino que realizou o curso “Projetos de Lei e Ações Governamentais desenvolvidos através da Procuradoria Especial da Mulher nos Municípios com Ênfase nos Direitos da Mulher.”

Na oportunidade, a Des. Ana Lúcia apresentou a CEVID e as suas atribuições no auxílio dos magistrados, no diálogo com a rede de enfrentamento e na realização de políticas públicas do Poder Judiciário do Paraná. Além disso, apresentou uma linha do tempo sobre a evolução das legislações brasileiras e internacionais sobre os direitos das mulheres. Explicou o que é a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de relatar o funcionamento do ciclo da violência.

No decorrer do evento, os tópicos apresentados na palestra versaram sobre as medidas protetivas de urgência, o papel do Estado na segurança da mulher, o funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, o Aplicativo do Pânico, e, por fim, sobre a Patrulha Maria da Penha.

Agosto

CEVID REALIZA A ABERTURA DA 21ª EDIÇÃO DA SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

No dia 15 de agosto, às 13:30h, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, realizou a abertura da 21ª Edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa durante sessão do Órgão Especial. O evento ressaltou a importância do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e o papel do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para a garantia do direito das mulheres.

Inicialmente, foi apresentada a agenda da CEVID para essa semana, a qual engloba eventos informativos e de capacitação para magistrados, servidores e colaboradores desse Tribunal.

Posteriormente, Des. Ana Lúcia destacou os eventos que serão realizados nas comarcas do Paraná, bem como o quantitativo de audiências de violência doméstica e familiar contra a mulher previsto para essa semana, agradecendo o apoio dos magistrados que desenvolverão ações na Semana da Paz em Casa. A Abertura contou com a homenagem à Desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin, que foi a 1ª Coordenadora da CEVID, tendo destacado o pioneirismo da Desembargadora nas ações para o enfrentamento da violência doméstica e familiar no TJPR. No encerramento do evento, foi exibido um vídeo institucional sobre a CEVID e as suas atividades.

A abertura da 21ª Semana da Paz em Casa pode ser acessada através do link <https://www.youtube.com/watch?v=5oSma8iTWws>

PATRULHAS MARIA DA PENHA: ROTINAS, DESAFIOS E CONQUISTAS DESDE SUA IMPLEMENTAÇÃO II.

No dia 16 de agosto, às 17h, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID/TJPR), em parceria com a Escola Judicial do Paraná (EJUD PR), realizaram o evento virtual de capacitação “Patrulhas Maria da Penha: rotinas, desafios e conquistas desde a sua implementação II”, que é uma continuação da capacitação realizada durante a 20ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa.

O evento possui a finalidade de apresentar as atividades e os trabalhos realizados pelas Patrulhas Maria da Penha nas comarcas do Estado, fornecendo conhecimentos e práticas que contribuam para subsidiar a atuação dos operadores do Direito. Para tanto, pretende-se expor os as atividades realizadas, apresentar projetos já implementados, bem como debater os desafios na busca de soluções adequadas e viáveis para suprir as necessidades específicas de cada Comarca na prevenção e no combate à violência doméstica.

Ainda, almeja-se contribuir para a conscientização da população acerca da importância do acompanhamento por parte das Patrulhas Maria da Penha das vítimas de violência doméstica. A abertura do evento foi presidida pela Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, que cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a presença dos participantes do evento de capacitação. Destacou o trabalho fundamental que as Patrulhas Maria da Penha possuem no atendimento das vítimas.

Fizeram o uso da palavra a Patrulha Maria da Penha de Arapongas, pela Guarda Municipal Denice Amorim; a Patrulha Maria da Penha de Campo Largo, representada pelo Guarda Municipal Marcos Roberto Leitão; a Patrulha Maria da Penha de Cascavel, pela Guarda Municipal Karin Gabriela Morandi dos Santos; a Patrulha Maria da Penha de Paranavaí, através da Soldado PMPR Camila Dias Gonçalves e do Soldado PMPR Marcos de Lima Santos. Participou também a representante da Patrulha Maria da Penha de Pontal do Paraná, Guarda Municipal Divanir Cuimbra Miranda, além da Patrulha Maria da Penha de São José dos Pinhais, representada pelo Guarda Municipal José Marcelo Fabretina.

O encerramento do evento foi realizado pelo Vice-Coordenador da CEVID, Dr. Marcos Antônio da Cunha Araújo, que ressaltou a importância dos trabalhos realizados pelas Patrulhas Maria da Penha, tanto na proteção e amparo da vítima de violência doméstica e familiar, como na execução de projetos que buscam a conscientização e evitar a reincidência do autor de violência doméstica e familiar.

Agosto

CEVID DÁ INÍCIO A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (PSICOLABVD)

Está em fase inicial de desenvolvimento, pela CEVID/TJPR, o Laboratório de Práticas Psicosociais em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PsicoLABVD), lançado dia 17 de agosto. Trata-se de um programa coordenado pela CEVID que engloba os eixos psicossocial, jurídico e pedagógico, objetivando a pesquisa, o desenvolvimento, a construção, parametrização e aplicação de práticas inovadoras em violência doméstica, por meio da atuação prática e experimentativa/ laboratorial.

Em setembro, a CEVID deu início a implementação de ações propostas pelo PsicoLABVD. O projeto “Grupo andar mais adiante”, grupo reflexivo e responsabilizante para homens autores de violência doméstica e familiar, está sendo realizado semanalmente e de modo presencial, nas dependências do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Com essa ação, pretende-se construir reflexões acerca da prevenção e intervenção em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher; oportunizar a mudança e ampliação da percepção dos autores a respeito de si mesmo e dos pares; assim como propiciar o desenvolvimento de metodologias e diretrizes referenciais para intervenção no contexto dos grupos reflexivos e responsabilizantes para autores de violência doméstica e familiar.

Cabe mencionar que a participação dos autores em programas de recuperação e reeducação está prevista no arts. 22, VI; 35, V, e 45 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e na Lei Estadual nº 20.318/2020 do Estado do Paraná, justificando a importância da parametrização de atuação/coordenação dos referidos grupos.

Outra ação do projeto em andamento refere-se ao eixo “Plantão FNAR”. Realizada no 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Casa da Mulher Brasileira de Curitiba, a atuação visa a incorporação e aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FNAR) durante o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, sugerindo possibilidades de intervenção e encaminhamento com base nos dados coletados.

Agosto

CEVID DÁ INÍCIO A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (PSICOLABVD)

Ademais, a equipe da CEVID deu continuidade ao acompanhamento, de forma presencial ou remota, das audiências de Feminicídio do Tribunal do Júri de Curitiba. Esse eixo tem como proposta a observação e análise dos julgamentos, para desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca do exercício jurisdicional pautado na perspectiva de gênero, tendo em vista, sobretudo, as recomendações do CNJ no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.

Ao final dos trabalhos relativos ao PsicoLABVD, pretende-se a elaboração de Guia com Parâmetros de atuação em Psicologia e Serviço Social em Violência Doméstica e Familiar no TJPR, visando contribuir para a efetividade e padronização de procedimentos em nível estadual.



psicoLABVD

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS
EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER **CEVID** | **TJPR**



Agosto

CONSELHOS DA COMUNIDADE: SUA ATUAÇÃO NAS COMARCAS E A PARCERIA COM A CEVID

O evento "Espaço de Fala" conta com mais uma edição, ocorrida em 19 de agosto, com o título "Conselhos da Comunidade: sua atuação nas comarcas e a parceria com a CEVID", sendo um diálogo entre a CEVID e alguns dos conselhos da comunidade atuantes no Paraná.

A Desembargadora AnaLúcia Lourenço, Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID/TJPR), o Dr. Eldom StevemBarbosa dos Santos, Juiz de Direito da Comarca de Paraíso do Norte e membro da CEVID e a Dra. Maria Helena Orreda, Presidente da FECCOMPAR, realizaram a abertura do evento, agradecendo a presença dos participantes e destacando as atividades realizadas pelos conselhos das comunidades e a eficiência do serviço no atendimento das vítimas. Mencionaram também que a CEVID e a FECCOMPAR formalizaram um termo de cooperação, visando atender a demanda existente para o atendimento das vítimas de violência doméstica e familiar.

A Sra. Fabiane Nunes Marques, representante do Conselho da Comunidade de Marechal Cândido Rondon, a Sra. Elaine Solochinski, representante do Conselho da Comunidade de Araucária e a Sra. Marcia dos Anjos Rosdaibida, representante do Conselho da Comunidade de Irati participaram do evento e deram as suas contribuições sobre a experiência prática com os atendimentos em suas comarcas.

Para acompanhar o evento, clique no seguinte link:
<https://www.youtube.com/watch?v=Tur66baJEZ8>

Setembro

COORDENADORA DA CEVID/ TJPR É ENTREVISTADA PELA TV ASSEMBLEIA

No dia 1º de setembro, foi ao ar, pela TV Assembleia, entrevista da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço ao programa Assembleia Entrevista. A Desembargadora expôs aos espectadores o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJPR, referente à implementação de políticas públicas, ao aprimoramento da estrutura do Judiciário e às articulações com outros órgãos, governamentais ou não, que atuam no enfrentamento à violência de gênero, para a realização de parcerias que permitam fortalecer e ampliar o alcance das ações nessa área.

Explicou que a CEVID/TJPR trabalha em conjunto com uma rede de apoio extensa, contando com a contribuição da Casa da Mulher Brasileira, das patrulhas Maria da Penha, das guardas municipais, das casas de abrigo para mulheres vítimas de violência, da Central de Atendimento à Mulher, da Defensoria da Mulher, da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa, das delegacias especializadas, entre outros.

Apresentou alguns dados estatísticos sobre a ocorrência de violência contra a mulher em nosso Estado, mencionando, por exemplo, que, de acordo com dados da pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Instituto Data Folha, mais de 4.600 casos de violência doméstica contra a mulher são registrados por mês no Paraná.

Relatou ainda que, em janeiro de 2022, estatísticas apontaram o crescimento de 46% dos casos de violência contra a mulher em Curitiba e que, em todo o Estado são quase 30 mil mulheres com medidas protetivas de urgência aplicadas pela Justiça. Diante desse cenário, a Desembargadora Ana Lúcia frisou a relevância do trabalho de órgãos especializados na defesa feminina, como também a importância do envolvimento de toda a população para denúncia desses crimes e apoio às vítimas.

O Assembleia Entrevista ouve pessoas da comunidade que se destacam por trabalhos e serviços prestados à população. O programa, que vai ao ar às quintas-feiras, às 11 horas, com reprises ao longo da semana, tem como cenário o Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

Setembro

CEVID ELABOROU A RECOMENDAÇÃO N° 001/2022 - CEVID/TJPR

No dia 16 de setembro, a CEVID divulgou para ciência e providências pertinentes aos magistrados(as) e servidores(as), a Recomendação n° 001/2022 - CEVID/TJPR sobre a não utilização de constelações familiares ou sistêmicas em violência doméstica e familiar contra a mulher.

A recomendação foi elaborada após complexa pesquisa, análise e manifestação técnica pela equipe psicossocial, administrativa e jurídica do PsicoLABVD e visa contribuir para o enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral desse fenômeno, garantindo um atendimento qualificado e humanizado aos(às) envolvidos(as), e assegurando que a atuação dos Magistrados, Magistradas e integrantes das equipes técnicas se dê de forma efetiva, técnica e científica, em observância à legislação e às normatizações pertinentes às suas respectivas categorias profissionais.

Setembro

REALIZADA CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO OFICIAL DA PATRULHA MARIA DA PENHA EM ÂMBITO ESTADUAL

No dia 21 de setembro, às 16h15, foi realizada, no Gabinete da Presidência do TJPR, solenidade destinada a oficializar e divulgar o lançamento da Patrulha Maria da Penha em âmbito estadual, nos termos da Lei nº 19.788/2018.

O programa foi formalizado no último mês de agosto, mediante convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, com a interveniência da Polícia Militar do Paraná, visando oferecer acompanhamento preventivo periódico às mulheres em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher que possuem medidas protetivas de urgência concedidas em seu favor. A cerimônia contou com pronunciamentos do Presidente do TJPR, Desembargador José Laurindo de Souza Netto; do Vice-Governador do Estado do Paraná, Darci Piana; e da Coordenadora da CEVID, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço.

Ainda, estiveram presentes as seguintes autoridades: Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar do Estado do Paraná, Coronel Adilson Luiz Lucas Prüsse, representando o Secretário de Estado da Segurança Pública, Wagner Mesquita de Oliveira, o Coronel Waldick Alan de Almeida Garrett; representando o Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná, Gilberto Giacoia, a Promotora de Justiça Ana Carolina Pinto Franceschi; e representando o Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, André Ribeiro Giamberardino, a Defensora Pública Mariana Martins Nunes. O evento reforçou a cooperação mútua, como também o compromisso partilhado entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo e os demais entes representados, no sentido de implementar medidas efetivas que visem desconstruir as desigualdades e combater as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres.

O serviço da Patrulha Maria da Penha já era disponibilizado em alguns municípios do Estado, por meio das Guardas Municipais, cujo excelente trabalho tem demonstrado a extrema relevância do policiamento preventivo para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, ao conferir proteção, orientação e também sensação de segurança aos(as) envolvidos(as).

Setembro

REALIZADA CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO OFICIAL DA PATRULHA MARIA DA PENHA EM ÂMBITO ESTADUAL

Com a expansão do serviço para todo o Estado do Paraná, espera-se fortalecer ainda mais a atuação preventiva nessa seara, bem como ampliar a difusão do conhecimento sobre os direitos previstos na Lei nº 11.340/2006 e sobre os serviços específicos de proteção e assistência disponíveis em cada rede local. Nos termos do convênio firmado, caberá ao TJPR, com o apoio da CEVID, entre outras atribuições, encaminhar à SESP as informações necessárias ao regular andamento do Programa, como também promover a capacitação dos servidores das Unidades Judiciais envolvidas.

Já a SESP terá, entre outras responsabilidades, a incumbência de elaborar e difundir, no âmbito da Corporação os Procedimentos Operacionais Padrão para atendimento de ocorrências correlacionadas à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, bem como elaborar a política de atendimento emergencial da Polícia Militar do Paraná, além de realizar a capacitação dos profissionais envolvidos.

O cronograma de implantação da Patrulha Maria da Penha nos municípios está sendo elaborado pela Polícia Militar e será divulgado em breve. Já foram iniciadas as capacitações dos profissionais envolvidos na implementação do programa



Setembro

MAGISTRADAS DO TJPR PARTICIPAM COMO DOCENTES EM CAPACITAÇÃO ORGANIZADA PELO PROVOPAR

O Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) organizou capacitação na área do enfrentamento à violência doméstica, de gênero e LGBTFOBIA. As Magistradas do TJPR, as Juízas de Direito Paula Priscila Candeo e Débora Cassiano Redmond, representaram a CEVID/TJPR no primeiro dia de capacitação.

A iniciativa teve o intuito de fortalecer e qualificar as organizações assessoradas (grupos e organizações de usuários e movimentos sociais, e da sociedade civil) para atuarem no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, violência de gênero e LGBTFOBIA, no Município de Curitiba/PR. O treinamento, que teve início no dia 23 de setembro, ocorrerá de forma presencial e será organizado em 6 sessões, em periodicidade semanal, com atividades interativas, abrangendo as áreas do Direito, Psicologia, Pedagogia, Assistência Social e Terapia Ocupacional.

As Magistradas, Juízas de Direito Paula Priscila Candeo e Débora Cassiano Redmond, abordaram as leis e normas que amparam mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e demais vítimas que sofrem violência de gênero e LGBTFOBIA; os tipos de violência; e a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, violência de gênero e LGBTFOBIA, abrangendo os grupos de minorias (mulheres lésbicas, transexuais, travestis, negras, bissexuais etc.).

O PROVOPAR Estadual é uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, com a finalidade de prestar assistência social, educacional, beneficente, cultural, ambiental, de saúde e geração de renda.

Nesse sentido, atua a fim de promover, no Estado do Paraná, a melhoria da qualidade de vida e a valorização das populações com baixo índice de desenvolvimento humano, viabilizando programas e ações que possibilitem a sua sustentação, através de programas de geração de renda, garantindo sua inclusão social. Ao mesmo tempo, desenvolve ações emergenciais e campanhas com o intuito de mobilizar a sociedade para participar e colaborar nessa causa.

Link de acesso ao site do PROVOPAR: <http://www.provoparestadual.org.br>



Outubro

CEVID, NUPIGE, NUDEM E CEVIGE REALIZAM REUNIÃO SOBRE OS GRUPOS DE REABILITAÇÃO

No dia 14 de outubro, a equipe da CEVID, do NUDEM, do NUPIGE e da CEVIGE realizaram uma reunião para a formação dos grupos de reabilitação, voltada aos autores de violência doméstica. A pauta da reunião foi a explicação do projeto, bem como as tratativas necessárias para a concretização da ação.

Os grupos de reabilitação buscam abarcar todo o atendimento necessário para que o autor de violência doméstica dê continuidade ao seu processo de ressocialização e responsabilização, ainda que haja terminado o seu período de cumprimento dos grupos reflexivos. Visa ser um plano interinstitucional, contando com instituições essenciais à justiça, bem como outras que compõem a rede de enfrentamento à violência doméstica.

Outubro

CEVID REALIZA PALESTRA NO COLÉGIO PROTÁSIO DE CARVALHO

No dia 19 de outubro, a coordenadora da CEVID, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, acompanhada de sua equipe, proferiu uma palestra para professores e funcionários do Colégio Protásio de Carvalho, localizado na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Foram abordados diversos temas que envolvem todo o atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar e distribuídos materiais informativos.

O projeto é fruto de uma parceria entre o TJPR e a Associação Paranaense de Cultura (APC), mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), realizado nas escolas públicas do ensino médio do município de Curitiba. O objetivo do projeto é criar nos ambientes escolares espaços em que, através do protagonismo do estudante, todos os atores envolvidos no meio escolar desenvolvam ferramentas teórico-metodológicas (diálogos restaurativos) adequadas à gestão pacífica de conflitos.

A parceria é firmada através de um Termo de Cooperação Técnica e conta com a coordenação das equipes do TJPR - Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH), da Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU) e do Ateliê de Inovação, responsáveis por promover palestras, oficinas de comunicação não violenta e roda de conversa acerca da política de assistência. Na PUCPR as ações foram coordenadas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH), envolvendo docentes, discentes e estudantes de graduação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que desenvolvem projetos de pesquisa na Escola de Educação e Humanidades.

Outubro

CEVID REALIZA PALESTRA NA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

No dia 19 de outubro, às 14h, a equipe da CEVID realizou uma palestra na Câmara Municipal de Campo Largo, objetivando apresentar o trabalho da CEVID, bem como as ações desenvolvidas no biênio 2021-2022, apresentando um panorama geral de temas relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher e informando a realidade dos atendimentos no Estado do Paraná.

CEVID PARTICIPA DE REUNIÃO CONJUNTA NA CASA DA MULHER BRASILEIRA

No dia 21 de outubro, a coordenadora da CEVID, Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, acompanhada de sua equipe, participou da reunião conjunta na Casa da Mulher Brasileira em Curitiba, com o objetivo de acompanhar as ações realizadas na Casa, bem como verificar os projetos que serão estabelecidos no período pós-pandêmico.

As reuniões interinstitucionais buscam alinhar as frentes de atendimento, visto que a rede de enfrentamento é composta por várias instituições e tem atuação transdisciplinar. O Poder Judiciário se faz presente na Casa da Mulher Brasileira por meio do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e com o apoio e a supervisão da CEVID.

Outubro

CEVID E FECOMÉRCIO REALIZAM UMA REUNIÃO NA SEDE DA CEVID

No dia 27 de outubro, a CEVID realizou uma apresentação de suas ações e metas do biênio 2021-2022 para a Fecomercio PR, destacando o andamento das 15 ações da CEVID. Foi informado sobre o Termo de Cooperação que a CEVID possui com o MPT, MPPR e DPE PR para a empregabilidade de vítimas de violência doméstica.

O Termo de Cooperação possui um Comitê que supervisionará o encaminhamento das vítimas e o acompanhamento dela em seu local de trabalho, o que vai de encontro com a ação nº 9 dessa Coordenadoria.

Novembro

CEVID/TJPR PARTICIPA DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM FOZ DO IGUAÇU - PR

No dia 24 de novembro, das 09h50 às 11h20, a Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Coordenadora da CEVID, realizará uma palestra no evento IX Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade do Paraná, que ocorrerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR e terá como tema: "Os conselhos da comunidade e as políticas penais: participação da sociedade no Sistema de Justiça". A Desembargadora Ana Lúcia discorrerá sobre a parceria dos Conselhos da Comunidade na implementação de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

No dia 25 de novembro, das 08h30 às 11h00: a psicóloga da CEVID Máisa Baiersdorf Schneider conduzirá oficina temática de práticas dos Conselhos da Comunidade, que integrará o evento IX Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade do Paraná na cidade de Foz do Iguaçu/PR, abordando a organização dos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.



CEVID/TJPR PARTICIPA DE FÓRUM - FONAVID EM BELÉM/PA

Entre os dias 29 de novembro ao dia 03 de dezembro de 2022, em Belém/PA, ocorrerá a XIV Edição do Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID). A temática dessa edição é "Sistema de Proteção às Pessoas de Gênero Feminino: Transversalidades e Interseccionalidades".

O FONAVID foi criado em 31 de março de 2009, durante a III Jornada da Lei Maria da Penha realizada em parceria entre o Ministério da Justiça, SPM e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Trata-se de um espaço permanente de discussões sobre o tema onde os participantes compartilham experiências, definem a uniformização dos procedimentos, decisões dos juizados e varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher sob a perspectiva da efetividade jurídica e o aperfeiçoamento dos magistrados e equipes multidisciplinares.



xiv Fonavid
Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Belém - PA - 2022

SISTEMA DE PROTEÇÃO ÀS PESSOAS DE GÊNERO FEMININO: Transversalidades e Interseccionalidades
De 29 de novembro a 03 de dezembro de 2022

Dia 29/11/2022

ENCONTRO COCEVID - Colégio de Coordenadoras da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário Brasileiro
Local: Auditório Des. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos
Edifício-Sede do TJPA (Av. Almirante Barroso, 3009 - Sousel)

9h às 12h - Apresentação das ações das Coordenadoras
Obs: Sala de Hotel Grand Mercure às 9h15

12h - Intervalo para almoço

14h às 16h - Eleição da Comissão Executiva 2023

16h às 17h - Visita Guiada ao Edifício-Sede do TJPA

18h - **CERIMÔNIA DE ABERTURA DO XIV FONAVID**
Local: Auditório Des. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos
Edifício-Sede do TJPA (Av. Almirante Barroso, 3009 - Sousel)
Obs: Sala de Hotel Grand Mercure às 17h15

Confira nos próximos dias a programação por dia. ➔

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Meta 8 - Incremento de medidas para diminuir o tempo médio de tramitação dos processos.

Até 03 de Novembro de 2022, o percentual atingido na Meta 8 - Feminicídio foi de 138,4%, (extração dos dados em 03 de Novembro de 2022 às 14h00m). Em relação a Violência Doméstica, o percentual atingido foi de 124,1% (dado extraído em 03 de Novembro de 2022).



*Obrigado por fazer
parte dessa história!*

